

# CASSUPÁ E SALAMÃI

PROGRAMA DE PROTEÇÃO AOS POVOS  
INDÍGENAS CASSUPÁ E SALAMÃI, NA ÁREA  
DE INFLUÊNCIA DA UHE SANTO ANTÔNIO  
PORTO VELHO, RONDÔNIA



VOLUME

3

PROGRAMAS  
DE COMPENSAÇÃO  
SOCIOAMBIENTAL

GAMELEIRA  
CONSULTORIA LTDA

RIO BRANCO - ACRE  
JULHO - 2012

  
Santo Antônio  
ENERGIA



## **RESUMO**

A comunidade indígena Cassupá e Salamãí da Área de Referência (BR 364, Km 5,5), em função de sua proximidade com as áreas diretamente afetadas pelas obras do empreendimento UHE Santo Antônio, no município de Porto Velho, no Estado de Rondônia, deverá estar amparada por medidas e ações que visem minimizar as interferências negativas durante o período de instalação e operação.

Os Programas Socioambientais propostos foram construídos de forma coletiva e participativa junto à comunidade afetada. Mitigar e/ou compensar impactos negativos apontados pela Equipe Técnica através dos relatos indígenas são suas metas.

A Equipe Técnica propõe 01 Gestão territorial; 01 Programa de Produção e Sustentabilidade; e 01 Programa de Valorização Cultural e Fortalecimento Étnico.

## **ABSTRACT**

The indigenous community Cassupá and Salamãí in Reference Area (BR 364, Km 5.5), due to its proximity to the areas directly affected by the works of the Santo Antônio UHE in the municipality of Porto Velho, Rondônia State, should be supported by measures and actions to minimize negative interference during installation and operation.

The Social and Environmental Programs proposed were built in a collective and participatory with the community affected. Mitigate and / or compensate for negative impacts raised by the Technical Team reports through the indigenous are your goals.

The Technical Team Management proposes 01 territorial 01 Production and Sustainability Program, and 01 Enhancement Program and Strengthening Ethnic Cultural.



## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Organograma dos Programas de compensação socioambiental - Povo indígena Cassupá e Salamãí.....	24
Figura 2 – Metas de Compensação Socioambiental ao Povo Indígena Cassupá e Salamãí.....	27
Figura 3 – Áreas temáticas e linhas de ação do Programa de Gestão Territorial	32
Figura 4 – Impactos que o Programa de Gestão Territorial visa prevenir, corrigir, mitigar e/ou compensar.....	33
Figura 5 - Relação entre Objetivos Específicos, Metas e Indicadores do Programa de Gestão Territorial .....	34
Figura 6 – Esquema de distribuição de água para as residências atuais e futuras na AR.....	47
Figura 7 – Tanque séptico.....	48
Figura 8 – Sumidouro.....	50
Figura 9 – Esquema de vala de infiltração .....	51
Figura 10 – Detalhe da fossa séptica .....	52
Figura 11 – Detalhe da fossa séptica .....	52
Figura 12 – Detalhe da fossa séptica .....	53
Figura 13 – Detalhe da tampa da fossa séptica.....	53
Figura 14 – Ligação do esgoto à fossa séptica .....	54
Figura 15 – Ligação do esgoto à fossa séptica .....	54
Figura 16 – Esquema ilustrativo de sistema de tratamento de esgoto com fossa séptica e sumidouro .....	55
Figura 17 - Relação de custos do Programa de Gestão Territorial .....	57
Figura 18 – Cronograma do Programa de Gestão Territorial .....	58
Figura 19 - Relação de técnicos responsáveis pela elaboração do Programa Indígena de Gestão Territorial .....	60
Figura 20 – Impactos que o Programa de Produção e Sustentabilidade visa prevenir, corrigir, mitigar e/ou compensar .....	65



Figura 21 - Relação entre Objetivos Específicos, Metas e Indicadores do Programa de Produção e Sustentabilidade.....	67
Figura 22 – Direção de instalação do aviário .....	75
Figura 23 - Sugestões de medidas para construção de aviários.....	76
Figura 24 – Modelo de instalação de aviário – 50 m2.....	76
Figura 25 – Vista frontal do aviário .....	78
Figura 26 – Vista lateral do aviário.....	78
Figura 27 – Cobertura de telhas de barro (corte) .....	79
Figura 28 – Cobertura de telhas de fibrocimento.....	79
Figura 29 – Planta baixa do aviário .....	80
Figura 30 - Estimativa de consumo diário de água para frangos de corte .....	89
Figura 31 – Canteiros lineares .....	96
Figura 32 – Horta mandala .....	97
Figura 33 – Espiral de ervas.....	97
Figura 34 - Relação de custos estimados do Programa de Produção e Sustentabilidade.....	105
Figura 35 – Cronograma do Programa de Produção e Sustentabilidade .....	106
Figura 36 - Relação de técnicos responsáveis pela elaboração do Programa Indígena de Produção e Sustentabilidade.....	108
Figura 37 – Áreas temáticas e linhas de ação do Programa de Gestão Territorial.....	115
Figura 38 – Impactos que o Programa de Programa de Valorização Cultural e Fortalecimento Étnico visa prevenir, corrigir, mitigar e/ou compensar .....	115
Figura 39 - Relação entre Objetivos Específicos, Metas e Indicadores do Programa de Fortalecimento Étnico e Valorização Cultural.....	118
Figura 40 - Atividades do Programa de Valorização Cultural e Fortalecimento Étnico.....	131
Figura 41 - Relação de custos do Programa de Valorização Cultural e Fortalecimento Étnico.....	133
Figura 42 – Cronograma do Programa de Valorização Cultural e Fortalecimento Étnico.....	134



Figura 43 - Relação de técnicos responsáveis pela elaboração do Programa Indígena de Valorização Cultural e Fortalecimento Étnico..... 136



## **LISTA DE SIGLAS**

APP	Área de Preservação Permanente
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
EIA /RIMA	Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de impacto ao Meio Ambiente
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ESBR	Energia Sustentável do Brasil S/A
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FLONA	Floresta Nacional
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
MESA	Madeira Energia S/A
MP	Ministério Público
MPE	Ministério Público Estadual
MPF	Ministério Público Federal
MPEG	Museu Paraense Emílio Goeldi
ONG	Organização Não-Governamental
PBA	Plano Básico Ambiental
PFNM	Produtos Florestais Não Madeiráveis
PPTAL	Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal
PPTIM	Plano de Proteção aos Povos, Terras e Referências/Áreas Indígenas do Complexo Madeira
PVH	Município de Porto Velho, Rondônia
RESEX	Reserva Extrativista
RO	Estado de Rondônia
SAE	Santo Antônio Energia S/A
SEDAM	Secretaria de Desenvolvimento Ambiental do Estado de Rondônia
SIG	Sistema de informação geográfica
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
SIRGAS	Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas
TI	Terra Indígena



UC                    Unidade de Conservação da Natureza  
ZEE                    Zoneamento Ecológico-Econômico

## **CONTEÚDO DO VOLUME 03**

CAPÍTULO IV CONSIDERAÇÕES SOBRE A PERCEPÇÃO INDÍGENA DOS IMPACTOS DA UHE E METAS DE COMPENSAÇÃO SOCIOAMBIENTAL.....	13
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE OS PROGRAMAS DE COMPENSAÇÃO SOCIOAMBIENTAL .....	15
2. DIRETRIZES E FUNDAMENTOS DOS PROGRAMAS DE COMPENSAÇÃO SOCIOAMBIENTAL .....	21
3. SÍNTESE DOS PROGRAMAS E METAS DE COMPENSAÇÃO SOCIOAMBIENTAL.....	24
CAPÍTULO V PROGRAMAS DE COMPENSAÇÃO SOCIOAMBIENTAL.....	28
4. PROGRAMA DE GESTÃO TERRITORIAL .....	30
4.1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVAS DO PROGRAMA DE GESTÃO TERRITORIAL .....	30
4.2 OBJETIVOS DO PROGRAMA DE GESTÃO TERRITORIAL .....	33
4.2.1 Objetivo Geral do programa de Gestão Territorial.....	33
4.2.2 Objetivos específicos, metas e indicadores do programa de Gestão Territorial.....	33
4.3 PÚBLICO-ALVO DO PROGRAMA DE GESTÃO TERRITORIAL.....	34
4.4 METODOLOGIA DO PROGRAMA DE GESTÃO TERRITORIAL.....	35
4.4.1 Etapas e Duração do Programa de Gestão Territorial .....	35
4.4.1.1 Etapas do Programa de Gestão Territorial .....	35
4.4.1.2 Duração do Programa de Gestão Territorial.....	37
4.4.2 Linhas de Ação do Programa de Gestão Territorial.....	37
4.4.2.1 Projeto de Ordenamento Territorial.....	37
4.4.2.2 Projeto de Educação Ambiental .....	42

4.4.2.3	Projeto de Saneamento e Recursos Hídricos.....	45
4.5	ELEMENTOS DE CUSTO DO PROGRAMA DE GESTÃO TERRITORIAL.....	55
4.5.1	Recursos Humanos.....	55
4.5.2	Recursos Materiais .....	56
4.5.3	Construção Civil.....	56
4.6	CRONOGRAMA DO PROGRAMA DE GESTÃO TERRITORIAL.....	57
4.7	ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL DO PROGRAMA DE GESTÃO TERRITORIAL.....	59
4.8	INTERAÇÃO DO PROGRAMA DE GESTÃO TERRITORIAL COM OUTROS PROGRAMAS AMBIENTAIS.....	59
4.9	LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO PROGRAMA DE GESTÃO TERRITORIAL....	59
4.10	RESPONSÁVEIS TÉCNICOS PELA ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE GESTÃO TERRITORIAL.....	60
4.11	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DO PROGRAMA DE GESTÃO TERRITORIAL .....	61
5.	PROGRAMA DE PRODUÇÃO E SUSTENTABILIDADE .....	64
5.1	INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVAS DO PROGRAMA DE PRODUÇÃO E SUSTENTABILIDADE.....	64
5.2	OBJETIVOS DO PROGRAMA DE PRODUÇÃO E SUSTENTABILIDADE .....	65
5.2.1	Objetivo Geral .....	65
5.2.2	Objetivos Específicos, metas e indicadores do Programa de Produção e Sustentabilidade.....	66
5.3	PÚBLICO-ALVO DO PROGRAMA DE PRODUÇÃO E SUSTENTABILIDADE .	68
5.4	METODOLOGIA DO PROGRAMA DE PRODUÇÃO E SUSTENTABILIDADE .	68
5.4.1	Etapas e Duração do Programa de Produção e Sustentabilidade .....	69
5.4.1.1	Etapas do Programa de Produção e Sustentabilidade.....	69
5.4.1.2	Duração do Programa de Produção e Sustentabilidade .....	71



5.4.2	Linhas de Ação do Programa de Produção e Sustentabilidade.....	71
5.4.2.1	Capacitação em agropecuária (avicultura e horticultura).....	71
5.4.2.2	Projeto Experimental de Produção Ecológica Coletiva de Galinhas (Avicultura ecológica) .....	73
5.4.2.3	Projeto Experimental de Produção Ecológica Familiar de Hortaliças (horticultura ecológica) .....	92
5.5	ELEMENTOS DE CUSTO DO PROGRAMA DE PRODUÇÃO E SUSTENTABILIDADE.....	103
5.5.1	Recursos Humanos.....	103
5.5.2	Recursos Materiais .....	103
5.5.3	Construção Civil.....	104
5.6	CRONOGRAMA DO PROGRAMA DE PRODUÇÃO E SUSTENTABILIDADE	106
5.7	ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL DO PROGRAMA DE PRODUÇÃO E SUSTENTABILIDADE.....	107
5.8	INTERAÇÃO DO PROGRAMA DE PRODUÇÃO E SUSTENTABILIDADE COM OUTROS PROGRAMAS AMBIENTAIS.....	107
5.9	LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E REQUISITOS LEGAIS DO PROGRAMA DE PRODUÇÃO E SUSTENTABILIDADE.....	107
5.10	RESPONSÁVEIS TÉCNICOS PELA ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE PRODUÇÃO E SUSTENTABILIDADE.....	108
5.11	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DO PROGRAMA DE PRODUÇÃO E SUSTENTABILIDADE.....	108
6.	PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO CULTURAL E FORTALECIMENTO ÉTNICO ..	110
6.1	INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVAS DO PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO CULTURAL E FORTALECIMENTO ÉTNICO .....	110
6.	PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO CULTURAL E FORTALECIMENTO ÉTNICO	110
6.1.	INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVAS DO PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO CULTURAL E FORTALECIMENTO ÉTNICO .....	110

6.2. OBJETIVOS DO PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO CULTURAL E FORTALECIMENTO ÉTNICO.....	116
6.2.1. Objetivo Geral .....	116
6.2.2. Objetivos Específicos, metas e indicadores do Programa de Valorização Cultural e Fortalecimento Étnico em suas linhas de ação: .....	116
Valorização Cultural: .....	117
6.3. PÚBLICO-ALVO DO PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO CULTURAL E FORTALECIMENTO ÉTNICO.....	121
6.4. METODOLOGIA DO PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO CULTURAL E FORTALECIMENTO ÉTNICO.....	121
6.4.1. Linhas temáticas do Programa de Valorização Cultural e Fortalecimento Étnico .....	123
6.4.2. Duração e Etapas do Programa de Valorização Cultural e Fortalecimento Étnico .....	128
6.4.2.1. Etapas dos Projetos .....	129
6.4.3. Contratação, Estruturação e Atribuições da Equipe Técnica.....	130
6.5. ELEMENTOS DE CUSTO DO PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO CULTURAL E FORTALECIMENTO ÉTNICO.....	132
6.5.1. Recursos Humanos.....	132
6.5.2. Recursos Materiais .....	132
6.5.3. Construção Civil .....	132
6.8. INTERAÇÃO DO PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO CULTURAL E FORTALECIMENTO ÉTNICO COM OUTROS PROGRAMAS AMBIENTAIS.....	135
6.9. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO CULTURAL E FORTALECIMENTO ÉTNICO .....	135
6.10. RESPONSÁVEIS TÉCNICOS PELA ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO CULTURAL E FORTALECIMENTO ÉTNICO .....	136

6.11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DO PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO CULTURAL E FORTALECIMENTO ÉTNICO .....	136
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE OS PROGRAMAS DE COMPENSAÇÃO SOCIOAMBIENTAL .....	140





# **CAPÍTULO IV**

CONSIDERAÇÕES SOBRE A PERCEPÇÃO  
INDÍGENA DOS IMPACTOS DA UHE  
E METAS DE COMPENSAÇÃO  
SOCIOAMBIENTAL







# 1 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PROGRAMAS DE COMPENSAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

## **1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE OS PROGRAMAS DE COMPENSAÇÃO SOCIOAMBIENTAL**

É preciso afirmar um aspecto estruturante das ações mitigadoras em torno do caso Cassupá e Salamã. A equipe técnica não espera que o Empreendimento forneça as condições materiais que o Estado não concedeu a estes indígenas, porém, guarda com extrema clareza que o Empreendimento compreenda seu papel especial para o desenvolvimento amazônico e que este reside na equidade entre interesses empresariais e aspirações indígenas. Por mais incongruentes que lhes pareçam em primeira instância, as duas percepções guardam entre si o máximo de esperanças em suas lógicas de desenvolvimento.

Neste sentido, afirmamos que as duas percepções não devem, tampouco podem ser excludentes, ambas necessitam ser compreendidas na geografia de interesses indígenas e interesses empreendedores. Estamos diante do desafio étnico e econômico, ao mesmo tempo.

Estabelecemos como ponto elementar de análise o seguinte aspecto. O local onde residem os Cassupá e Salamã os colocam no centro no centro dos impactos sociais e econômicos, pois a área que ocupam localiza-se numa faixa de franca urbanização, nas proximidades do centro da cidade de Porto Velho, capital que abriga o empreendimento.

Quando iniciamos esta empreitada de pesquisa e procedimentos técnicos para elaborar propostas de mitigação no âmbito do Programa de Proteção de Terras Indígenas do rio Madeira – PPTIM, na área de influência da UHE Santo Antônio, junto ao grupo indígena atualmente conhecido como Cassupá e Salamã, nos defrontamos com uma das nuances pouco abordadas das complexas dinâmicas territoriais e identitárias da Amazônia. Desta feita, não se tratava da sobreposição entre Terras Indígenas e Unidades de Conservação de Uso sustentável como as Reservas Extrativistas, as Reservas de Desenvolvimento



Sustentável e/ou as Florestas Nacionais<sup>1</sup>. O caso apresenta um contexto completamente distinto destes, pois estamos tratando de um grupo que vive há cerca de quatro décadas num espaço que, no período de sua chegada detinha características eminentemente rurais, mas, que atualmente, configura parte da cidade, com inúmeros bairros ao seu redor e a BR 364 a sua frente, ligando Rondônia à Cuiabá, capital do Mato Grosso.

Uma das questões que a Equipe Técnica enfrentou foi pensar a identidade indígena em um contexto de urbanidade. Assim, adotamos como premissa o acolhimento daquilo que Barreto Filho (2011, p. 234) chamou de “ancestralidade indígena renovada<sup>2</sup>”, aqui se definindo, a partir do uso do território.

Durante as etapas de pesquisa de campo buscou-se investigar quais seriam as transformações negativas sofridas pela comunidade em questão. Observou-se que a única possibilidade real de compreensão do que ocorria na Área de Referência estava em saber como os impactos negativos eram recebidos pelos outros indígenas Cassupá e Salamãí que viviam nos bairros de Porto Velho e, por conseguinte, quais seriam os desdobramentos disto no interior da Área de Referência.

As pessoas que estão em contexto urbano apontam como impactos o aumento do custo de vida na cidade de Porto Velho, que se reflete especialmente em alta nos preços de alimentos e aluguéis. Ocorrerá o seguinte movimento: a partir do momento que se torna impossível a manutenção da casa nos bairros de Porto Velho, a Área de Referência se torna o local de atenuação deste impacto.

Com base nas informações coletadas durante a pesquisa de campo e complementadas durante a reunião de validação (11.06.2012) com a

---

<sup>1</sup> Para este debate ver Barreto Filho, 2011, p 221 – 236.

<sup>2</sup> Esta noção nos remete ao fato de que os modos de vida indígenas se renovam e se atualizam. Informa que a própria ideia de tradição, qual seja, a de se perpetuar através do tempo, pode também ser revista. Contudo, são mantidas estruturas ou disposições coletivas que garantem uma unidade que, neste caso, pode ser representada pela territorialidade, pela historia de contato e mesmo pela auto afirmação indígena.

comunidade, o retorno das famílias Cassupá e Salamãí para a Área de Referência (AR) é o tema mais delicado e, portanto, de maior repercussão e transformação do cotidiano. Foram localizadas 68 pessoas, distribuídas em 17 residências nos bairros de Porto Velho. Desse total, 51 pessoas, referente a 11 residências demonstraram interesse em retornar para a Área de Referência.

A Área de Referência está em franco processo de repartição, sendo dividida pela comunidade entre as famílias que estão dentro e fora da Área. A chegada de pessoas que estavam fora da Área gerou um movimento no qual as casas que possuem mais de uma família residente demarquem seus lotes. Lógica semelhante é aplicada as pessoas que vivem fora da Área de Referência. Se, em uma casa na cidade, há mais de uma família, ao se deslocar para a Área de Referência, cada uma das famílias da residência requer um lote. Isso faz com que o núcleo familiar se fragmente e multiplique a partir da repartição de lotes.

Conforme apontamos no Volume 01, alcançamos para entrevistas, 17 residências, totalizando 68 pessoas, moradores da área urbana de Porto Velho. Em nossas entrevistas, buscávamos saber se eles percebiam alterações negativas em suas vidas após a instalação do Empreendimento. Constatamos que os habitantes de 11 residências (65%) demonstraram interesse em retornar e/ou ingressar para residir na Área de Referência para lá residirem, num total de 51 pessoas (75%). Por outro lado, os habitantes de 06 residências (35%), que somam 17 pessoas (25%), não manifestaram interesse em retornar e/ou ingressar para residir na Área de Referência, conforme demonstra a figura a seguir.

Considerando que a superfície estimada da Área é de 5,2 hectares e que num cenário sem regularização fundiária, no qual a mesma influenciará diretamente nas regras de ocupação da área e se contarmos que as cinco residências existentes atualmente ocupam uma área de aproximadamente 0,3 hectares e a área já demarcada ocupa outros 0,48 há, não se tem a precisão da área que

ainda será disponível, podendo ser reduzida a apenas 0,6 hectares de área útil para a instalação de residências e eventuais instalações.

Este quadro revela que o retorno das famílias à Área de Referência deve ser feito de maneira ordenada, pois a área pode não ser compatível com o número de pessoas que pretendem retornar.

Os Programas de compensação têm como fundamento a territorialidade atual deste grupo indígena, bem como a unidade étnica por meio da ocupação e do uso da terra. Sabendo que um dos problemas que agrava o quadro atual deste grupo diz respeito à chegada de novas famílias, fato que gera disputas e tensões por lotes, dirimidas concomitantemente e, por vezes, paralelamente entre a Associação e a Liderança da Área de Referência há um desdobramento negativo na organização política do grupo.

Por fim, a urbanidade Cassupá e Salamãí não representa a negação da identidade indígena. Ao contrário, esses indígenas buscam novas formas de compor valores tradicionais e reconhecíveis entre si e para a sociedade nacional. O primeiro deles é a ocupação da Área de Referência, sobretudo, na transformação deste espaço em Reserva Indígena. O outro está em agregar o maior número possível de pessoas nesta Área, garantindo, por meio da unidade territorial, uma unidade política. E ainda, o conhecimento da história enquanto eixo de valorização cultural.

A estratégia de unidade política do grupo está diretamente relacionada com um reflexo dos impactos sofridos pelos Cassupá e Salamãí que vivem em Porto Velho. Retornar para a Área de Referência revela os dois lados da questão, no qual viver em comunidade é um horizonte político e cultural, tanto quanto medida prática de sobrevivência, mas que é revelador dos impactos negativos sofridos por este grupo indígena. Outrossim, este processo não pode ser compreendido como um simples desejo de compensação ambiental, porém o exercício de um direito social.

Permeado por diversas formas de tensões, diferentes posicionamentos, distintas maneiras de interpretação e manejo de conceitos que conformam um mesmo mosaico, ao se ter consciência metodológica e teórica destas questões, torna-se fundamental o estabelecimento de princípios, que se constituem determinantes para amenizar consequências desta dissonância.





# 2 DIRETRIZES E FUNDAMENTOS DOS PROGRAMAS DE COMPENSAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

## **2. DIRETRIZES E FUNDAMENTOS DOS PROGRAMAS DE COMPENSAÇÃO SOCIOAMBIENTAL**

A execução dos programas será efetuada observando as linhas de ações e atividades previstas, dentro de um cronograma estabelecido, bem como, por meio da consolidação de princípios e valores. Eles nortearão cada uma das ações e intervenções a serem realizadas na Área de Referência.

Para o caso Cassupá e Salamã, definem-se os seguintes princípios:

- Proporcionar amplo conhecimento aos indígenas sobre a estrutura do PBA;
- Compreender e respeitar os espaços internos de tomadas de decisão e representatividade, privilegiando modos intra-aldeãos de debates;
- Respeitar o calendário de atividades indígenas, especialmente atividades de trabalho em contexto urbano;
- Priorizar a realização de atividades na Área de Referência;
- Criar fóruns de discussões intra-aldeãos para a tomada de decisões;
- Garantir a participação ativa da comunidade na consolidação dos projetos;
- Proporcionar o fortalecimento étnico e valorização cultural, e produção e sustentabilidade;
- Proporcionar a interlocução política entre os povos afetados e o empreendimento;
- Criar indicadores e índices indígenas para avaliação dos impactos;
- Monitorar, avaliar e revisar permanentemente os projetos implantados;
- Respeitar a autonomia indígena para realização de alterações nas ações dos projetos,
- Tornar transparente a todos os atores envolvidos, ou seja, aldeias indígenas, agências indigenistas e o empreendedor, as formas de decisão e a instâncias de negociação existentes para a consolidação das ações do PBA;
- Garantir que o PBA se configure como um instrumento de manutenção e fortalecimento da identidade Cassupá e Salamã;



- Garantir a integração entre os diversos projetos para que sejam complementares e para que não interfiram negativamente no cotidiano indígena;

Os princípios acima buscam garantir os seguintes elementos: (i) autonomia, (ii) identidade cultural e política, (iii) transparência.



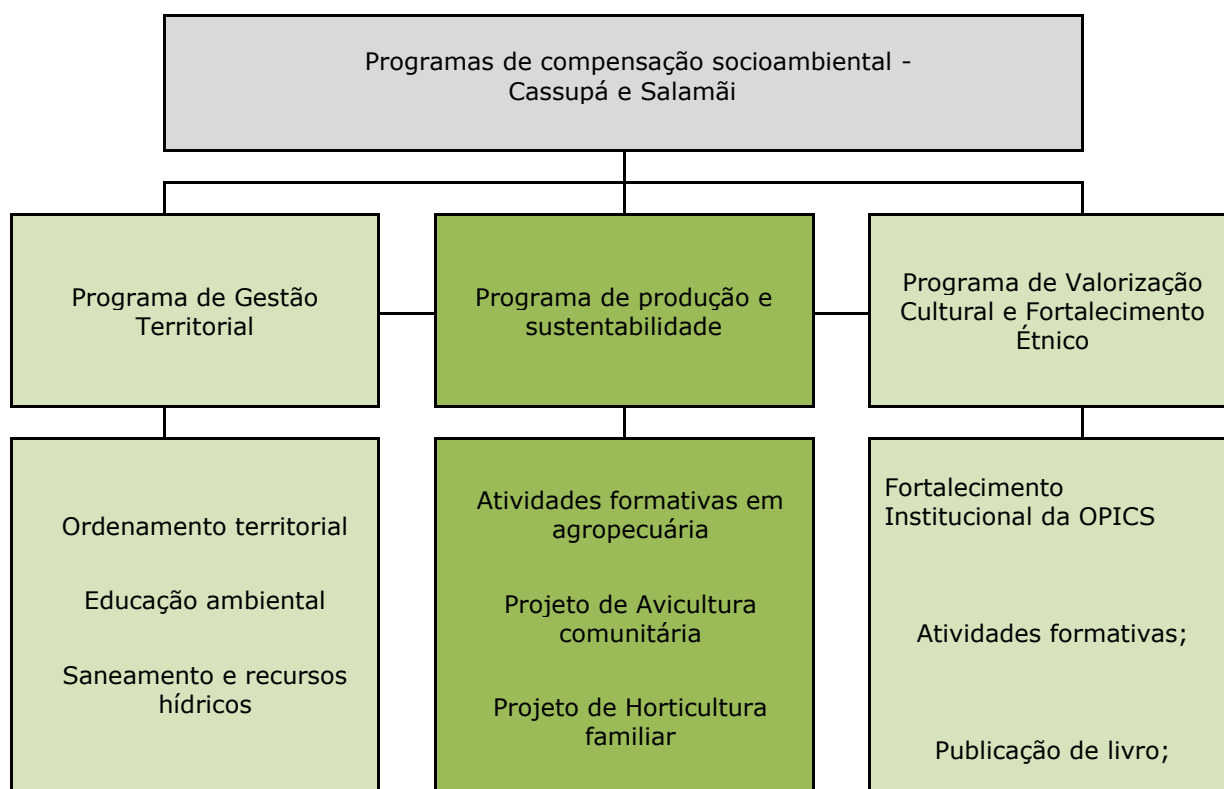
# **3** SÍNTESE DOS PROGRAMAS E METAS DE COMPENSAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

### **3. SÍNTESE DOS PROGRAMAS E METAS DE COMPENSAÇÃO SOCIOAMBIENTAL**

Os Programas Socioambientais propostos para a minimização, correção, mitigação e/ou compensação dos impactos negativos gerados indiretamente pelo empreendimento UHE Santo Antônio em relação à comunidade indígena Cassupá e Salamãï são:

- Programa de Gestão territorial;
- Programa de Produção e Sustentabilidade
- Programa de Valorização Cultural e Fortalecimento Étnico

Figura 1 – Organograma dos Programas de compensação socioambiental - Povo indígena Cassupá e Salamãï



O programa de Gestão Territorial tem como objetivo fortalecer os povos indígenas Cassupá e Salamãï no controle e na gestão de seu território frente ao cenário da desejada e delicada chegada de novos parentes à Área de Referência,



pois, ao mesmo tempo em que é francamente um impacto do aumento do custo de vida na cidade, sobretudo, em relação aos alugueis, também é parte do projeto político do grupo.

O Programa é composto por três áreas temáticas, a serem implementadas em forma de Projetos, com escalas de atuação complementares, sendo estas áreas: o Ordenamento Territorial, Educação Ambiental e Saneamento.

O Programa tem como meta apoiar a realização de capacitações em gestão de território, fornecer equipamentos e materiais, realizar a troca de experiências em gestão territorial com povos indígenas na Amazônia por meio de intercâmbios, apoiar a realização de estudos etnoecológicos e etnomonitoramento do território e dos recursos naturais, consolidar o planejamento de metas, acordos e ações de gestão territorial, apoiar a capacitação em educação ambiental, apoiar ações de restauração ambiental, contribuir para a melhoria do abastecimento de água na comunidade e contribuir para a melhoria do tratamento de esgoto na comunidade.

O programa de Produção e Sustentabilidade tem como objetivo incentivar e fomentar o desenvolvimento de atividades produtivas, baseadas em técnicas agroecológicas e de agricultura orgânica, na Área de Referência Indígena Cassupá e Salamãí, visando à subsistência e, a depender do desenvolvimento do Programa, à geração de renda. Especificamente o programa visa apoiar a capacitação das populações indígenas para a produção agropecuária, apoiar o desenvolvimento projetos agroecológicos e de agricultura orgânica e apoiar o desenvolvimento projetos de criação de animais domésticos.

As metas do programa visam a segurança alimentar e nutricional porém, a depender do sucesso do Programa, a geração de renda para as comunidades indígenas surge como horizonte. Visam ainda à geração de material genético próprio de perpetuação de espécies vegetais e animais, capacitação dos indígenas em técnicas agropecuárias e adaptação de técnicas ecológicas e

sustentáveis à realidade cultural do povo indígena, no uso dos recursos naturais, por meio de projetos experimentais de criação de animais domésticos e hortaliças.

O Programa de Valorização Cultural e Fortalecimento Étnico está subdividido em duas linhas temáticas, uma se refere ao conhecimento e, posterior recuperação de uma memória histórica sobre a trajetória Cassupá e Salamãí e a segunda reflete as necessidades de fortalecimento da entidade de representação deste grupo. Sua Organização é responsável por dirimir as tensões e fazer a repartição inicial dos lotes de terra na Área de Referência.

Em síntese, o Programa busca desenvolver ações de fortalecimento cultural e político junto aos Cassupá e Salamãí que vivem na Área de Referência, KM 5,5/ BR – 364, considerando a territorialidade enquanto filtro para a unidade política e valorização cultural.

Figura 2 – Metas de Compensação Socioambiental ao Povo Indígena Cassupá e Salamãí

Programa	Ação/Projeto	Metas de compensação socioambiental	Impactos correlacionados
<b>Programa de Gestão Territorial</b>	Ordenamento Territorial	Fornecer condições para a comunidade gerir o uso e ocupação do solo no território;	Retorno de famílias para a AR e consequente aumento da produção de lixo; degradação das condições sanitárias; aumento do consumo de água; disputa por áreas para a construção de casas;
	Educação Ambiental	Contribuir para a conscientização ambiental e melhoria das condições de vida da comunidade;	
	Saneamento e recursos Hídricos	Contribuir para a implementação de rede de abastecimento de água e tratamento de esgoto;	
<b>Programa de produção e sustentabilidade</b>	Atividades Formativas em Agropecuária	Contribuir para a formação de conhecimento em técnicas agropecuárias;	Retorno de famílias para a AR e consequente aumento da procura por atividades ligadas a mitigação no interior da AR;
	Projeto de Avicultura Comunitária	Contribuir para a segurança alimentar e nutricional e geração de renda;	Aumento do custo de vida e consequente redução no volume e qualidade do alimento consumido;
	Projeto de Horticultura Familiar	Contribuir para a segurança alimentar e nutricional e geração de renda;	
<b>Programa de Valorização Cultural e Fortalecimento Étnico</b>	Fortalecimento institucional da OPICS	Promover o fortalecimento institucional da OPICS, mobilizando ações de articulação intra Área de Referência e extra-Área de Referência;	Retorno de parentes; Disputa de lotes na Área de Referência;  Tensões decorrentes pela repartição em lotes na Área de Referência;
	Valorização cultural	Promover o conhecimento e a valorização da história e cultura Cassupá e Salamãí, agregando jovens por meio da identidade étnica e da escolarização;	Aumento da violência;  Receio dos pais que seus filhos se envolvam em eventos de criminalidade;





# CAPÍTULO V

PROGRAMAS DE COMPENSAÇÃO  
SOCIOAMBIENTAL







# 4 PROGRAMA DE GESTÃO TERRITORIAL

## **4. PROGRAMA DE GESTÃO TERRITORIAL**

### **4.1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVAS DO PROGRAMA DE GESTÃO TERRITORIAL**

O território é o alicerce da sustentação física e da reprodução social, econômica e cultural de um grupo social (LITTLE, 2006). Os povos indígenas têm seus direitos originários sobre os territórios que tradicionalmente ocupam reconhecidos desde a Constituição Federal de 1988, que em seu Art. 231, §1º define:

“São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”.

Os grandes empreendimentos de infraestrutura produzem impactos socioambientais que “perduram no tempo e espalham-se pelo território” (CARNEIRO FILHO; SOUZA, 2009). Os Cassupá e SalamãI são testemunhas históricas destas ações, desde expedições mineradoras, até a implantação de UHE. Em consequência foram submetidos a desagregação territorial e socioeconômica.

Os povos indígenas, conforme define o artigo 7 parágrafo 1º da Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais da Organização Internacional do Trabalho, da qual o Brasil é signatário, têm o direito de:

“Escolher suas próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que ele afete as suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar na medida do possível o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Além disso, esses povos deverão participar de formulação, aplicação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional e regional suscetíveis de afetá-los diretamente”.

Se em um contexto de floresta, a gestão territorial sempre foi realizada pelos povos indígenas (LITTLE, 2006) de acordo com as características de organização territorial próprias de cada povo (GALLOIS, 2004). Atualmente, contudo, estes



povos estão em contato e são influenciados por lógicas espaciais distintas das suas (GALLOIS, 2004), sendo afetados pelo contexto regional em que estão inseridos, bem como pelo cenário político e institucional regional e federal.

Se a gestão territorial indígena deve levar em conta o entorno de suas áreas e todas as atividades externas que promovam impactos em seus territórios e suas condições de vida (VERDUM, 2006), envolvendo ações para além dos limites territoriais demarcados (MILLER, 2008) e que estejam inseridas em processos socioambientais de longo prazo (LITTLE, 2006). No caso Cassupá e Salamã i a Gestão Territorial estará atenta ao crescimento dos bairros até o que será o limite da futura Reserva Indígena.

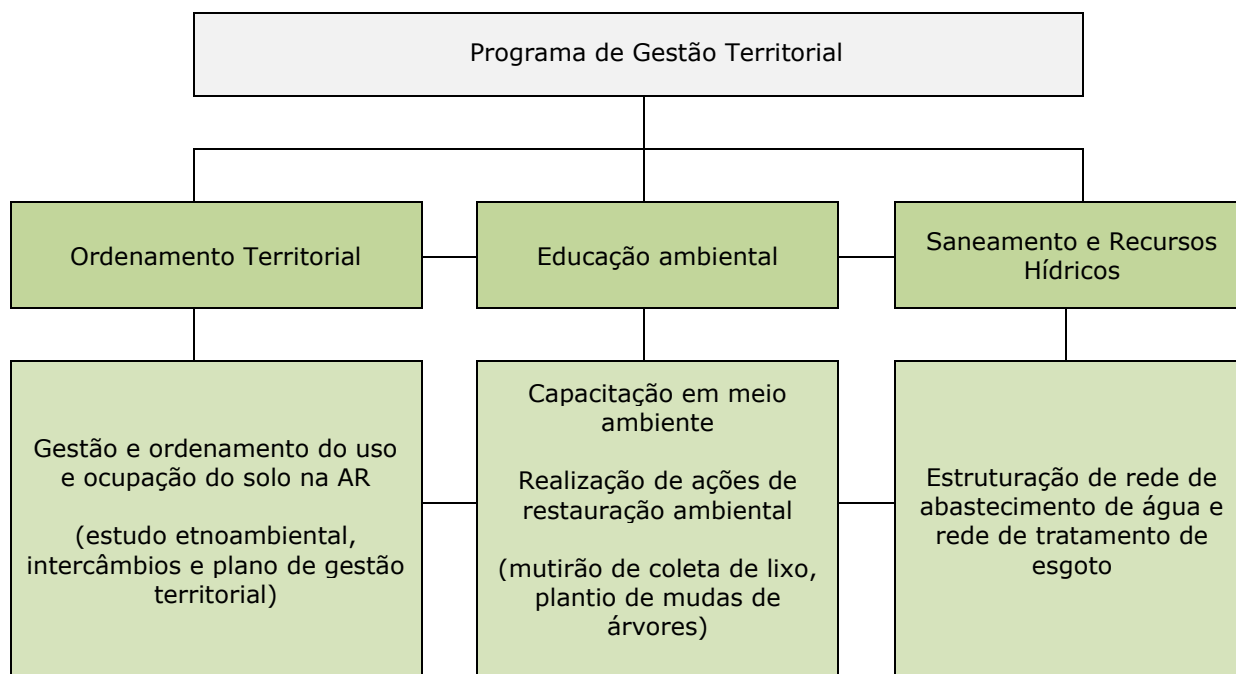
A noção da Gestão Territorial é a que melhor combina a dimensão política do controle territorial com a dimensão ambiental de ações voltadas para sua sustentabilidade. Esse conceito engloba atividades tanto de ordenamento territorial quanto de gestão ambiental, considerando-as partes essenciais de sua implementação. No caso Cassupá e Salamã i, acrescenta-se ainda a noção de urbanidade.

O programa Gestão Territorial, atendendo ao Termo de Referência emitido pela FUNAI em 2011, foi elaborado com base em estudos e levantamentos realizados juntamente com a comunidade indígena.

O programa apresenta ações formuladas considerando-se os impactos previstos no EIA/RIMA e recolocados no Diagnóstico Socioambiental (Volume 1). Este programa visa gerar benefícios socioambientais de curto e médio prazo para as comunidades indígenas.

O programa Gestão Territorial é composto por três áreas temáticas, a serem implementadas em forma de Projetos, com escalas de atuação complementares, sendo estas áreas o Ordenamento Territorial, Educação Ambiental e Saneamento e suas respectivas linhas de ação, conforme demonstra a figura a seguir.

Figura 3 – Áreas temáticas e linhas de ação do Programa de Gestão Territorial



As linhas de ação das áreas temáticas do Programa de Gestão Territorial foram definidas após a análise dos impactos da UHE percebidos pelos indígenas. Entre os principais impactos que o Programa visa prevenir, corrigir e mitigar, estão: a disputa por lotes no interior da área de referência e a consequente degradação ambiental gerada pelo aumento populacional na Área de Referência, bem como, pressão cumulativa dos bairros que se avizinham a Área de Referência.

Considerando a vulnerabilidade da Área de Referência, sequer demarcada, considerando a potencialização destes impactos pela UHE Santo Antônio, é importante implementar medidas de mitigação e compensação que propiciem aos Cassupá e Salamãí o conhecimento e o controle sobre o território que ocupam, sendo este parte integrante do universo urbano.

A seguir é apresentada a relação completa dos impactos na percepção indígena.

Figura 4 – Impactos que o Programa de Gestão Territorial visa prevenir, corrigir, mitigar e/ou compensar

<b>ESTE PROGRAMA VISA PREVENIR, CORRIGIR, MITIGAR E/OU COMPENSAR OS SEGUINTE IMPACTOS:</b>
• Retorno e/ou ingresso de população indígena para a AR;
• Aumento de riscos ambientais (desmatamento, contaminação ambiental, incêndios florestais, poluição dos recursos hídricos);
• Intensificação do uso da terra da AR com fins de habitação e consequente alteração da paisagem na Área de Referência;
• Aumento da degradação das condições de saneamento básico e distribuição de água com a chegada de novas famílias a AR
• Pressão e disputa por áreas para a construção de casas;
• Intensificação da fragmentação dos ambientes naturais ainda existentes;
• Aumento populacional no entorno da Área de Referência;

## 4.2 OBJETIVOS DO PROGRAMA DE GESTÃO TERRITORIAL

### 4.2.1 Objetivo Geral do programa de Gestão Territorial

Fortalecer o povo indígena Cassupá e Salamãí no controle e na gestão de seu território frente ao cenário de crescente ocupação antrópica no interior e no entorno da AR e de alta vulnerabilidade da área potencializado pela UHE Santo Antônio.

### 4.2.2 Objetivos específicos, metas e indicadores do programa de Gestão Territorial

A seguir são apresentados, em forma de quadro, os objetivos específicos, metas e indicadores do programa de Gestão Territorial.

Figura 5 - Relação entre Objetivos Específicos, Metas e Indicadores do Programa de Gestão Territorial

OBJETIVOS ESPECIFICOS	METAS	INDICADORES
Apoiar o povo Cassupá e Salamãí na gestão de seu território	Realização de capacitações em gestão de território e educação ambiental  Realização de atividades de educação ambiental (mutirão de coleta de lixo, plantio de árvores, etc.)  Fornecimento de equipamentos e materiais para a OPICS (computador, GPS, etc.)	Capacitações realizadas  Materiais e equipamentos fornecidos
Apoiar ação que visem expandir a compreensão Cassupá e Salamãí sobre gestão territorial	Realizar a troca de experiências em gestão territorial com povos indígenas na Amazônia por meio de intercâmbios	Intercâmbios realizados e experiências registradas em vídeo e em relatos dos indígenas  Práticas incorporadas pelos indígenas
Apoiar o conhecimento do povo indígena sobre a AR, recursos naturais existentes no local e fontes poluidoras	Realização de estudos comunitários com inspiração etnoecológica e de etnomonitoramento do território, dos recursos naturais e fontes poluidoras;	Resultados dos estudos apresentados à comunidade
Apoiar os indígenas na construção de seu plano de gestão territorial	Consolidar o planejamento de metas, acordos e ações de gestão territorial;	Plano de gestão elaborado
Apoiar os indígenas e órgãos públicos na estruturação de sistema de abastecimento de água na AR	Contribuir para a melhoria do abastecimento de água na comunidade	Rede de abastecimento de água estruturada
Apoiar os indígenas e órgãos públicos na estruturação de sistema de tratamento de esgoto na AR	Contribuir para a melhoria do tratamento de esgoto na comunidade	Rede de tratamento de esgoto estruturada

#### 4.3 PÚBLICO-ALVO DO PROGRAMA DE GESTÃO TERRITORIAL

Todas as ações de responsabilidade do empreendedor ocorrerão nos limites da Área de Referência. Contudo, isto não exclui a participação dos indígenas destas

etnias que vivem nos bairros da cidade de Porto Velho. A descrição metodológica de cada ação, apresentada a seguir, inclui o público-alvo específico de cada atividade.

#### 4.4 METODOLOGIA DO PROGRAMA DE GESTÃO TERRITORIAL

##### 4.4.1 Etapas e Duração do Programa de Gestão Territorial

###### 4.4.1.1 Etapas do Programa de Gestão Territorial

O Programa pode ser sistematizado quatro etapas:

*1) Planejamento das atividades a serem desenvolvidas para a implementação do Programa:*

1.1) Planejamento estratégico participativo;

1.2) Organização das demandas dos recursos necessários (humanos e materiais) para implementação do Programa;

1.3) Seleção de recursos humanos indígenas e não-indígenas para execução das ações a serem desenvolvidas;

1.4) Organização de cronograma das atividades a serem implementadas no Programa;

1.5) Organização da infraestrutura de apoio para execução de oficinas, cursos, intercâmbios, mutirões, palestras, reuniões e visitas técnicas, entre outras.

*2) Contatos e parcerias para o desenvolvimento das ações dos projetos:*

2.1) Mobilização de grupos focais;

2.2) Estabelecimento de parcerias com Entidades Públicas e Privadas para atuação nos Programas e Projetos a serem implementados pelo empreendedor na AR;

2.3) Articulação com profissionais convidados para ministrar oficinas ou outras atividades estabelecidas.

*3) Desenvolvimentos do programa propriamente dito:*

3.1) Execução das ações de apoio às atividades de gestão do território;

3.2) Execução das ações de apoio às atividades de gestão do território;

3.3) Execução das atividades organizativas inter-relacionadas com os demais programas do Componente Indígena (organização de oficinas, cursos de capacitação, mutirões, palestras, visitas técnicas, entre outras);

3.4) Avaliação continuada do planejamento inicialmente realizado, assim como das atividades executadas, permitindo ajustes em caso de necessidade.

*4) Avaliação de ações implementadas e relatórios de monitoramento:*

4.1) Supervisão e monitoramento pelo responsável do Programa com apresentação de relatórios periódicos a serem discutidos em

reuniões com lideranças indígenas e em reuniões participativas com a comunidade;

4.2) Elaboração de relatório técnico integrado periódico com avaliação das ações desenvolvidas nas TIs.

#### 4.4.1.2 Duração do Programa de Gestão Territorial

As medidas contempladas neste Programa devem ser implementadas em um período de 01 (um) ano. As medidas, programas e suas ações devem ser avaliados para se decidir, acerca de seu encerramento, renovação ou modificação, sujeito às observações da FUNAI, da comunidade indígena e do Empreendedor.

#### 4.4.2 Linhas de Ação do Programa de Gestão Territorial

##### 4.4.2.1 Projeto de Ordenamento Territorial

O Projeto de Ordenamento Territorial é composto de três atividades principais: estudo e monitoramento do território, intercâmbios em gestão territorial e plano de gestão territorial, apresentadas a seguir:

##### *a) Estudos e monitoramentos do território*

Os Estudos e monitoramentos do território são compostos por estudos comunitários com inspiração etnoecológica, estudos políticos e da ocupação regional, bem como, de etnomonitoramento, com ênfase em fontes poluidoras. Estes serão realizados em formato de oficinas participativas.

As oficinas devem valorizar o conhecimento local e aportar conhecimentos não indígenas, produzindo um conhecimento intercientífico e intercultural.



O público-alvo dos estudos e monitoramento do território são a população da comunidade dos povos indígenas Cassupá e Salamãí na AR. A duração do Programa será de um ano, sendo sugerida a distribuição em aproximadamente seis oficinas, com duração de um dia, a cada dois meses, considerando que esta é uma população cujas atividades econômicas transcorrem fora da Área de Referência, fato que impede ações no durante dias úteis.

Conteúdo mínimo sugerido para ser abordado nas oficinas sobre ordenamento e gestão territorial:

- Análise da Importância das Bacias Hidrográficas no Meio Ambiente
- Fundamentos e Propósitos da Educação Ambiental
- Desenvolvimento Local Sustentável
- Geopolítica e Questões Territoriais indígenas urbanas
- Planejamento Ambiental
- Meio Físico e Sistemas Ambientais
- Ordenamento Territorial
- Licenciamento Ambiental
- Análise de Impacto Ambiental
- Movimentos sociais e reassentamentos
- Organização do Espaço e Gestão Territorial e Ambiental
- Sensoriamento Remoto

*b) Intercâmbios em gestão territorial*

Os intercâmbios entre povos indígenas de diferentes áreas e TIs são uma técnica importante para o aprimoramento dos processos de gestão territorial indígena, possuem alto valor didático e propiciam o estabelecimento de laços de amizade e de articulação política (LITTLE, 2006), bem como, o reestabelecimento de laços de parentesco em alguns casos. A troca cultural e de experiências e técnicas ultrapassam o caráter físico do território, envolvendo também aspectos de saúde, educação e fortalecimento institucional.

Para a realização das atividades sugere-se que sejam concluídos no mínimo dois intercâmbios, um na TI Tubarão-Latundê e outra na TI Igarapé Ribeirão, onde se encontram os seus parentes, ambos a serem realizados no segundo semestre de realização do Programa, em conjunto com o Programa de Valorização Cultural. Sugere-se também que sejam realizados visitas e intercâmbios com assentamentos rurais e reassentamentos do empreendimento UHE Santo Antônio e de outros empreendimentos de grande porte na região.

Cada intercâmbio terá duração de 15 dias, desde a data de saída da aldeia até o retorno. Participarão até 10 indígenas, totalizando 30 dias. Nestes intercâmbios, os Cassupá e SalamãI visitarão povos indígenas que realizam ações interessantes em gestão territorial, focando especialmente em manejo dos recursos naturais, vigilância e monitoramento do território e relação com o entorno, bem como, a presença indígena na cidade.

Os locais para a visita, o período para a realização e a duração das visitas e intercâmbios deverão ser escolhidos pelos próprios povos Cassupá e SalamãI, com a coordenação do articulador indígena escolhido pela comunidade.

Os aprendizados obtidos e a troca de experiências realizada durante o intercâmbio propiciarão subsídios para a elaboração do Plano Indígena de Gestão Territorial em contexto urbano.

O intercâmbio deverá ser registrado em vídeo e este material deverá ser posteriormente editado e entregue aos indígenas participantes e exibidos na AR para que todos possam ter acesso às informações e experiências trocadas. Também serão colhidos depoimentos dos indígenas participantes sobre as experiências vividas, as referências e técnicas aprendidas e uma avaliação sobre o intercâmbio. Poderão ser incorporados ao material audiovisual os registros fotográficos realizados pelos indígenas e demais participantes do intercâmbio. Registros audiovisuais têm se mostrado uma eficiente ferramenta de difusão em aldeias indígenas, com experiências bastante positivas em diversos povos

amazônicos. Após a realização dos vídeos, os participantes indígenas organizarão uma exibição do vídeo na AR.

O público-alvo dos intercâmbios são as comunidades dos povos Cassupá e Salamã, especialmente as lideranças, os representantes das áreas de saúde e educação, os membros da diretoria das associações indígenas e jovens.

Sugere-se que as oficinas de intercâmbio em gestão territorial possam ser desenvolvidas em parceria com as atividades de intercâmbio do programa da Valorização Cultural e Fortalecimento Étnico.

Duração: 30 dias (em 02 oficinas de 15 dias no segundo semestre).

### *C) Plano de Gestão Territorial*

Se na floresta o plano de gestão territorial é um importante instrumento normativo e de planejamento pois estabelece metas a serem atingidas por meio da gestão do território (LITTLE, 2006), complementando as estratégias tradicionais de gestão (CTI, 2010). E, seus resultados servem tanto para preparar os povos indígenas ao enfrentamento de significativas pressões a seus territórios ou condições de vida, por exemplo, as advindas das grandes obras de infraestrutura (APIO, 2009), quanto para subsidiar políticas públicas, como acontece no Acre (AQUINO; IGLESIAS, 2005; APEL, 2011; LITTLE, 2006). O mesmo deverá ocorrer em contexto urbano.

A construção de um Plano Indígena de Gestão Territorial em contexto urbano propiciará aos povos Cassupá e Salamã a formalização do que esperam para seu futuro em termos de qualidade de vida. Para que seja verdadeiramente um plano de gestão indígena, deve ser concebido, implementado, avaliado e alterado por eles (LITTLE, 2006). O desafio deste plano será garantir a integridade sustentável de um território que se encontra em meio ao crescimento urbano de Porto Velho.

Diversas metodologias vêm sendo aplicadas por diferentes instituições, em todo o Brasil (LITTLE, 2006), para a elaboração de acordos coletivos à gestão do território indígena, sendo chamados de planos de gestão territorial ou ambiental (APEL, 2011) ou plano de vida (APIO, 2009). Contudo, a gestão de territórios indígenas na cena urbana é uma nova variação.

Em geral, os planos de gestão envolvem em sua construção duas etapas, a diagnóstica e a normativa (LITTLE, 2006). Na etapa diagnóstica são realizados levantamentos participativos a respeito do território e seus recursos, dos modos de vida do passado e do presente de cada povo, dos desafios enfrentados atualmente e das propostas de solução, considerando o fato da Área de Referência se localizar em uma região de expansão urbana. Já na etapa normativa são definidas as alternativas de manejo dos recursos naturais, classificadas as áreas de uso indígena e estabelecidos os acordos comunitários. Esta etapa pode ser composta pelo etnozoneamento, definido por Little (2006) como um instrumento de ordenamento territorial ou pelo plano de gestão, no qual são consolidadas as informações, os acordos, as metas e os caminhos para atingi-las. A etapa de diagnóstico terá sido realizada nos estudos e monitoramentos do território e nas expedições de mapeamento do território e será complementada pelas novas referências em gestão territorial indígenas obtidas por meio dos Intercâmbios. A etapa normativa, ou seja, a consolidação do Plano Indígena de Gestão Territorial será realizada por meio de oficinas participativas envolvendo toda a comunidade<sup>3</sup>.

É comum que as oficinas sejam subdivididas em temas como: saúde, educação, manejo de recursos naturais, segundo a lógica não indígena (ver APIO, 2009), contudo, recomenda-se que as oficinas não sejam assim fragmentadas e que sua lógica seja estabelecida pelos indígenas. Para esta etapa, são previstas quatro oficinas preparatórias, com cerca de quatro dias de duração, além de duas

---

<sup>3</sup> As oficinas são uma das técnicas participativas mais empregadas nas experiências em gestão territorial, podendo ter variados conteúdos e ser realizadas em diferentes fases do processo (LITTLE, 2006).



grandes oficinas de consolidação com a participação de representantes indígenas, com duração de cinco dias.

A construção deste plano de gestão dependerá especialmente de um conjunto sólido de informações sobre o crescimento urbano de Porto Velho, bem como, da apropriação pelos indígenas de conceitos sobre desenvolvimento urbano e territorial, e ainda, do estabelecimento de consensos sociais. Após a construção do Plano Indígena de Gestão Territorial em contexto urbano, ocorrerá sua implementação da forma como foi definida pela comunidade na fase de elaboração.

A avaliação participativa dos resultados e desafios na implementação do plano deve ser feita com regularidade, em reuniões envolvendo toda a comunidade. O público-alvo do Plano de Gestão Territorial são as comunidades dos povos indígenas Cassupá e Salamã, localizados na AR. A duração será de um ano.

#### 4.4.2.2 Projeto de Educação Ambiental

A Educação Ambiental é um processo participativo, onde o educando assume o papel de elemento central do processo de ensino/aprendizagem pretendido, participando ativamente no diagnóstico dos problemas ambientais e busca de soluções, sendo preparado como agente transformador, através do desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes, através de uma conduta ética, condizentes ao exercício da cidadania.

O Projeto de Educação Ambiental Indígena é uma proposta de contribuição para o despertar da consciência ambiental. Deverá conscientizar diretamente a população indígena da AR e indiretamente a população não-indígena residente no entorno da AR sobre a necessidade da preservação, conservação da biodiversidade e gestão do lixo, para a manutenção e melhoria da qualidade de vida. Este Projeto objetiva proporcionar à comunidade indígena envolvida: valores, habilidades, experiências que provoquem mudanças de atitudes, bem

como, conhecimentos; tornando-as aptas a agir individual e coletivamente na solução e prevenção de problemas ambientais locais, garantindo a preservação ambiental e cultural do espaço Cassupá e Salamãí.

Considerando a importância da temática ambiental e a visão integrada do mundo, no tempo e no espaço, a capacitação em educação ambiental deverá oferecer meios efetivos para que os indígenas compreendam os fenômenos naturais, as ações humanas e sua consequência para consigo, para sua própria espécie, para os outros seres vivos e o ambiente.

É fundamental que cada indígena desenvolva as suas potencialidades e adote posturas pessoais e comportamentos sociais construtivos, colaborando para a construção de um ambiente comunitário saudável. Salienta-se que este programa deverá articular-se à escola.

O Projeto de Educação Ambiental da comunidade Cassupá e Salamãí é caracterizado pelas atividades de capacitação em meio ambiente e ações de restauração ambiental, descritas a seguir.

*a) Capacitação em meio ambiente*

Recomenda-se como conteúdo mínimo para as atividades formativas em meio ambiente os seguintes temas:

- Lixo (redução, reutilização, reciclagem, compostagem, etc.);
- Água (consumo, desperdício, poluição);
- Florestas (porque preservá-las?);
- Fogo (prevenção, efeitos negativos ao meio ambiente);
- Agrotóxicos (riscos para a saúde, danos ambientais);
- Caça e pesca;
- Respeito aos animais silvestres e domésticos;
- Drogas;
- DST – Doenças sexualmente transmissíveis;

- Segurança no trânsito;
- Respeito ao próximo;
- Noções de saúde (higiene, prevenção de doenças);
- Cidadania (direitos do cidadão), entre outros.

A carga horária mínima estimada é de 16h, sendo 20 horas a carga horária máxima estimada. Os encontros formativos serão distribuídos a cada duas semanas (ou a critério da comunidade), em um prazo máximo de quatro meses.

O público-alvo são aproximadamente 10 indígenas entre 15 e 60 anos.

Parcerias e interação com outros programas: recomenda-se estabelecer parcerias com instituições responsáveis por atividades de educação e extensão indígena e/ou rural, como universidades, institutos, órgãos governamentais, como UNIR, Embrapa, Emater, SENAR, SEBRAE, entre outros. O projeto deverá interagir com os programas ambientais das TIs Karitiana e Karipuna, que são integrantes do PBA-CI.

#### *b) Restauração ambiental*

As ações de restauração ambiental, em forma de mutirão, têm o objetivo de sensibilizar os indígenas quanto a importância da organização e da mobilização comunitária, para o encaminhamento das questões coletivas e, ao mesmo tempo, combate a imagem negativa que os moradores tem da comunidade (lixo, esgoto, poluição dos recursos hídricos), buscando assim, contribuir para a melhora da sua autoestima. Sugerem-se como atividades educativas e de restauração ambiental ações coletivas e individuais:

- Coleta, separação e processamento do lixo, na AR e no igarapé;
- Implantação de composteira coletiva (em conjunto com o Programa de Produção);

- Plantio de mudas de espécies arbóreas nativas e frutíferas, em áreas degradadas, ao longo do igarapé (Área de Preservação Permanente – APP), e em demais áreas que possam ser indicadas pela comunidade.

As ações têm como objetivo capacitar lideranças para desenvolver, após o término dos mutirões de coleta de lixo e plantio de mudas, um trabalho contínuo de educação ambiental, visando, além, da prevenção de doenças e melhoria das condições de vida da comunidade, suscitando sentimentos de responsabilidade, solidariedade, iniciativa e respeito mútuo. Sugere-se que sejam realizadas duas ações de restauração ao longo de um ano, uma em cada semestre, excetuando o aspecto do lixo que poderá ocorrer em espaços mais curtos de tempo e ser coletado com calendário definido pela comunidade.

#### 4.4.2.3 Projeto de Saneamento e Recursos Hídricos

O Projeto de Saneamento e Recursos Hídricos tem os seguintes objetivos:

- Contribuir para a implantação de soluções em saneamento individuais e coletivas de pequeno porte, com tecnologias adequadas;
- Contribuir para adequação das condições de saneamento domiciliar;
- Contribuir para a instalação de melhorias sanitárias<sup>4</sup> nos domicílios, necessárias à proteção das famílias e à promoção de hábitos higiênicos.

A meta principal do projeto é apoiar a estruturação de rede de abastecimento de água e tratamento de esgoto na Área de Referência Cassupá e Salamã.

---

<sup>4</sup> Conforme a FUNASA (2006), as melhorias Sanitárias Domiciliares são intervenções promovidas, prioritariamente, nos domicílios e eventualmente intervenções coletivas de pequeno porte. Tem o objetivo de atender às necessidades básicas de saneamento das famílias, por meio de instalações sanitárias mínimas, relacionadas ao uso da água e ao destino adequado dos esgotos no domicílio. Incluem a construção de módulos sanitários, banheiro, privada, tanque séptico, sumidouro (poço absorvente), instalações de: reservatório domiciliar de água; tanque de lavar roupa; lavatório; pia de cozinha; ligação à rede de distribuição de água; ligação à rede coletora de esgoto; entre outras. São consideradas melhorias sanitárias coletivas de pequeno porte, por exemplo: banheiro público, poço chafariz, pequenos ramais condominiais, tanque séptico coletivo, etc. As melhorias devem ser executadas a partir das necessidades identificadas no inquérito sanitário, devendo ser levado em consideração a cultura local, bem como tecnologias adequadas às instalações.

A seguir é apresentado o escopo das melhorias sanitárias recomendadas no projeto.

a) Apoio a estruturação de sistema de abastecimento de água da AR

Como apresentado no Diagnóstico Socioambiental (Volume 1), existe um poço para abastecimento de água na AR, e os resultados da análise de qualidade demonstram padrão aceitável de potabilidade, no entanto, o reservatório de água é de alvenaria e não possui tampa. Sugere-se adequar o reservatório para acomodar caixa d'água de PVC com capacidade para 5.000 litros ou maior. Será necessário realizar a ligação de entrada de água até as cinco residências da AR. No mês de maio de 2012 a SESAI iniciou obras para construção de um poço artesiano e um módulo sanitário com área de serviço, mas segundo os indígenas, a ligação da entrada de água será de responsabilidade de cada família.

Desta forma, necessita-se que o projeto custeie os materiais necessários para estas futuras instalações. Portanto, pelo fato das residências atuais estarem localizadas próximas ao novo poço e as futuras residências (em local já definido pela comunidade) localizadas próxima ao poço atual, deverá ser realizado o apoio à instalação ao menos de uma rede de abastecimento, para as atuais residências, contudo, recomenda-se uma segunda rede para as futuras residências.

Ações/estruturas para abastecimento de água sugerido são as seguintes:

- Instalação de rede de abastecimento para cinco residências existentes na AR, a partir do poço da FUNASA (em construção);
- Instalação de rede de abastecimento para futuras residências a serem construídas na AR, a partir do poço existente;
- Substituição da caixa d'água atual (de alvenaria) por uma de PVC.



Ações/estruturas para abastecimento de água sugerido são representados no esquema a seguir.

Figura 6 – Esquema de distribuição de água para as residências atuais e futuras na AR



b) Apoio a estruturação de sistema de tratamento de esgoto doméstico na AR

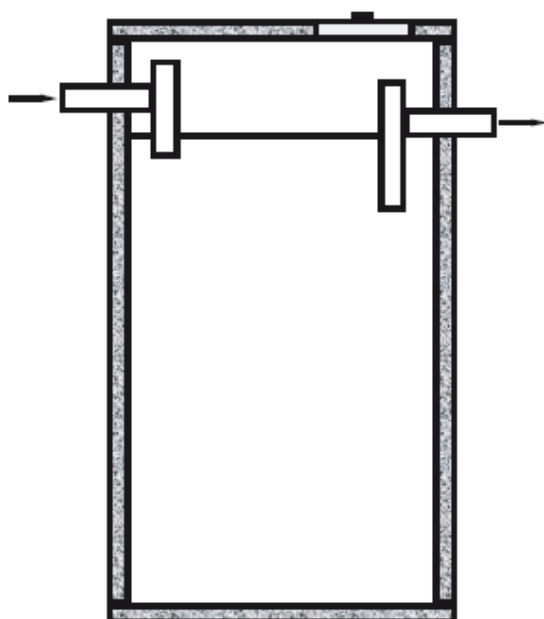
Como complemento às medidas de melhoria das condições sanitárias das residências, sugere-se a instalação de unidades de tratamento de esgoto individuais, compostas por tanque séptico e sumidouro, nas cinco residências, conforme descrição a seguir.

### *1 - Tanque séptico (ou fossa séptica)*

O tanque séptico ou fossa séptica são unidades de tratamento primário de esgoto doméstico nas quais são feitas a separação e transformação da matéria sólida contida no esgoto (FUNASA, 2006). É uma benfeitoria complementar e necessária às moradias, e fundamentais no combate a doenças, verminoses e endemias (como a cólera), pois evitam o lançamento dos dejetos humanos diretamente em rios, lagos, nascentes ou mesmo na superfície do solo. O seu uso é essencial para a melhoria das condições de higiene das populações rurais (CAESB, 2000). Esse tipo de fossa nada mais é que um tanque enterrado, que recebe os esgotos (dejetos e águas servidas), retém a parte sólida e inicia o processo. É uma unidade cilíndrica ou prismática de seção retangular de fluxo horizontal para o tratamento de esgotos por processos de sedimentação, flotação e digestão (NBR 7229/1993). O efluente deste tanque deverá ser transportado para um filtro biológico, valas de filtração, valas de infiltração, sumidouro ou para a rede coletora de esgoto (FUNASA, 2006).

Figura 7 – Tanque séptico

Fonte: Funasa, 2006 (desenho ilustrativo)



*2 - Distribuição dos efluentes no solo: sumidouro (ou poço absorvente) e vala de absorção*

Há duas maneiras de distribuir os efluentes no solo:

- Sumidouros;
- Valas de Infiltração.

A utilização de um ou outro vai depender do tipo de solo e dos recursos disponíveis para a sua execução.

a) Sumidouro

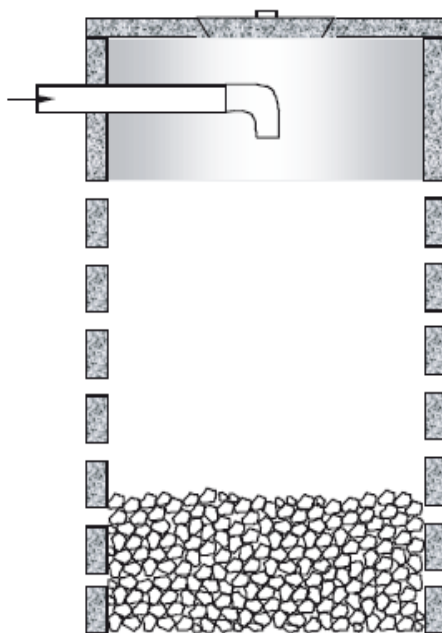
É um poço seco escavado e não impermeabilizado, que orienta a infiltração de água residuária no solo (NBR 7229/1993). Deverá ser revestido com alvenaria em crivo ou anéis de concreto furados. Dependendo das características do solo, o revestimento poderá ser dispensado (FUNASA, 2006). O sumidouro é um poço sem laje de fundo que permite a penetração do efluente da fossa séptica no solo. O diâmetro e a profundidade dos sumidouros dependem da quantidade de efluentes e do tipo de solo. Mas não devem ter menos de 1 m de diâmetro e mais 3m de profundidade, para simplificar a construção. Os sumidouros podem ser construídos de tijolo maciço ou blocos de concreto ou ainda com anéis pré-moldados de concreto.

A construção de um sumidouro começa pela escavação de buraco, a cerca de 3 m da fossa séptica e um nível um pouco mais baixo, para facilitar o escoamento dos efluentes por gravidade. A profundidade do buraco deve ser de 70 cm maior que a altura final do sumidouro. Isso permite a colocação de uma camada de pedra, no fundo do sumidouro, para infiltração mais rápida no solo e de uma camada de terra, de 20cm, sobre a tampa do sumidouro.

Os tijolos ou blocos só devem ser assentados com argamassa de cimento e areia nas juntas horizontais. As juntas verticais devem ter espaçamentos (no caso de tijolo maciço) e não devem receber argamassa de assentamento, para facilitar o escoamento dos efluentes. Se as paredes forem de anéis pré-moldados, eles devem ser apenas colocados uns sobre os outros, sem nenhum rejuntamento, para permitir o escoamento dos efluentes. A laje ou tampa do sumidouro pode ser feita com uma ou mais placas pré-moldadas de concreto, ou executada no próprio local, tendo o cuidado de armar em forma de tela.

Figura 8 – Sumidouro

Fonte: Funasa, 2006 (desenho ilustrativo)



#### b) Valas de infiltração

Recomendadas para locais onde o lençol freático é próximo a superfície. Esse sistema consiste na escavação de uma ou mais valas, nas quais são colocados tubos de dreno com brita, ou bambu, preparado para trabalhar como dreno retirando o miolo, que permite, ao longo do seu comprimento, escoar para dentro do solo os efluentes provenientes da fossa séptica. O comprimento total das valas depende do tipo de solo e quantidade de efluentes a ser tratado. Em



terrenos arenosos 8m de valas por pessoa. Entretanto, para um bom funcionamento do sistema, cada linha de tubos não deve ter mais de 30m de comprimento. Portanto, dependendo do número de pessoas e do tipo de terreno, pode ser necessária mais de uma linha de tubos/valas.

Figura 9 – Esquema de vala de infiltração

Fonte: CAESB, 2000 (desenho ilustrativo)

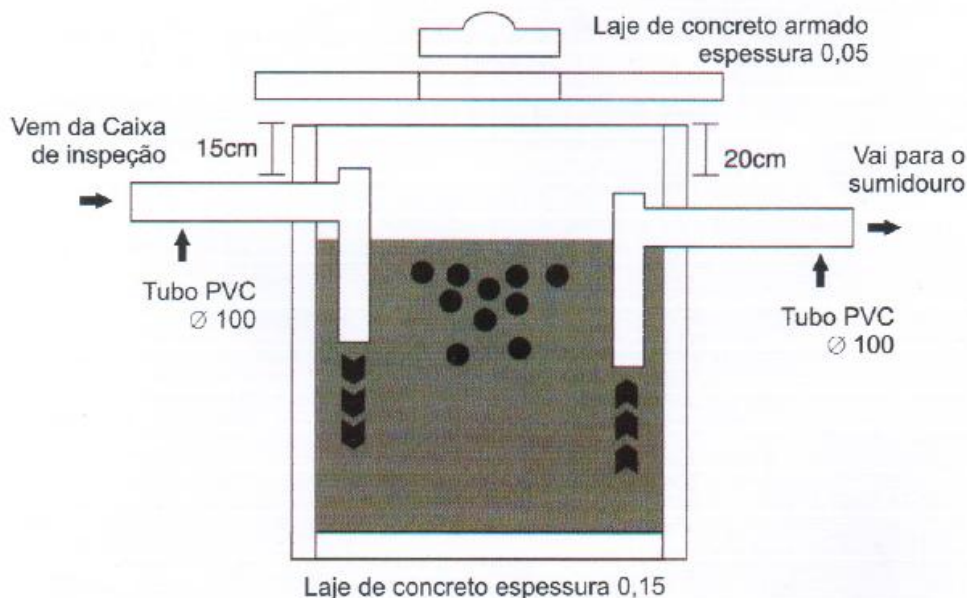


### 3 - Instalação do tanque ou fossa séptica e sumidouro

A execução desse tipo de fossa séptica começa pela escavação do buraco onde a fossa vai ficar enterrada no terreno. O fundo do buraco deve ser compactado, nivelado e coberto com uma camada de 5 cm de concreto magro, (1 saco de cimento, 8 latas de areia, 11 latas de brita e 2 latas de água, a lata de medida a de 18 litros) sobre o concreto magro é feito uma laje de concreto armado de 6 cm de espessura (1 saco de cimento, 4 latas de areia, 6 latas de brita e 1,5 It de água), malha de ferro 4.2 a cada 20 cm. As paredes são feitas com tijolo maciço, ou cerâmico, ou com bloco e concreto. Durante a execução da alvenaria, já devem ser colocados os tubos de entrada e saída da fossa (tubos de 100 mm) e deixa ranhuras para encaixe das placas de separação das câmaras, caso de fossa retangular. As paredes internas da fossa devem ser revestidas com argamassa a base de cimento (1 saco de cimento, 5 latas de areia e 2 latas de cal). A fossa séptica circular, na qual apresenta maior estabilidade, utiliza-se para retentores de espuma na entrada e na saída, Tês de PVC de 90 graus com diâmetro de 100 mm.

Figura 10 – Detalhe da fossa séptica

Fonte: CAESB, 2000 (desenho ilustrativo)



Na fossa séptica retangular a separação das câmaras e a tampa da fossa são feitas com placas pré-moldados de concreto. Para a separação das câmaras são necessárias cinco placas: duas de entrada e três de saída. Essas placas têm quatro centímetros de espessura e a armadura em forma de tela.

Figura 11 – Detalhe da fossa séptica

Fonte: CAESB, 2000 (desenho ilustrativo)

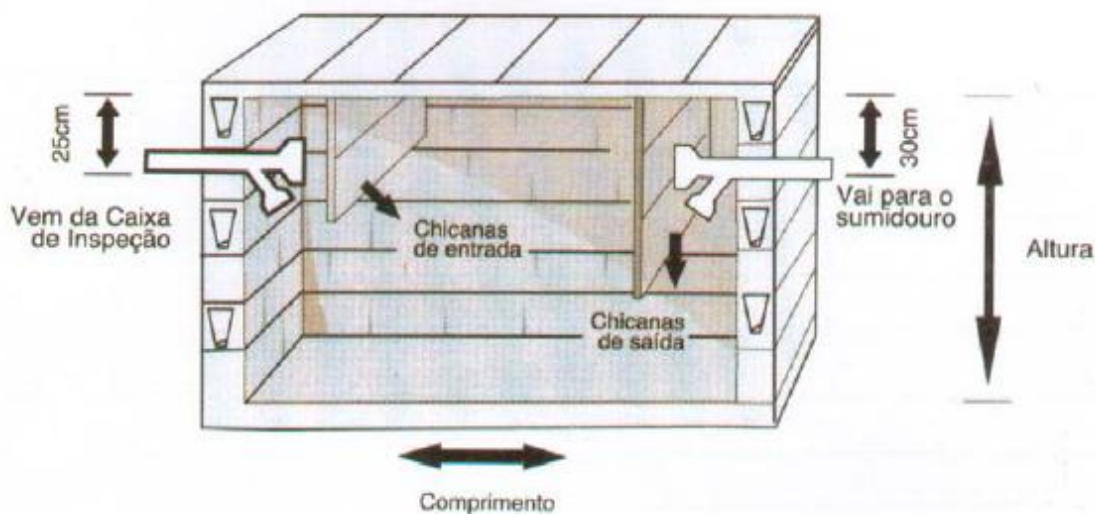
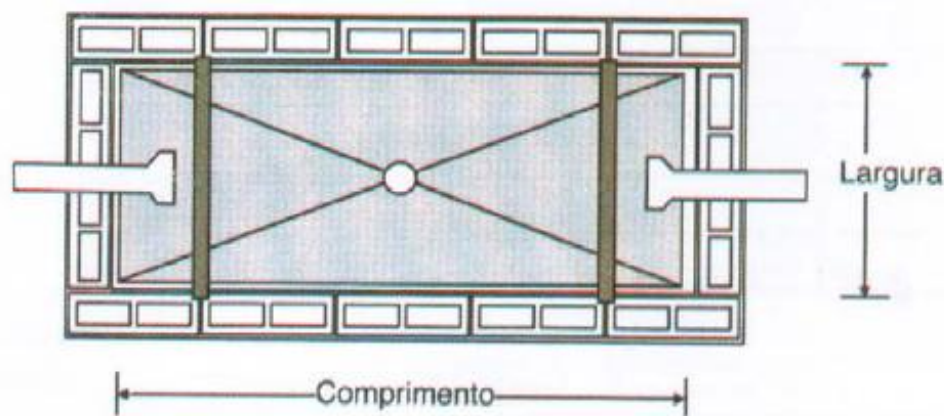


Figura 12 – Detalhe da fossa séptica

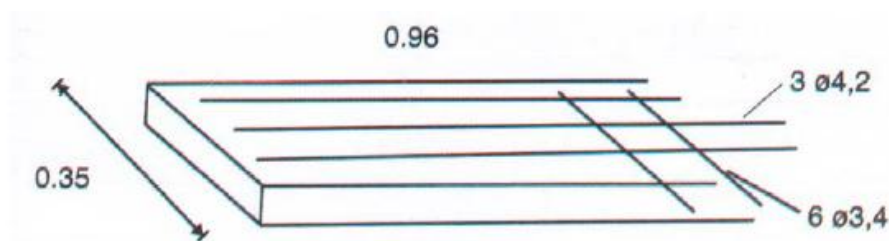
Fonte: CAESB, 2000 (desenho ilustrativo)



A tampa a subdividida em placas, para facilitar a sua execução e até a sua remoção. As placas possuem 5 cm de espessura e sua armação também é feita em forma de tela.

Figura 13 – Detalhe da tampa da fossa séptica

Fonte: CAESB, 2000 (desenho ilustrativo)



#### 4 - Ligação da rede de esgoto à fossa

A rede de esgoto da moradia deve passar inicialmente por um caixa de inspeção, que serve para fazer a manutenção do sistema, facilitando o desentupimento, essa caixa deve ter 60 cm x 60 cm e profundidade de 50 cm, construída a cerca de 2 metros de distância da casa. Caixa construída em alvenaria, ou pré-moldada, com tampa de concreto.

Figura 14 – Ligação do esgoto à fossa séptica

Fonte: CAESB, 2000 (desenho ilustrativo)

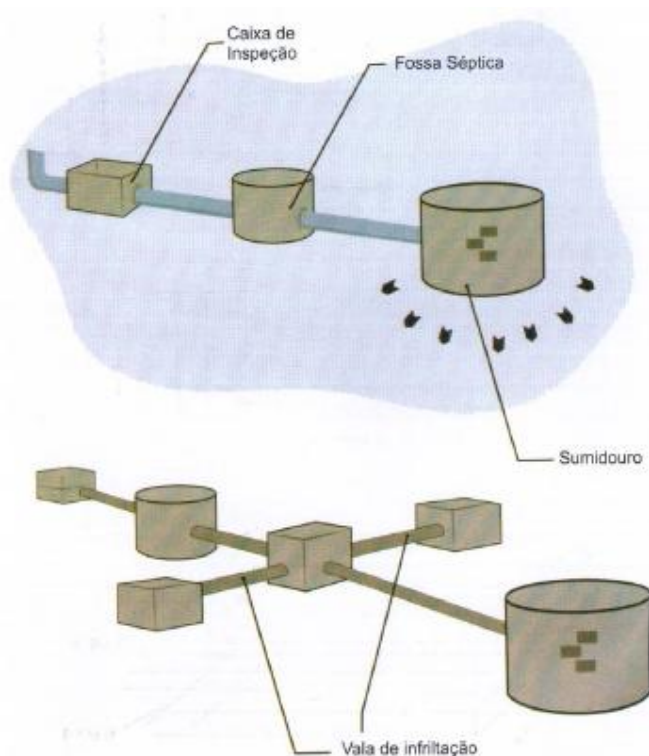


Figura 15 – Ligação do esgoto à fossa séptica

Fonte: CAESB, 2000 (desenho ilustrativo)

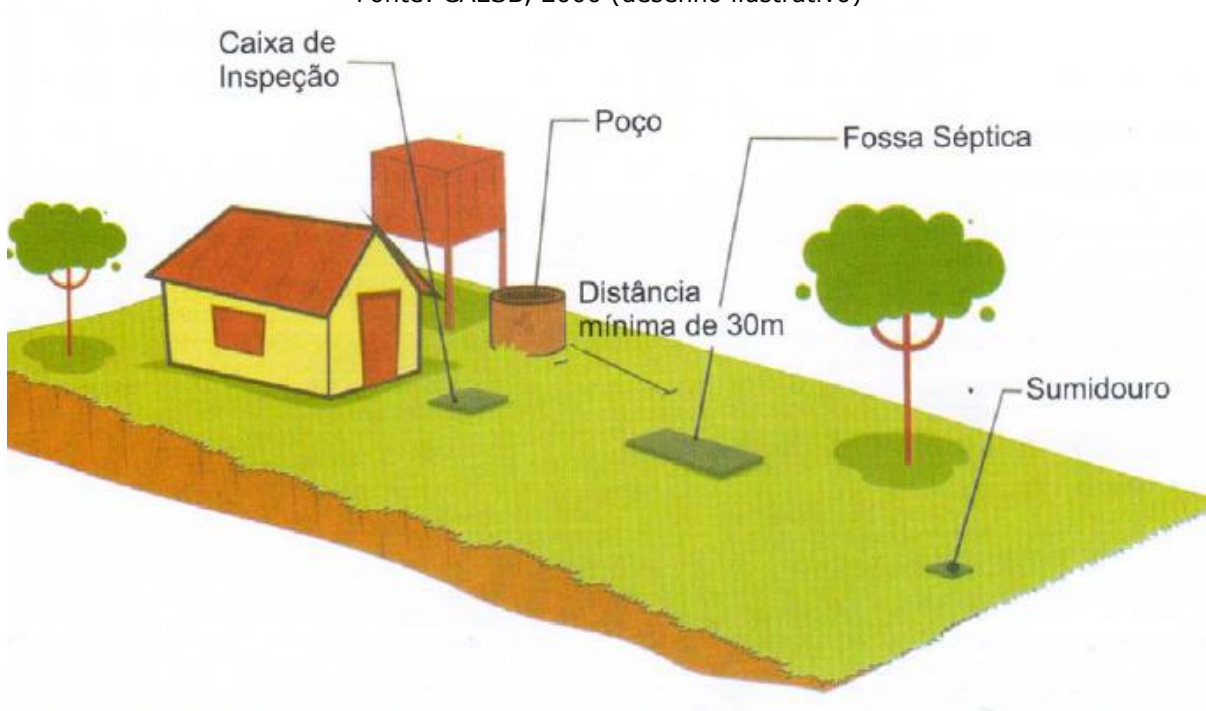
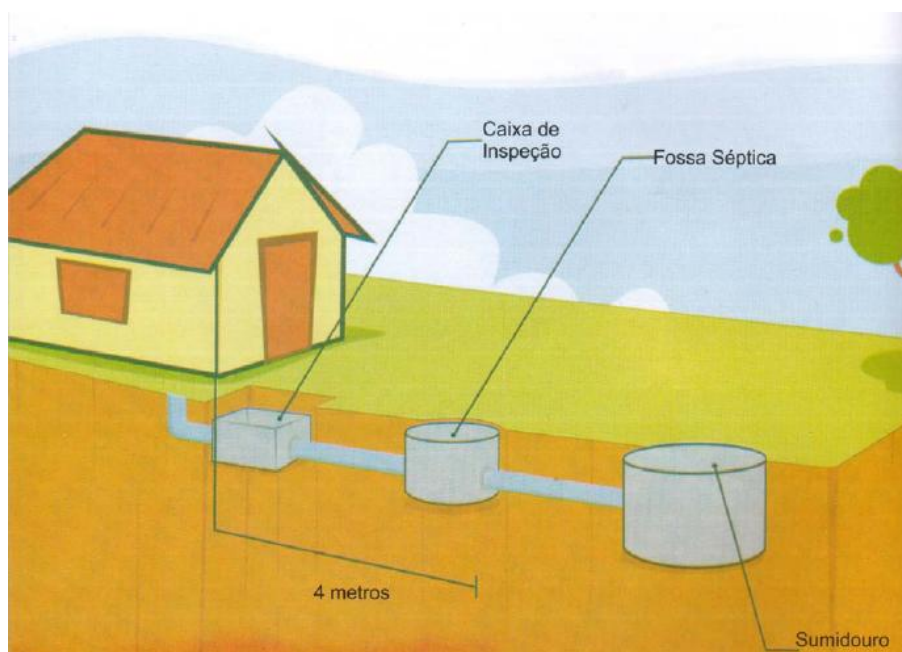




Figura 16 – Esquema ilustrativo de sistema de tratamento de esgoto com fossa séptica e sumidouro

Fonte: CAESB, 2000 (desenho ilustrativo)



#### 4.5 ELEMENTOS DE CUSTO DO PROGRAMA DE GESTÃO TERRITORIAL

##### 4.5.1 Recursos Humanos

Os recursos humanos necessários para a execução do Programa são:

- Articulador indígena (articulação para capacitação e intercâmbio e mobilização da comunidade para as atividades de educação ambiental)
- Facilitador/educador (professor, técnico ou consultor responsável pelas atividades formativas);
- Auxiliar em instalação hidráulica (para as obras de saneamento).

#### 4.5.2 Recursos Materiais

Os recursos materiais necessários para a execução do Programa são:

- GPS; (a ser doado para OPICS)
- Notebook; (a ser doado para OPICS)
- Impressora; (a ser doado para OPICS)
- Máquina fotográfica digital; (a ser doado para OPICS)
- Filmadora digital; (a ser doado para OPICS)
- Material de escritório em geral; (a ser doado para OPICS)
- Material para instalação de rede de abastecimento de água (tubos e conexões, ferramentas e materiais diversos);
- Material para instalação de rede de tratamento de esgoto (tubos e conexões, fossa séptica, sumidouro, ferramentas e materiais diversos).

#### 4.5.3 Construção Civil

As obras de construção civil necessárias para a execução do Programa são:

- Instalação de rede de abastecimento de água
- Instalação de rede de tratamento de esgoto

A relação geral de custos do Programa está apresentada a seguir.

Figura 17 - Relação de custos do Programa de Gestão Territorial

Categoria de custo / Discriminação	Qt.	Un.	R\$ un.	R\$ Total
<b>Recursos Humanos</b>				
Articulador Indígena	30	Diárias	50,00	1.500,00
Facilitador/educador	20	Horas	100,00	2.000,00
<b>Recursos Materiais</b>				
GPS	1	Un.	2.000,00	2.000,00
Notebook	1	Un.	2.500,00	2.500,00
Máquina Fotográfica Digital	1	Un.	800,00	800,00
Impressora	1	Un.	400,00	400,00
Material para escritório em geral (papel, tinta para impressora, canetas, cadernos, etc.)	1	Un.	600,00	600,00
Material para educação ambiental e restauração ambiental (mudas, ferramentas, sacos plásticos, etc.)	1	Un.	1.000,00	1.000,00
Material para instalação de rede de abastecimento de água (tubos e conexões, ferramentas e materiais diversos)	2	Un.	1.500,00	3.000,00
Material para instalação de rede de tratamento de esgoto residencial (tubos e conexões, tanque séptico, sumidouro, ferramentas e materiais diversos)	5	Un.	2.000,00	10.000,00
Kit de proteção para atividades coletivas de gestão ambiental	10	Un	440,00	4.400,00
<b>Construção Civil</b>				
Mão de obra de auxiliar em instalação hidráulica para rede de abastecimento de água (preferencialmente indígena)	120	Horas	30,00	3.600,00
Mão de obra de auxiliar em instalação hidráulica para rede de tratamento de esgoto (preferencialmente indígena)	80	Horas	30,00	2.400,00
<b>Custo Total</b>				<b>34.240,00</b>

#### 4.6 CRONOGRAMA DO PROGRAMA DE GESTÃO TERRITORIAL

O Programa está estruturado para ter uma duração máxima inicial de um ano, sendo que no decorrer do período de desenvolvimento o mesmo poderá ser

modificado, encerrado ou renovado, conforme os objetivos e metas sejam alcançados.

O cronograma com as atividades dos projetos do Programa de Gestão Territorial está contido na figura a seguir.

Figura 18 – Cronograma do Programa de Gestão Territorial

Atividades	Meses											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
<b>Articulação e Planejamento</b>												
Reunião de articulação e consolidação das ações a serem executadas; (SAE; Representantes indígenas; Consultores; Instituições afins.)	X	X										
Planejamento estratégico participativo entre Representantes da SAE; Representantes indígenas; Consultores; Instituições afins.	X	X										
Atualização das demandas de recursos	X	X										
Consolidação do Plano de Ação	X	X										
<b>Contatos e parcerias</b>												
Consolidação de parcerias	X	X										
Mobilização de grupos focais		X										
Articulação com profissionais	X	X										
<b>Desenvolvimento dos Projetos</b>												
Estudos e expedição de reconhecimento e monitoramento na AR		X		X		X		X		X		X
Intercâmbios em Gestão de Território (em parceria com o programa de valorização cultural) – período a ser definido pelas comunidades												
Elaboração do Plano de Gestão Territorial			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Capacitação em Educação Ambiental			X	X	X	X						
Mutirões de limpeza e coleta de lixo na AR				X						X		
Mutirões de plantio de mudas, principalmente nas margens do igarapé				X						X		
Instalação de rede de abastecimento de água		X										
Instalação de rede de tratamento de esgoto		X										
<b>Relatórios</b>												
Relatórios de acompanhamento e monitoramento			X		X		X		X		X	
<b>Avaliação dos resultados</b>												



Avaliação semestral							X						
Avaliação final													X

#### 4.7 ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL DO PROGRAMA DE GESTÃO TERRITORIAL

Para a realização dos intercâmbios será necessária a articulação com associações indígenas inseridas no PPTIM, com a FUNAI, bem como, instituições locais de apoio às populações indígenas e a prefeitura municipal de Porto Velho.

#### 4.8 INTERAÇÃO DO PROGRAMA DE GESTÃO TERRITORIAL COM OUTROS PROGRAMAS AMBIENTAIS

A interação se dá ao passo que os Programas de compensação têm como fundamento a territorialidade atual deste grupo indígena, bem como a unidade étnica por meio da ocupação e do uso da terra. Gerir adequadamente o território, agregando os parentes que atualmente vivem na área, tanto quanto aqueles que chegarão, representa a soma entre território e cultura na redução de impactos. Neste sentido, as atividades de gestão do território implicam na valorização e identificação do espaço enquanto um local de apropriação Cassupá e Salamãí.

#### 4.9 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO PROGRAMA DE GESTÃO TERRITORIAL

- Brasil. Constituição Federal de 1988 – Reconhece os direitos indígenas no Capítulo VIII.
- Brasil. Decreto 1.141/1994 - Dispõe sobre proteção ambiental, saúde e apoio às atividades produtivas para as comunidades indígenas;

- Brasil. Decreto 3.799/2001 - Altera dispositivos do Decreto 1.141/1994, que dispõe sobre proteção ambiental, saúde e apoio às atividades produtivas para as comunidades indígenas.
- Brasil. Decreto nº 5.051 de 19 de abril de 2004 - Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.
- OIT – Organização Internacional do Trabalho. Convenção nº 169 de 1989 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) - Sobre Povos Indígenas e Tribais.

#### 4.10 RESPONSÁVEIS TÉCNICOS PELA ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE GESTÃO TERRITORIAL

A relação dos responsáveis técnicos pela elaboração do programa é apresentada a seguir.

Figura 19 - Relação de técnicos responsáveis pela elaboração do Programa Indígena de Gestão Territorial

<b>TÉCNICO</b>	<b>FORMAÇÃO</b>	<b>CONSELHO DE CLASSE</b>	<b>CTF IBAMA</b>
Ceusnei Simão	Engenheiro Florestal, M.Sc.	CREA PR-67783/D	481408

#### 4.11 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DO PROGRAMA DE GESTÃO TERRITORIAL

APEL, L.K. **Etnomapeamento na TI Kaxinawá Ashaninka do Rio Breu**. Acre: Página 20 - Online 2011.

APIO. **Plano de vida dos índios e organizações indígenas do Oiapoque**. Oiapoque: Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque, 2009. 45 p. Documento síntese das oficinas de planejamento participativo realizadas pela APIO em 2008.

AQUINO, T.V.; IGLESIAS, M.P. Etnozoneamento: uma importante ferramenta de gestão ambiental em terras indígenas. **Jornal Página 20**, Papo de índio, 2005.

CAESB. Companhia de saneamento ambiental do Distrito Federal. **Instruções para instalação de fossa séptica e sumidouro**. Brasília, 2000.

CARNEIRO FILHO, A.; SOUZA, O. B. **Atlas de pressões e ameaças às terras indígenas na Amazônia brasileira**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2009. 47p.

CTI. O contexto regional e os programas de gestão territorial do CTI. In: JUNQUEIRA, P.; GRUPIONI, L.D.B. (Org.) O Contexto Regional e as Estratégias de Gestão Territorial nas Terras Indígenas – **Documento Base do Intercâmbio da RCA ao Parque Indígena do Xingu – MT**. Canarana, 2010. p. 30-39.

FUNASA. Fundação Nacional de Saúde. **Manual de orientações técnicas para elaboração de projeto de melhorias sanitárias domiciliares**. 1ª reimpressão. Brasília: Funasa, 2006. 68 p.

GALLOIS, D. T. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades? In: RICARDO, F. (org.). **Terras Indígenas e Unidades de Conservação da natureza: o desafio das sobreposições territoriais**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

LEME. Leme Engenharia S/A. **Estudo de Impacto Ambiental – EIA dos Aproveitamentos Hidrelétricos (AHE's) Santo Antônio e Jirau**. 2005.

LITTLE, P.E. **Gestão Territorial em Terras Indígenas**: Definição de conceitos e proposta de diretrizes. Rio Branco: 2006. Relatório final apresentado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA-AC),

Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas (SEPI-AC) e Agência da GTZ no Brasil.

MILLER, R.P. **Documento orientador para a preparação do Programa Nacional de Gestão Ambiental nas Terras Indígenas e do Projeto GEF Indígena**. Parte I e II: Análise e Sistematização dos Documentos de Referência sobre Projetos e Políticas Públicas com Interface Direta e Indireta com Gestão e Conservação da Biodiversidade das Terras Indígenas. Brasília: 2008.

VERDUM, R. A. **Gestão Ambiental e Territorial no Brasil Indígena: Conceitos, Estratégias e Mecanismos de Apoio no Âmbito do MMA/SDS/DADS**. Brasília: MMA/SDS/DADS, 2006. 57 p.





# **5** PROGRAMA DE PRODUÇÃO E SUSTENTABILIDADE

## **5. PROGRAMA DE PRODUÇÃO E SUSTENTABILIDADE**

### **5.1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVAS DO PROGRAMA DE PRODUÇÃO E SUSTENTABILIDADE**

O Programa Indígena de Produção e Sustentabilidade tem como objetivo fomentar e incentivar o desenvolvimento de projetos e ações que visam à mitigação e compensação dos impactos do empreendimento UHE Santo Antônio em relação à comunidade Indígena Cassupá e Salamã, localizadas na Área de Referência (BR 364, Km 5,5), conforme a percepção dos impactos do ponto de vista indígena e da equipe técnica, somadas aos EIA/RIMA elaborado por ocasião da construção da UHE de Santo Antônio.

O programa tem como meta social e ambiental desenvolver sistemas produtivos e extrativistas vegetais que não gerem impactos negativos as sociedades indígenas, em especial, concebendo e desenvolvendo produtos e processos produtivos que, além de viáveis do ponto de vista técnico-econômico, estejam alinhados às exigências sociais e ambientais, garantindo a segurança alimentar e nutricional e possibilitando alternativas de geração de renda.

A construção deste programa ocorreu de maneira participativa, com os atores envolvidos no processo diretamente ligado à escolha de seus interesses. Assim sendo, o arranjo organizacional ora proposto, é concernente com as vontades e anseios das populações indígenas, fato que é o ponto de partida para uma gestão permeada por um significativo grau de aprovação e, êxito do sistema organizacional e produtivo das comunidades.

Baseado no Diagnóstico Socioambiental (Volume 1), onde é apresentado o panorama da comunidade Cassupá e Salamã da AR, além das solicitações mínimas apresentadas pela comunidade, enfatizando as reivindicações de produção, sustentabilidade e segurança alimentar.



Com relação aos impactos percebidos pelos indígenas na área da produção e extrativismo, o programa visa prevenir, corrigir, mitigar e/ou compensar as consequências do aumento do custo de vida da população, entre elas a especulação imobiliária, a insegurança alimentar e o desemprego. A seguir é apresentado relação de impactos na percepção indígena e da equipe técnica.

Figura 20 – Impactos que o Programa de Produção e Sustentabilidade visa prevenir, corrigir, mitigar e/ou compensar

<b>ESTE PROGRAMA VISA PREVENIR, CORRIGIR, MITIGAR E/OU COMPENSAR OS SEGUINTE IMPACTOS:</b>
• Aumento do custo de vida na cidade de Porto Velho;
• Retorno e/ou ingresso de população indígena para a AR;
• Intensificação do uso da terra da AR com fins de habitação e consequente alteração da paisagem na Área de Referência;
• Redução dos espaços de utilização comum na AR dos quais se pode extrair e/ou gerar alimentos a fim de garantir complementação à segurança alimentar;

Neste sentido, são necessárias ações de curto prazo voltadas para a produção, sustentabilidade ambiental e segurança alimentar, tais como a avicultura coletiva e horticultura familiar, além da possibilidade do uso dos recursos naturais para o extrativismo e produção de artesanato.

## 5.2 OBJETIVOS DO PROGRAMA DE PRODUÇÃO E SUSTENTABILIDADE

### 5.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral do Programa Indígena de Produção e Sustentabilidade é incentivar e fomentar o desenvolvimento de atividades produtivas e extrativas vegetais, baseadas em técnicas agroecológicas e de agricultura orgânica, na Área de Referência Indígena Cassupá e Salamã, visando em primeiro lugar a subsistência e, posteriormente, a geração de renda.

### 5.2.2 Objetivos Específicos, metas e indicadores do Programa de Produção e Sustentabilidade

Os objetivos específicos do programa são:

- Apoiar a capacitação das populações indígenas para a produção agropecuária;
- Apoiar o desenvolvimento projetos agroecológicos e de agricultura orgânica;
- Apoiar o desenvolvimento projetos de criação de animais domésticos.

As metas do programa são:

- Contribuir para a segurança alimentar e nutricional e, posteriormente, à geração de renda para as comunidades indígenas;
- Geração de material genético próprio de perpetuação de espécies vegetais e animais;
- Capacitar os indígenas em técnicas agropecuárias;
- Adaptar técnicas ecológicas e sustentáveis à realidade cultural do povo indígena, no uso dos recursos naturais, por meio de projetos experimentais de criação de animais domésticos e hortaliças.

Os indicadores do programa são:

- Percentual de aproveitamento nos cursos e número de atores capacitados;
- Produção de aves e ovos;
- Produção de hortaliças;
- Geração de renda, caso ocorra excedente;

A seguir é apresentada a relação entre Objetivos Específicos, Metas e Indicadores do Programa de Produção e Sustentabilidade.

Figura 21 - Relação entre Objetivos Específicos, Metas e Indicadores do Programa de Produção e Sustentabilidade

<b>Objetivos específicos</b>	<b>Metas</b>	<b>Indicadores</b>
Apoiar a capacitação da população indígena em agropecuária (avicultura e horticultura);	Geração de material genético próprio de perpetuação de espécies animais;  Capacitar os indígenas em técnicas agropecuárias;	Percentual de aproveitamento nos cursos e número de atores capacitados;
Apoiar o desenvolvimento de projeto experimental de avicultura;	Contribuir para a segurança alimentar e nutricional e geração de renda para as comunidades indígenas;  Adaptar técnicas ecológicas e sustentáveis à realidade cultural do povo indígena, no uso dos recursos naturais, por meio de projetos experimentais de criação de animais domésticos;  Geração de material genético próprio de perpetuação de espécies vegetais e animais;	Produção de carne e ovos;  Possível geração de renda;
Apoiar o desenvolvimento de projeto experimental de horticultura familiar;	Contribuir para a segurança alimentar e nutricional e geração de renda para as comunidades indígenas;  Adaptar técnicas ecológicas e sustentáveis à realidade cultural do povo indígena, no uso dos recursos naturais, por meio de projetos experimentais de produção de hortaliças;	Produção de hortaliças;  Geração de renda, caso ocorra excedente;



### 5.3 PÚBLICO-ALVO DO PROGRAMA DE PRODUÇÃO E SUSTENTABILIDADE

O público-alvo do Programa são os indígenas Cassupá e Salamãí da Área de Referência (BR 364, Km 5,5), entre homens, mulheres e jovens, e demais membros das comunidades e atores envolvidos no PPTIM que tenham interesse.

### 5.4 METODOLOGIA DO PROGRAMA DE PRODUÇÃO E SUSTENTABILIDADE

Concebido no sentido de compensar e/ou mitigar os impactos negativos causados pela instalação e operação da UHE Santo Antônio, e orientar para os cuidados ambientais necessários, este Programa encontra-se fundamentado nas seguintes premissas:

- Consideração da realidade particular dos Cassupá e Salamãí;
- Identificação de suas principais carências, solicitações e potencialidades;
- Atualização do estágio dos programas levados a efeito pelo Poder Público regional, Universidades, ONGs, especialmente no que tange a economia solidária;
- Incorporação da necessidade de resolução de problemas.

Este Programa deverá articular elementos técnicos visando à sustentabilidade social da população Cassupá e Salamãí da Área de Referência.

As propostas aqui apresentadas, sempre que possível, deverão estar vinculadas a uma estratégia de gestão de médio e longo prazo, e numa visão de conjunto. Isto significa que, em sentido amplo, os atores envolvidos deverão ter um objetivo comum, possibilitando a troca de informações e ações recíprocas. Será dada ênfase ao intercâmbio com as esferas governamentais e com a sociedade civil visando facilitar não apenas a difusão/aquisição de ideias e experiências,

como também a obtenção de parcerias para treinamentos e recursos materiais para investimentos em projetos de interesse das comunidades indígenas.

#### 5.4.1 Etapas e Duração do Programa de Produção e Sustentabilidade

##### 5.4.1.1 Etapas do Programa de Produção e Sustentabilidade

O Programa pode ser sistematizado quatro etapas:

#### *1) Planejamento das atividades a serem desenvolvidas para a implementação do Programa:*

1.1) Planejamento estratégico participativo para desenvolvimento das ações de apoio às atividades produtivas e extrativistas vegetais;

1.2) Organização das demandas dos recursos necessários (humanos e materiais) para implementação do presente subprograma do PBA;

1.3) Seleção de recursos humanos indígenas e não-indígenas para execução das ações a serem desenvolvidas;

1.4) Organização de cronograma das atividades a serem implementadas no Programa;

1.5) Organização da infraestrutura de apoio para execução de oficinas, cursos, mutirões, palestras, reuniões e visitas técnicas, entre outras.

#### *2) Contatos e parcerias para o desenvolvimento das ações dos projetos:*

2.1) Mobilização de grupos focais;

2.2) Estabelecimento de parcerias com Entidades Públicas e Privadas para atuação nos Programas e Projetos a serem implementados pelo empreendedor nas Terras Indígenas;

2.3) Articulação com profissionais convidados para ministrar oficinas ou outras atividades estabelecidas.

*3) Desenvolvimentos do programa propriamente dito:*

3.1) Execução das ações de apoio às atividades produtivas e de sustentabilidade socioeconômica;

3.2) Execução das ações de apoio às atividades de infraestrutura;

3.3) Execução das atividades organizativas inter-relacionadas com os demais programas do Componente indígena (organização de oficinas, cursos de capacitação, mutirões, palestras, visitas técnicas, entre outras);

3.4) Avaliação continuada do planejamento inicialmente realizado, assim como das atividades executadas, permitindo ajustes;

*4) Avaliação de ações implementadas e relatórios de monitoramento:*

4.1) Supervisão e monitoramento pelo responsável técnico do Programa com apresentação de relatórios periódicos a serem discutidos em reuniões com lideranças indígenas e em reuniões participativas com a comunidade;

4.2) Elaboração de relatório técnico integrado periódico com avaliação das ações desenvolvidas nas TIs.

#### 5.4.1.2 Duração do Programa de Produção e Sustentabilidade

As medidas contempladas neste Subprograma devem ser implementadas num período de um ano. As medidas, programas e suas ações devem ser avaliados para se decidir, acerca de seu encerramento, renovação ou modificação, sujeito às observações da FUNAI, da comunidade indígena e do Empreendedor.

#### 5.4.2 Linhas de Ação do Programa de Produção e Sustentabilidade

##### 5.4.2.1 Capacitação em agropecuária (avicultura e horticultura)

Os cursos de capacitação (formação e treinamento) recomendados para os indígenas Cassupá e SalamãI da Área de Referência poderão ser ministrados por diversas instituições, como o SENAR/RO, SEBRAE, EMATER, EMBRAPA, UNIR, IDARON, entre outros, e/ou por consultores, contratados temporariamente. Os cursos deverão ser realizados na comunidade indígena. Seus conteúdos, assim como as formas de realização dos mesmos, deverão ser adaptados à realidade da comunidade, com acompanhamento integral da FUNAI, da comunidade indígena e do Empreendedor.

O empreendedor deverá fornecer o suporte para o desenvolvimento das atividades de capacitação, como transporte, alimentação, diárias para técnicos e auxiliares indígenas, equipamentos e materiais didáticos, entre outros. Estes custos deverão estar contidos nos projetos executivos a serem elaborados de forma participativa com os indígenas.

O público alvo são os indígenas da Área de Referência Cassupá e SalamãI, entre homens, mulheres e jovens, e demais membros das comunidades que tenham interesse. As turmas que irão compor os cursos de capacitação deverão ser formadas após reuniões de planejamento com a comunidade. Os cursos deverão ter duração de até 20 horas cada e serem ofertados de acordo com a disponibilidade da comunidade, em até quatro meses de duração.



Os cursos de capacitação da área de agricultura e pecuária recomendados para serem ofertados para as comunidades indígenas são:

a) Avicultura de pequeno porte

Conteúdo programático do curso de capacitação em avicultura:

- Instalações e equipamentos;
- Planejamento da produção;
- Raças mais indicadas;
- Sistemas de criação;
- Avicultura orgânica;
- Manejo da alimentação;
- Manejo geral;
- Sanidade;
- Manejo das poedeiras;
- Incubação dos ovos;
- Escalonamento da produção;
- Legislação;
- Processamento e comercialização;
- Projetos experimentais.

b) Horticultura.

Conteúdo programático do curso de capacitação em horticultura:

- Hortaliças
- Formas de cultivo
- Tipos de horta
- Hortas escolares
- Compostagem

- Pragas e doenças
- Importância das hortaliças na alimentação
- Projetos experimentais

#### 5.4.2.2 Projeto Experimental de Produção Ecológica Coletiva de Galinhas (Avicultura ecológica)

##### a) Introdução

O projeto de avicultura visa novas possibilidades em primeiro lugar para segurança alimentar e, posteriormente, de crescimento e geração de trabalho e renda, com a criação de aves para a produção de ovos e/ou abate.

Ao se garantir a segurança alimentar, as famílias poderão criar novas expectativas de vida, dedicando-se às atividades de serviços, estimulando-as a continuidade na ação.

Novos desafios poderão ser propostos para que estejam preparadas para a realidade de mercado.

Neste sentido, após garantir a oferta de proteína de qualidade para os próprios moradores na Área de Referência, pode-se chegar a comercialização das aves nos bairros e feiras do entorno da AR. Este seria um novo ciclo de desenvolvimento, que antecederia a maturidade do grupo, não apenas se inserindo em um mercado, como também criando formas de gestão, uma visão de negócios e, por fim, resgatando a dignidade, a valorização da pessoa e uma melhor qualidade de vida.

Se pensado de um ponto de vista econômico, o projeto busca promover o desenvolvimento social e econômico das famílias, através de uma atividade complementar do seu orçamento doméstico.

A criação de galinhas nas propriedades rurais é uma atividade que remonta à época do descobrimento, desempenhando papel importante no fornecimento de carne e ovos (Embrapa, 2009).

É fundamental salientar que devem ser seguidas as boas práticas de produção e observadas as exigências ambientais, de biossegurança e de bem estar animal na instalação de aviários e as condições de criação preconizadas pela legislação. Especificamente na área de sanidade, a produção de frangos deve estar respaldada nas Normativas Oficiais do Programa Nacional de Sanidade Avícola – PNSA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, que abrange desde a criação de aves de reprodução até frangos e poedeiras comerciais.

Todos os sistemas de produção devem atender a Instrução Normativa 56/2007 do MAPA que trata dos procedimentos para registro, fiscalização e controle de estabelecimentos avícolas de reprodução e comerciais de carne ou de ovos.

#### *b) Construção do aviário*

O ambiente de criação deve ser tranquilo e distante de outras criações ou plantéis avícolas e ainda se possível distante de estradas onde ocorra circulação de veículos e pedestres. Segundo recomendações da Embrapa Suínos e Aves (Embrapa, 2009), o aviário deve estar a pelo menos 100 metros de distância da estrada vicinal e a 30 metros dos limites periféricos da propriedade. A distância entre galpões do mesmo núcleo deverá ser de pelo menos o dobro da largura do galpão e de 500 metros de outro estabelecimento de aves comerciais de corte.

O aviário é uma construção simples e funcional com finalidade de alojamento das aves e que propicie conforto e bem-estar. Recomenda-se a sua construção em locais bem drenados na área (fazer uma terraplanagem se for necessário, para regularização do terreno). O material para construção deve estar disponível na

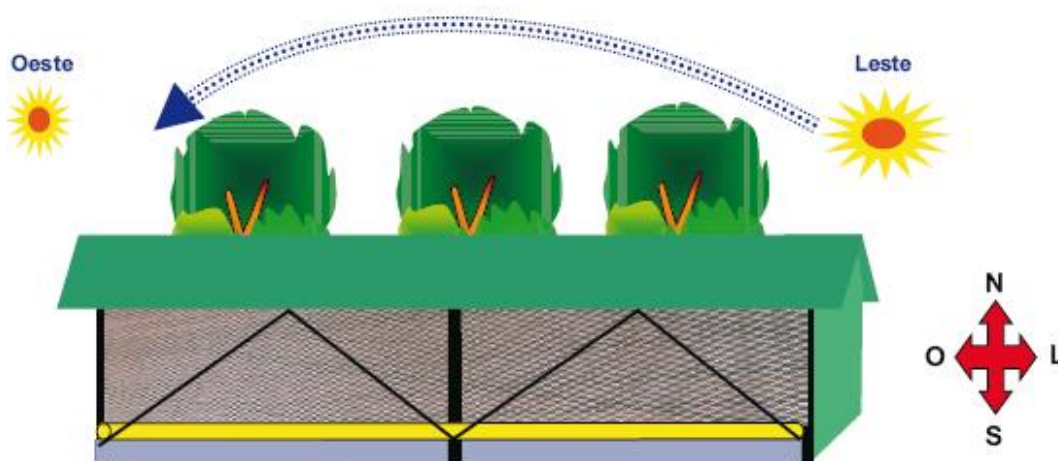
região, evitando-se altos investimentos. Uma opção é utilizar madeira rústica (ex: eucalipto tratado) para construção.

O local deve ser isolado de outras criações, de fácil acesso, dar preferência a locais secos, arejados, mais protegidos dos ventos fortes dominantes, assim os locais elevados dentro da propriedade são os melhores, evitando as baixadas e proximidades de lagos ou córregos. Deve ser protegido de trânsito de carros e pessoas, ter água limpa e potável, e em abundância, deve ter espaço compatível com a quantidade de aves a serem criadas (Embrapa, 2009). O galpão deve ser construído de maneira a facilitar o recebimento de pintainhos, abastecimento de água e de alimento e a retirada de animais adultos, a cama (adubo), limpeza e a desinfecção, além da preocupação com as normas sanitárias e prevenção às doenças.

A direção do eixo maior do aviário deve ser leste/oeste, conforme representação na figura a seguir.

Figura 22 – Direção de instalação do aviário

Fonte: Embrapa, 2009 (desenho ilustrativo)



- Área de construção

O modelo de construção sugerido para a criação de aves fica muito próximo do quadrado ou levemente retangulares, uma vez que para este sistema há necessidade de um terreiro (área de pastagem). Recomendamos que o mesmo seja em forma de círculo em torno do galpão ficando assim o mais centralizado possível, facilitando tanto o pastoreio das aves como o aproveitamento real de todo o espaço destinado a este fim. No dimensionamento da instalação deve-se considerar a relação de 1 m<sup>2</sup> para cada 9-10 frangos (sem exceder 30 kg/peso vivo/m<sup>2</sup>). Para cálculo da área de alojamento e altura do pé-direito do aviário, deve-se utilizar a relação constante na tabela a seguir.

Figura 23 - Sugestões de medidas para construção de aviários  
Fonte: Embrapa, 2009

<b>Capacidade aves (abate/ovos)</b>	<b>Comprimento (m)</b>	<b>Largura (m)</b>	<b>Altura pé direito (m)</b>	<b>Área (m<sup>2</sup>)</b>
120 / 100	4	3	2,7	12
200 / 160	5	4	2,7	20
300 / 240	6	5	2,7	30
500 / 400	10	5	2,8	50

Figura 24 - Modelo de instalação de aviário - 50 m<sup>2</sup>  
Fonte: Embrapa, 2009 (desenho ilustrativo)



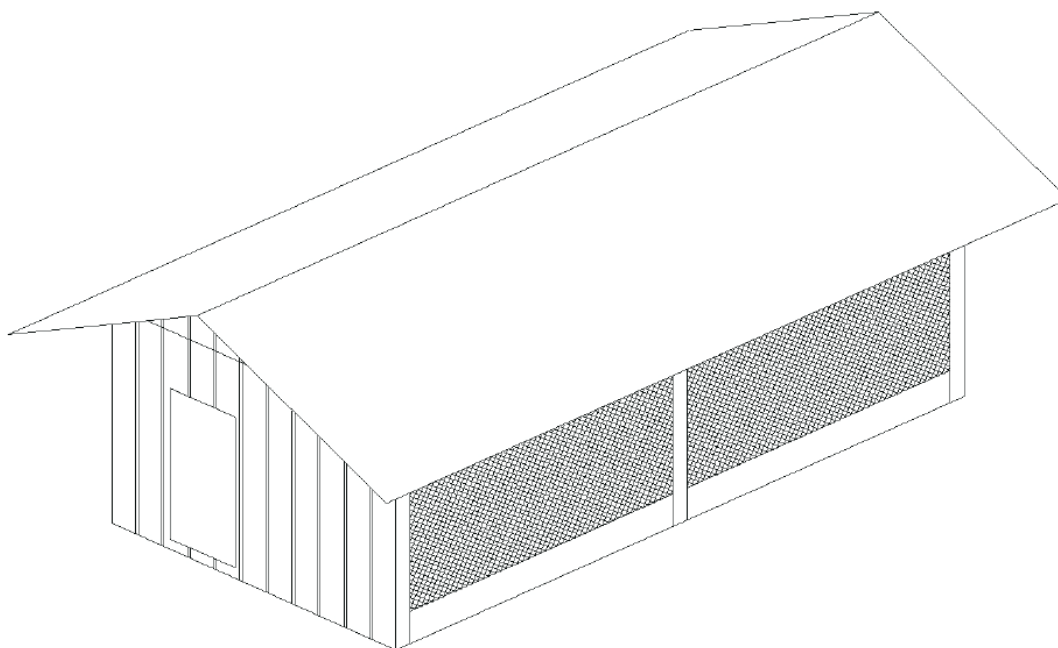


Figura 25 – Vista frontal do aviário

Fonte: Embrapa, 2009 (desenho ilustrativo)

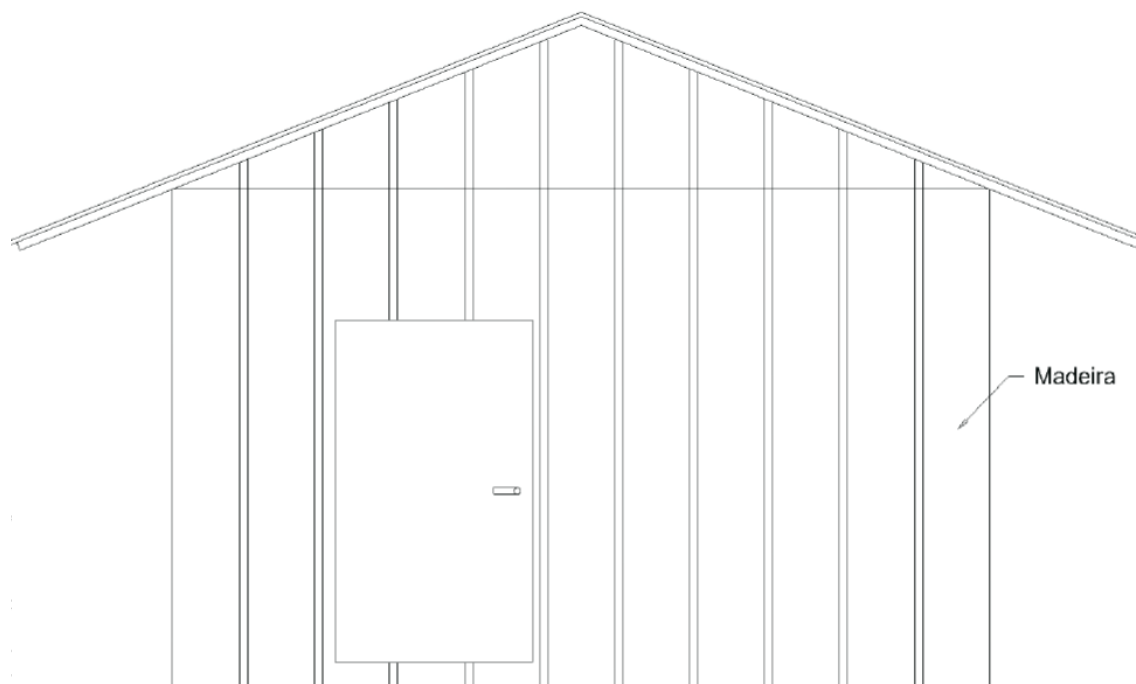


Figura 26 – Vista lateral do aviário

Fonte: Embrapa, 2009 (desenho ilustrativo)

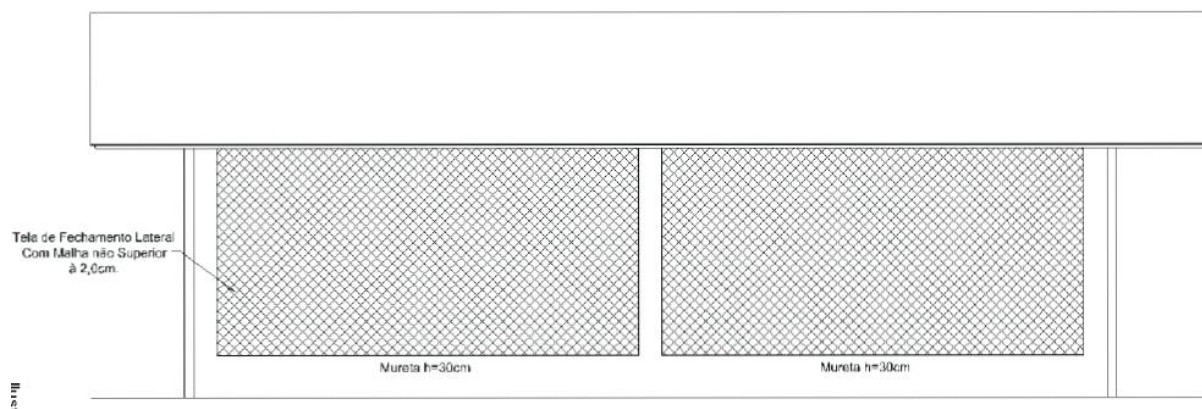


Figura 27 – Cobertura de telhas de barro (corte)

Fonte: Embrapa, 2009 (desenho ilustrativo)

**Corte cobertura**

**Telhas de barro**

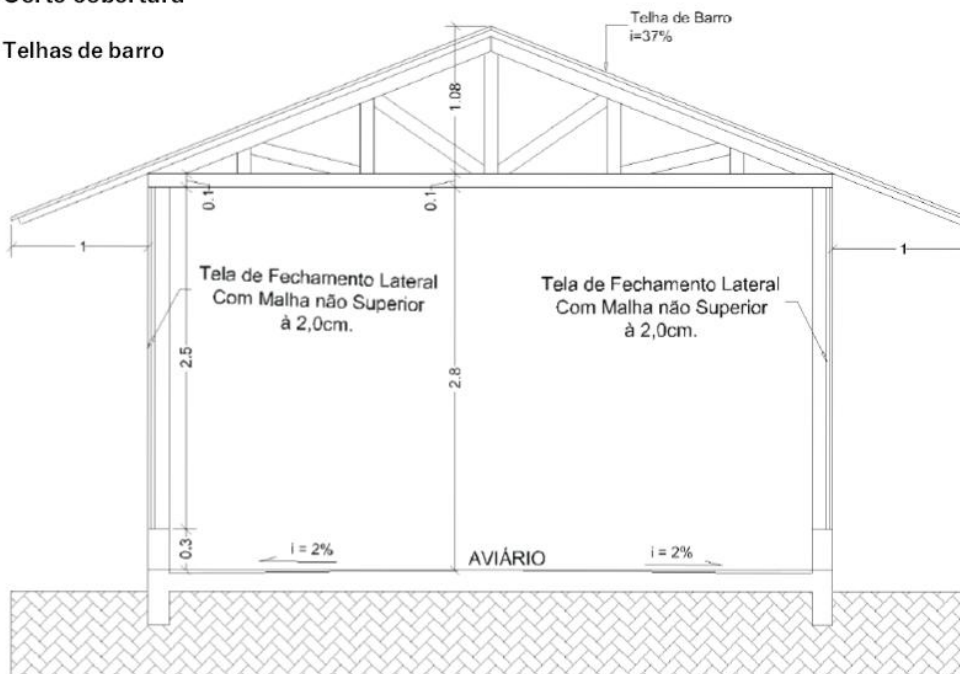


Figura 28 – Cobertura de telhas de fibrocimento

Fonte: Embrapa, 2009 (desenho ilustrativo)

**Corte cobertura**

**Telhas de Fibrocimento 4 mm**

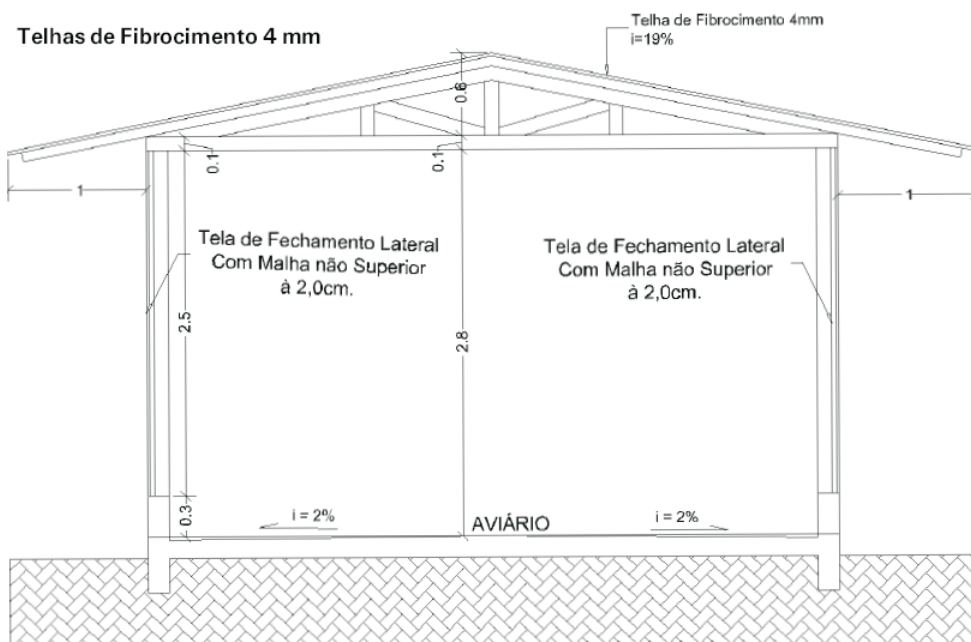
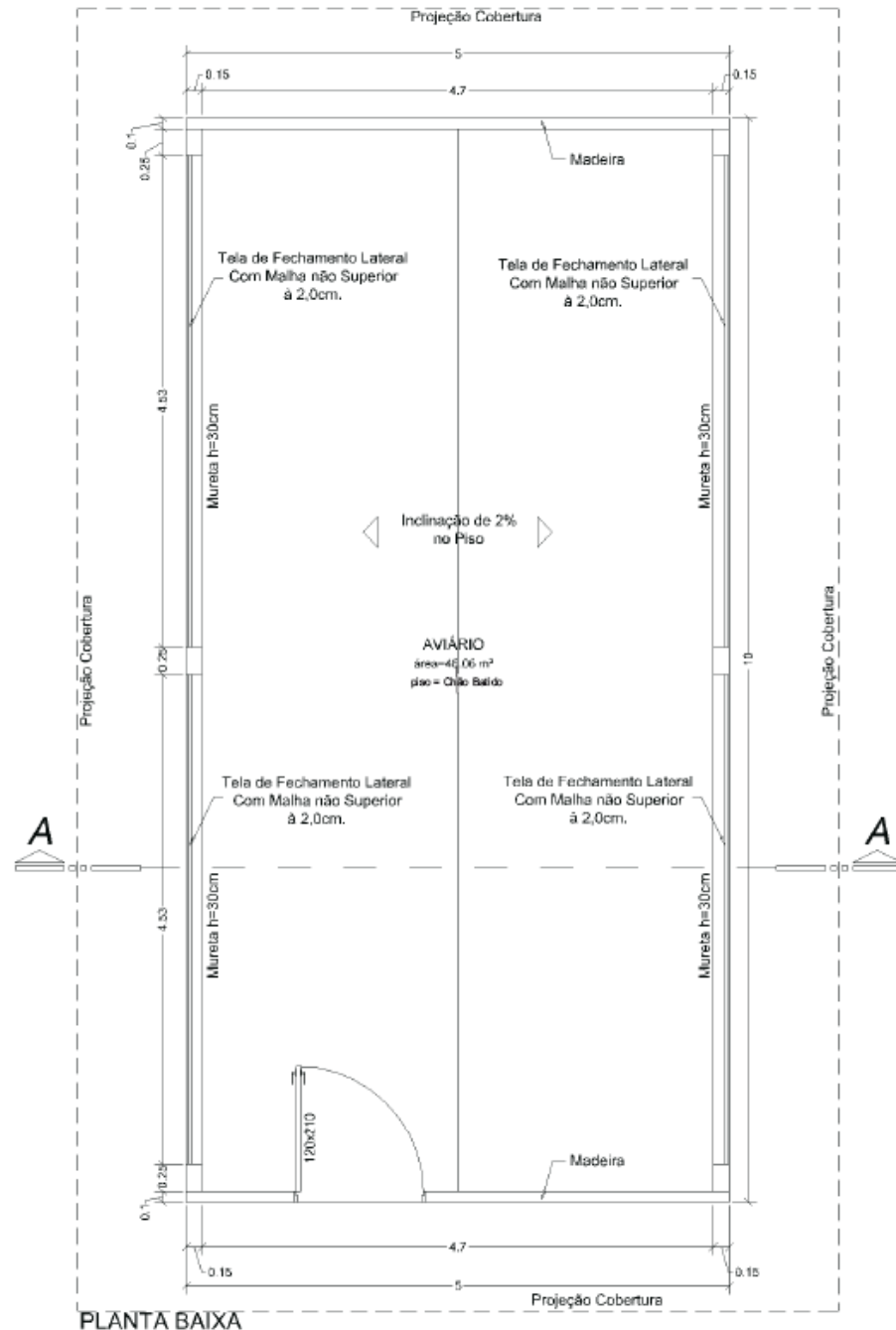


Figura 29 – Planta baixa do aviário

Fonte: Embrapa, 2009 (desenho ilustrativo)



- Piso

De chão batido. Optar por terrenos bem drenados ou se necessário providenciar sistema de drenagem. Recomenda-se construir o piso a pelo menos 20 cm acima

do chão adjacente (circundante e próximo do aviário), com caimento de 2% do centro para o sentido das laterais da instalação.

- Oitões

Os oitões ou paredes das extremidades do aviário deverão ser fechados até o teto com madeira. Em um dos oitões deve-se prever a porta para entrada no aviário.

- Mureta lateral e tela

A mureta deve ter 30 cm de altura e ser construída nas laterais do aviário. Dê preferência para a construção com tijolos, pois a durabilidade é maior. Na mureta será fixada a tela que vai até o teto (utilizar tela anti pássaro com malha não superior a 2,0 cm). A mureta serve ainda para reter a cama, proteger as aves das correntes de ar e evitar entrada de outros animais.

- Telhado

Utilizar na cobertura, material disponível na propriedade ou região e de baixo custo. Materiais bastante utilizados são as telhas de barro ou fibrocimento. Observar o ângulo de inclinação do telhado conforme o tipo de cobertura (constante no projeto do aviário).

- Cortinas laterais

A cortina pode ser de PVC, lona ou outras fibras trançadas e utilizadas lateralmente no aviário, para proteção das aves contra ventos e chuvas e facilitar controle da temperatura interna. A parte inferior da cortina é fixada na mureta lateral e a parte superior é sustentada por cordas e roldanas, de maneira a oferecer condições de regulagem quanto à altura, podendo hora o galpão ficar completamente fechado ou parcialmente aberto, controlando desta maneira o



ambiente dentro do galpão, conforme as exigências de conforto térmico em relação à fase do desenvolvimento das aves. Para manter a cortina próxima à tela, o que facilita o manuseio e evita danos causados por ventos fortes, recomenda-se utilizar um sistema simples de cordas. O movimento da cortina (abre e fecha o aviário) poderá ser feito utilizando sistema de catracas.

- Porta

É a via de acesso ao interior do aviário para recebimento de pintos e rações e desenvolvimento de tarefas diárias como alimentação e inspeção das aves, limpeza dos equipamentos, retirada da cama, apanha de aves para abate e possíveis reparos.

- Pedilúvio

Deve-se reservar ainda no interior do aviário, junto à porta, um espaço de cerca de 1 m<sup>2</sup> onde será disponibilizado o pedilúvio, cujo objetivo é desinfetar o calçado. Este espaço deverá permitir somente o acesso do tratador e deve ser isolado das aves. Para tanto se pode utilizar um cercado de tela com altura média de 1 metro e um portão de acesso.

- Terreiro (área de pastagem)

A criação tradicional de galinhas caipiras, soltas, livres, sem limitações evoluiu, e hoje temos as noções de habitat limitado e terreiros ilimitados. As áreas de pastagens deverão permitir às aves:

- A utilização máxima do espaço natural em torno do galpão;
- Fazer exercícios tanto quanto queiram;
- Ir tão longe quanto queiram a fim de encontrar o complemento natural para a sua alimentação;
- Expor-se ao sol sem limite de tempo;

- Recolher-se à sombra quando necessitarem;
- Banhar-se com terra à vontade;
- Alimentar-se na pastagem formada na quantidade desejada.

Somente os pequenos galpões, com medidas inferiores a 150m<sup>2</sup> de área, em que são criados lotes máximos de 1200 frangos ou 960 galinhas, permitem a realização destas condições: pastagens contínuas durante toda a vida do lote. Contudo, as cercas podem ser usadas para a proteção dos jardins, plantações, casas e galpões de outra exploração, usando para o mesmo telas de arame, bambu, madeira, alvenaria ou mesmo pré fabricados, e essas devem ter aproximadamente 1,80 m de altura. Sempre atento ao conceito de liberdade, recomendamos que os terreiros sejam em forma de círculo em torno do galpão (que é próximo da forma de um quadrado), para que fique bem centralizado melhorando a distribuição das aves e facilitando o manejo. O tamanho total da área está relacionado com as dimensões do galpão, a quantidade de aves a serem criadas, a qualidade e quantidade de pasto na área. Sendo que o mínimo necessário é dispor de 3,0m<sup>2</sup> de terreiro por ave, e de nem uma forma deve dar idéia de fechamento ou aprisionamento das galinhas e frangos.

A pastagem deve ser do tipo que se propaga por mudas (estoloníferas), com alta concentração de proteínas e de fácil adaptação a região a ser plantada. As melhores são "*estrela africana*", "*tifton 85*", "*coast cross*", "*kikuio*" entre outras que as aves aceitam bem para o pastoreio. Neste local devem permanecer as árvores nativas ou plantadas, na falta de árvores deverá ser providenciados sombrites (abrigo artificial) contra o sol, confeccionado com sobras de matérias da propriedade, palha de babaçu, coqueiro ou mesmo capim seco trançado. O sombrite tem um formato de um guarda-chuva, onde finca-se um poste deixando mais ou menos 2,0m de altura e arma-se um telhado redondo em cima com diâmetro de 2,0 m. Em baixo é instalado um bebedouro pendular automático para cada 200 aves e um tipo de cocho caipira, feito de tijolo, madeira ou com meia manilha de concreto de 30 cm, para 100 aves, onde se depositam a "Alimentação Alternativa" todos os dias no período da tarde.

c) Equipamentos básicos do aviário

- Cama

A cama não pode ser considerada um equipamento e sim material de consumo. Ela é a forração do chão ou piso do galpão, e para este fim são utilizados vários materiais, entre os mais comuns estão: a casca do arroz, a maravalha (cepilho de madeira) de pinus, capim triturado, sabugo de milho e outros, tendo o máximo de cuidado para adquirir o material bem seco, 20% no máximo de umidade, com partículas de tamanho médio, evitando materiais que tenham sido tratados com produtos químicos e a poeira de serra de fábricas de móveis para evitar problemas de intoxicação e aparecimento de doenças. A principal função é o isolamento térmico entre o piso e as patas dos animais, sem deixar de ressaltar a diminuição da umidade, o conforto aos animais no descansar, a manutenção de micro organismos que equilibram o ambiente protegendo contra enfermidades. A cama deve ser posta com o galpão limpo e desinfetado na espessura entre 5,0 a 10,0 cm e deverá permanecer no galpão até a saída do lote das aves. Deve-se evitar a colocação ou a retirada parcial da cama, só em casos em que a umidade esteja excessiva, por vazamentos de bebedouros ou outras causas. Com o objetivo de diminuir fungos e baixar a possível umidade da cama é recomendável utilizar o polvilhamento da cama com cal misturado com sulfato de cobre, que é um excelente antifúngico, na proporção de 30 kg de cal e 100 g de sulfato de cobre, utilizar antes do alojamento dos pintainhos ou quando tiver que trocar uma quantidade grande de cama por problemas de umidade.

- Chapas para círculo de proteção

As chapas para formar o círculo de proteção podem ser de folhas de *Eucatex*<sup>®</sup>, (2,44 x 1,20m) divididas ao meio formando uma altura de 0,60m. Papelão grosso, metal, galvanizadas ou chapas fina de fórmica também tem ótimo aproveitamento. O importante é a altura e a flexibilidade do material, a fim de formar um círculo onde serão montados os equipamentos e alojados os

pintainhos. As chapas são presas umas as outras, utilizando um grampo de madeira ou de ferro de obra. O diâmetro do círculo depende da quantidade de aves no alojamento. Recomendamos utilizar 05 chapas de 2,44m de comprimento para 500 pintainhos nos primeiros dias de vida. O círculo de proteção, como o próprio nome diz, tem a função de proteger os pintainhos nos primeiros dias de vida, quando os mesmos são muito sensíveis as mudanças de temperatura, facilitando a adaptação ao ambiente, mantendo-os próximos: da fonte de calor, dos bebedouros, da ração, evitando corrente de ar, separando-os em lotes menores, facilitando o trabalho e a inspeção diária do tratador.

- Papel para forrar a cama nos círculos

O papel mais usado tem sido o jornal, mas poderá ser substituído pela parte interna dos sacos de papelão das embalagens de ração, sobras de bobinas de papel pardo, encontrado em papelarias. A função do papel é forrar a cama nos círculos de proteção para evitar que os pintainhos comam a cama nas primeiras horas do alojamento e a forração é utilizada para colocar o alimento sobre a mesma, facilitando o acesso por parte dos pintainhos, pois com o caminhar, eles fazem barulho o que estimula a alimentação pela curiosidade e instinto. Este forro deve ser retirado no terceiro dia de alojamento.

- Comedouros infantis

Existem vários tipos no mercado:

- Tubular infantil para até 5 kg de ração - ele é formado de um tubo, que geralmente é de material galvanizado e um prato na parte inferior de alumínio ou plástico. Este equipamento é usado do primeiro até os quinze dias na proporção de 01 para 80 animais;
- Bandejas: plástico, alumínio, ferro, madeira ou tampas das caixas dos pintainhos, viradas e com uma folha de jornal para tampar os furos. Usa-se 01 para cada 100 animais até no máximo 10 dias.

Podem-se usar outros materiais desde que estejam disponíveis na propriedade e tenham o formato descrito e a altura da borda não ultrapasse os 3,0cm facilitando o acesso ao alimento.

- Comedouros adultos

O comedouro mais usado e aconselhado para este sistema é o Tubular de 20Kg, ele é formado de um tubo, que pode ser de chapa galvanizada, alumínio ou plástico e uma bandeja que geralmente é de plástico e mantém uma haste no centro formando o conjunto na extremidade superior desta, existe um sistema de regulação da saída de ração que deve ser observada e regulada constantemente afim de evitar desperdícios no chão ou a falta de alimento para as aves. O equipamento deve ser suspenso na altura adequada conforme o desenvolvimento das aves, tendo como base o dorso para a altura ideal. A proporção ideal é 01 comedouro para 30 aves adultas.

- Comedouros para alimentação alternativa

Os comedouros para este tipo de alimentação não estão disponíveis no mercado, então usamos para tanto cochos de tijolos, concreto, alumínio, galvanizado, madeira. Consideramos que os mais adequados são as manilhas de meio cano de concreto de 30 cm fechadas nas duas extremidades, ou o aproveitamento das bandejas de alumínio, plástico dos comedouros tubulares, que possam vir a estragar. Este tipo de equipamento é usado no terreiro (área de pastagem) para administrar a alimentação alternativa. A proporção ideal é 10 cm de espaço para cada ave no acesso ao cocho.

- Bebedouros infantis

Existem vários modelos diferentes no mercado, desde o tipo copo de pressão até os mais sofisticados tipo automáticos, e todos com pequenas diferenças, atingem o objetivo de fornecer água em abundância as pequeninas aves. Os tradicionais e



de bom preço são os do tipo copo de pressão que tem a capacidade de 3 a 5 litros e são usados na proporção de 1 para 100 pintainhos, até a idade de 15 dias.

- Bebedouros adultos

Inúmeros são os modelos e marcas comerciais, mas o mais indicado para o sistema a que se destina, é o tipo Pendular Automático, que tem a capacidade de abastecer de maneira ininterrupta 100 aves adultas. O modelo é muito simples e requer somente maiores cuidados na hora da instalação, para evitar que fique com vazamentos. Deve-se ter cuidado na limpeza e desinfecção diária a fim de fornecer sempre água limpa e fresca aos animais. Este modelo poderá ser usado desde o primeiro dia, se na borda d'água for colocado uma mangueira tipo *conduite* de instalação elétrica, para evitar que os pintainhos se molhem no primeiro dia de vida. A regulagem implica em dois manejos distintos: O primeiro refere-se a quantidade de água dentro do bebedouro que é facilmente regulado na válvula, torcendo-a para a direita ou esquerda, até atingir o nível desejado a fim de não derramar água na cama e fornecer a quantidade necessária; A segunda trata da altura do bebedouro em relação o dorso da ave, que deve ficar mais ou menos 5,0 cm acima. Desta maneira o desperdício é menor e a manutenção da cama seca é facilitada.

- Campânulas

São os equipamentos usados para fornecer calor adequado aos pintainhos a partir de gás de cozinha. Há inúmeros modelos, com capacidade de aquecimento que vão de 500 a 2000 pintinhos. A decisão pela escolha deve recair no número de aves a serem alojadas e a capacidade de investimento de cada criador. O modelo mais econômico para o alojamento é a do tipo redonda com chapa de alumínio ou galvanizada e com queimador em cerâmica branca, que tem a capacidade de aquecer 500 pintainhos no inverno e 700 no verão. O uso começa

2 horas antes da chegada dos pintainhos, com o objetivo de aquecer o ambiente e vai até mais ou menos 14 dias dependendo da temperatura ambiente.

- Caixa d'água

Para cada galpão, devemos dispor de uma caixa d'água com capacidade de estocagem superior a dois dias de consumo do lote para evitar situações desagradáveis causados por falta de energia, acidente na rede elétrica ou mesmo queima do motor da bomba d'água. Há necessidade das aves por uma fonte de água sempre fresca, por isso a mesma deve ser instalada dentro do galpão ou em uma sombra fora. A necessidade de consumo de água das aves varia conforme a idade e a temperatura ambiente onde elas estão. A ingestão de água de uma ave esta relacionado com o consumo diário de alimento, indo de uma vez até duas vezes e meia o consumo da ração. A tubulação deve ser de preferência do tipo plástico e enterrado no chão a uma profundidade mínima de 30 cm para evitar o aquecimento pela irradiação do sol. Deve ser instalada em local sombreado e protegido, de forma a fornecer água de qualidade e em temperatura adequada para as aves. O ideal é que a temperatura da água não seja superior a 21°C, principalmente no verão. Para manter esta temperatura, a sugestão é a proteção dos canos até o aviário, enterrando-os à profundidade média de 30 cm.

Uma dica para estimar o tamanho da caixa d'água a ser instalada, é que ela tenha a capacidade superior a dois dias de consumo do lote. Na tabela a seguir encontra-se uma estimativa de consumo de água para frangos de corte, de acordo com a média de temperatura esperada no ambiente de criação (Embrapa, 2009).

Figura 30 - Estimativa de consumo diário de água para frangos de corte  
Fonte: Embrapa, 2009

Idade (Semanas)	Temperatura ambiente (°C)	Consumo diário de água (litros/100 aves)
1	30	4
2	27	6
3	25	8
4	23	10
5	21	13
6	21	16
7	21	19
8	21	21
9	21	22
10	21	22
11	21	22
12	21	22
13	21	22
14	21	22

- Rede elétrica

A rede elétrica também faz parte das instalações, a energia é importante nos primeiros dias de vida dos pintinhos, uma vez que ajuda na iluminação a noite, para permitir que haja consumo de ração e de água. Muitas vezes quando se trata de lotes reduzidos a lâmpada é usada como iluminação e fonte de calor na proporção de 1 lâmpada de 100 watts para 100 pintinhos.

- Ninhos para ovos

Os ninhos são pequenas caixinhas agrupadas em um único conjunto, formando uma casinha onde tem instalado 20 bocas de ninhos. Este é o local preferido para as galinhas depositarem seus ovos. Os ninhos devem estar disponíveis às aves quando estas atingirem a idade de 115 dias, para que elas se adaptem e escolham os seus preferidos, e assim evitar que coloquem ovos no chão. A proporção ideal é 1 boca de ninho para 5 galinhas. No interior da boca de ninho é utilizado uma forração de cama, que é do mesmo material que utilizamos no piso

para a cama das aves. Esta cama tem que ter a espessura de 3,0 cm e devera ser regularmente completada para evitar a trinca e quebra de ovos, que além de contaminar os demais, causa prejuízos ao produtor.

*d) Dicas para melhorar a qualidade e produtividade*

A atividade diferencia-se em produção de frangos para o abate e galinhas para produção de ovos. É de suma importância salientar que pela rusticidade dos produtos torna-se muito prático e fácil o criatório destas aves.

Mas não se deve descuidar das necessidades mínimas de espaço, instalações, alimentação, higiene e sanidade dos animais. Atentos a isso teremos animais saudios atendendo as expectativas do criador, e melhor, tornando o produto final altamente competitivo com alto valor agregado sendo reconhecido e valorizado pelos consumidores, que cada vez são mais exigentes por produtos diferenciados.

Além do mais todas as tendências mundiais estão voltadas ao atendimento com o máximo de satisfação a estes clientes que é o bem maior em todo o sistema econômico. Recomenda-se a contratação de engenheiro ou técnico para a elaboração de projeto arquitetônico e acompanhamento das obras.

*e) Estimativa de material para construção do aviário comunitário*

Os materiais estimados para a construção do aviário estão listados a seguir (Embrapa, 2009):

- Matrizes de aves;
- Ração;
- Cimento;
- Pedra brita;
- Areia;

- Cal virgem;
- Tijolo;
- Cortinas laterais;
- Madeira serrada (diversas dimensões)
- Telhas;
- Materiais diversos (pregos, parafusos, arame, telas, etc.)
- Material elétrico e hidráulico;
- Equipamentos para o aviário (comedouro, bebedouro, etc.);
- Ferramentas diversas (serrote, martelo, serra, pá, enxada, colher de pedreiro, etc.);
- Materiais diversos (material de limpeza, utensílios de limpeza, etc.).

f) Recomendações para a implementação do Projeto Experimental de Avicultura que se tomem os seguintes passos:

Passo 01:

Criar o hábito de reuniões comunitárias e participativas;

Passo 02:

Tomar decisões de forma coletiva e participativa;

Passo 03:

Definição do calendário de prestação de serviços voluntários ao Projeto Experimental de Avicultura;

Passo 04:

Definição de períodos de avaliação do trabalho comunitário;

Passo 05:

Definição de formas de acompanhamento das atividades voluntárias ao Projeto Experimental de Avicultura;

Passo 06:

Avaliação e definição se o Projeto Experimental de Avicultura iniciará atividades de comercialização;

Passo 07:

Definição sobre a divisão do trabalho e do produto (aves e /ou ovos);



#### 5.4.2.3 Projeto Experimental de Produção Ecológica Familiar de Hortaliças (horticultura ecológica)

Em função dos avanços científicos e tecnológicos observou-se no último século o bom desempenho da agricultura mundial, atendendo a demanda crescente por alimentos. Entretanto, é fundamental que a agricultura cresça no mundo com sustentabilidade ecológica, econômica, social e cultural, sendo necessário que ocorra em harmonia com o ambiente, já que a crescente escassez dos recursos naturais é, atualmente, uma preocupação mundial, em decorrência dos padrões atuais de produção e de consumo (FAO, 2007). A característica mais geral e marcante da horticultura ou olericultura é o fato de ser uma atividade altamente intensiva, em seus mais variados aspectos, em contraste com outras atividades agrícolas, extensivas, como a produção de grãos (Filgueira, 2000).

O projeto busca reduzir a dependência de insumos vindos de fora da Área de Referência, diversificando a produção, utilizando com eficiência e racionalização os recursos hídricos, alcançar a sustentabilidade e produzindo em harmonia com os recursos naturais existentes na AR.

Muitas famílias gastam a maior parte da renda familiar com alimentação. A implantação de hortas domésticas pode trazer para essas famílias a garantia de consumo de alimentos frescos e ricos em nutrientes a baixo custo, com a possibilidade de comercialização do excedente da produção. Desta forma, torna-se possível contribuir com a segurança alimentar, a geração de trabalho, a renda e a inclusão social. Todavia, a horta deve ser planejada para atender a necessidade de consumo diário de hortaliças da família. Recomenda-se em torno de 4 metros quadrados de área plantada para cada pessoa da família. Ex: para uma família composta de cinco pessoas são necessários em média 20 metros quadrados de horta (FAO, 2007).

a) Implementação das hortas familiares

Conforme demanda da comunidade, cada residência deseja ter uma horta familiar, sendo ao todo cinco hortas.

- O que plantar nas hortas

Algumas hortaliças são mais apreciadas do que outras, entretanto, recomenda-se variar ao máximo, utilizando tanto as folhas (alface, couve, salsa, cebolinha, mostarda, etc.), como as flores (alcachofra, brócolis e couve flor), os frutos (quiabo, abóbora, tomate, etc.), legumes (ervilha e feijão vagem) e os tubérculos/raízes/bulbo (batata-doce, cenoura, inhame, mandioca, nabo, rabanete, alho, cebola, etc.), porque uma alimentação mais diversificada tem melhor qualidade nutricional (FAO, 2007). Nas áreas próximas às hortas, recomenda-se o cultivo de algumas fruteiras de porte baixo como: bananeiras, cajueiros, e espécies regionais.

Para definir a quantidade de hortaliças a ser plantada é preciso fazer uma planificação de produção a partir de levantamento semanal da necessidade de consumo desses alimentos pelos indígenas. Assim sendo é preciso conhecer o ciclo de vida e a produção de cada espécie de hortaliça, o que cultivar, quando colher e quanto é necessário produzir (FAO, 2007).

Com base nessa planificação da produção pode-se também calcular o espaço na horta para produção de uma determinada hortaliça.

b) Ferramentas necessárias para a implementação e manutenção da horta familiar:

1. Ancinho - serve para destorroar, revolver a terra e limpar a superfície dos canteiros;

2. Carrinho de mão - transporte de ferramentas e de insumos para a horta;
3. Colher de transplante - retirada de mudas de canteiros e sementeiras;
4. Escarificador – possibilita afofar a terra dos canteiros;
5. Enxada - auxilia na abertura de covas, capina, revolvimento do solo e formação de canteiros;
6. Enxadinha (sacho) - auxilia na capina dos canteiros e na semeadura;
7. Estacas e barbantes - servem para marcação dos canteiros;
8. Gadanho – serve para revolver o composto orgânico;
9. Irrigação (mangueira, regador e aspersores) – equipamentos utilizados na rega (irrigação) das hortaliças;
10. Pá comum - serve para destorroar e alisar a terra dos canteiros;
11. Pá reta - auxilia na preparação do solo e na aração de áreas pequenas;
12. Peneira - utilizada na preparação de composto orgânico e húmus de minhoca;
13. Pulverizador - utilizado nas pulverizações foliares com defensivos alternativos para controle de insetos pragas.
14. Rolo de Barbante.

c) Escolha do local para a implantação da horta

A área deve ficar próxima à residência e distante de fossas e esgotos. É conveniente que seja arejada, recebendo a luz direta do sol. O excesso de sombra compromete muito o desenvolvimento das hortaliças, entretanto, não é necessário que o local fique muito longe das árvores, porque elas abrigam pássaros que são úteis no controle de insetos. O terreno deve ser cercado para evitar a entrada de animais e, se houver na região problemas com ventos, recomenda-se a utilização de cercas vivas, que funcionam como barreiras. Outra precaução é evitar áreas alagadiças; no caso de não ter alternativa, fazer valetas para drenagem do excesso de água. Finalmente, é necessário ter água disponível

e de boa qualidade (pura e sem contaminação) para a rega diária das plantas. Para a realização dessa atividade, recomenda-se a captação de água de chuva em cada residência, pois, desta forma, obtém-se água de boa qualidade e se economiza água de torneira.

d) Área de plantio da horta

Inicialmente, o portão de entrada da horta deve ficar na parte mais próxima a residência. Junto às cercas pode-se colocar um canteiro de contorno para o plantio das hortaliças ou fruteiras trepadeiras (chuchu, bertalha, maracujá, pepino, etc.). Um lado da cerca deve estar livre para algumas tarefas, tais como: adubações, pulverizações, preparo de sementeiras, esterqueira, etc. No espaço interior da horta, os canteiros devem ter orientação norte-sul para receberem sol na maior parte do dia e, nas áreas com declividade, os canteiros devem ser organizados segundo a curva de nível. Nunca implantá-los na direção de descida desses locais. Devem-se escolher cuidadosamente as hortaliças a serem plantadas. Ao plantar, variar ao máximo os tipos de hortaliças. Nunca se deve plantar uma só espécie. Algumas plantas, quando cultivadas ao lado de outras, ajudam-se mutuamente (plantas companheiras), como por exemplo: alface e cenoura, alface e beterraba, alface e feijão de vagem, etc. Há outras que, pelo fato de serem vizinhas, não ajudam nem prejudicam (são indiferentes), como por exemplo: alface e abobrinha, alface e espinafre, etc. E, por último, existem aquelas que terão seu crescimento prejudicado se cultivadas ao lado de outras. São ditas antagônicas (desfavoráveis), como por exemplo: alface e salsa, ervilha e cebolinha, etc. Entretanto, todas as associações citadas devem ser testadas em cada local de cultivo, pois podem existir algumas variações quanto à época e local de plantio.

e) Preparo do local da horta

Amostra de solo - inicialmente, recomenda-se retirar algumas amostras do solo do local onde será implantada a horta e enviá-las a um laboratório específico

para análise de sua fertilidade e determinação da necessidade de aplicação de adubos e ou corretivos. Várias amostras de solo devem ser retiradas na profundidade de 20 cm e misturadas. Apenas uma pequena parcela de solo (em torno de 200g) deve ser encaminhada para análise.

Preparo do terreno - o preparo do terreno é um dos fatores que contribuem para o êxito da horta. O local deve ser limpo, capinado e livre de pedras, tocos e ervas invasoras. Após a sua limpeza, revolve-se a terra com enxada para que fique bem fofa e, por fim, emparelha-se o terreno com o ancinho. Os canteiros devem ser organizados em relação à inclinação do terreno, tomando-se o cuidado de respeitar o relevo dos morros e encostas. Podem ter formas variadas, sendo os tradicionais construídos com 60 a 80 centímetros de largura, 20 centímetros de altura e o comprimento variável de acordo com o tamanho da horta. Entre os canteiros, deixar um espaço de 60 a 80 centímetros para facilitar as atividades com os alunos e os trabalhos de manutenção da horta. As covas devem ser abertas com 20cm x 20cm x 20cm, tomando-se o cuidado de misturar o esterco com a terra que foi retirada da cova.

A seguir são apresentados alguns modelos de hortas.

Figura 31 – Canteiros lineares

Fonte: FAO, 2007 (ilustrativo)





Figura 32 – Horta mandala

Fonte: Ipema (ilustrativo)



Figura 33 – Espiral de ervas

Fonte: Ipema (ilustrativo)



f) Como fazer a correção do solo?

A partir dos resultados da análise, será possível identificar necessidade de correção do solo e quantidades adequadas de adubos para utilização na horta. A correção do solo, também chamada de calagem, consiste em melhorar sua acidez, utilizando principalmente o calcário. Segundo recomendações técnicas, a aplicação desse produto no solo deve ocorrer pelo menos um mês antes do início do plantio das hortaliças.

g) Tipos de adubos e como adubar?

As hortaliças necessitam para seu desenvolvimento de vários nutrientes (macro e micronutrientes). Eles podem ser encontrados tanto nos adubos químicos quanto nos adubos orgânicos. Entretanto, a decisão de usar um ou outro, ou ambos, vai depender do tipo de plantio que se pretende adotar nas hortas escolares. Sendo a opção o cultivo agroecológico, necessariamente deverá ser feita a adubação orgânica do solo. Esse tipo de adubação é muito importante por cooperar com a saúde da terra, possibilitar a produção de Logo após, encher com esse solo preparado. Já as leiras são organizadas nas linhas de plantio, misturando-se e amontoando-se terra e esterco, de modo a ficar com 40 cm de altura e mais ou menos 60 cm na base. As hortaliças necessitam para seu desenvolvimento, de vários nutrientes (macro e micronutrientes) que podem ser encontrados tanto nos adubos químicos quanto nos adubos orgânicos. Entretanto, a decisão de usar um ou outro, ou ambos, vai depender do tipo de plantio que se pretende adotar nas hortas escolares. Sendo a opção o cultivo agroecológico, necessariamente deverá ser feita a adubação orgânica do solo.

Esse tipo de adubação é muito importante por cooperar com a saúde da terra, possibilitar a produção de hortaliças de alta qualidade e ajudar no controle da erosão do solo. Pode ser feita com: esterco animal, composto orgânico, subprodutos da agroindústria (torta de mamona, farinha de ossos, e outros), e adubos verdes, pelo uso de plantas leguminosas. O esterco animal, preferencialmente de bois ou aves, é um adubo de excelente qualidade para utilização nas hortas, desde de que Para curtir o esterco, deve ser feita uma esterqueira, que é o local onde o esterco irá fermentar antes de ser usado como adubo. Esse processo ocorre no período de 60 a 90 dias, dependendo da temperatura média da região onde foi construída a esterqueira. Em regiões mais quentes, a fermentação é mais rápida. Recomenda-se, em média, de 5 a 10 litros de esterco curtido de boi por metro quadrado de canteiro, e a metade quando se utilizar esterco de aves.

#### h) Composto Orgânico

O Composto Orgânico pode ser feito na própria escola a partir da coleta seletiva de lixo e os restos vegetais como: cascas de legumes, de ovos, de frutas, poda de grama e folhas verdes ou secas, ou restos de cultura. E ainda papéis, pó de café ou chá, serragem, cinzas. O lixo coletado na escola deverá ser separado em vasilhames especiais. Uma alternativa para preparar o composto orgânico é por meio de uma composteira, cuja montagem segue as seguintes etapas:

- Escolha um lugar protegido com área de aproximadamente 1,50cm x 1,50cm, ou separe um caixote para depositar a matéria orgânica, ou ainda um tonel de plástico furado.
- Deposite uma camada de 15 cm de restos vegetais que deve conter aproximadamente quatro partes de matéria seca para cada parte de matéria verde. Regue-a com um chuveiro fino. Para cada camada de restos vegetais, acrescenta uma pequena quantidade de esterco de mais ou menos 5cm. Se tiver terra fértil, cinza e fosfato natural, coloque uma camada fina (1 a 2cm) sobre o esterco.

Siga colocando alternadamente as camadas de restos vegetais, esterco e outras, até a altura de 1,50 cm ou no máximo 1,80 cm. Cubra a superfície com um saco molhado, ou com uma fina camada de terra ou capim para proteger o monte do excesso de sol e água. Uma vez por semana, revirar o composto e manter a umidade correta. Revire o composto, uma vez por semana, e mantenha a umidade correta do composto. Para avaliar qual é a umidade adequada, peque um punhado do substrato na mão e aperte: se não surgir água, é porque está seco demais; se sair algumas gotas, é porque está bom e se escorrer água, entre os dedos, é porque há umidade em excesso no substrato. Em dois meses, o composto orgânico estará pronto e poderá ser utilizado como adubo. O composto deverá ser colocado nos locais de plantio, na mesma quantidade recomendada para o esterco puro. O composto orgânico é mais efetivo do que o esterco puro porque enriquece o solo com matéria orgânica vegetal trabalhada pelos

microorganismos e ainda, possibilita economia de esterco que geralmente é escasso e caro.

i) Vermicomposto ou húmus de minhoca

Outra possibilidade de produção de composto orgânico é a reciclagem dos resíduos orgânicos é realizada pelas minhocas, sendo o tipo mais recomendado para as nossas condições climáticas, a minhoca vermelha da Califórnia. A criação de minhocas visando a produção de vermicomposto deve ocorrer em locais apropriados como: canteiros, caixas de madeira, blocos de cimento e manilhas (anéis de concreto). Para a alimentação delas podem ser utilizados vários substratos, porém, o esterco bovino curtido é um dos mais apropriados, podendo ser misturado a outros tipos de esterco, ao bagaço de cana-de-açúcar, às diferentes espécies de capim, às plantas leguminosas, ao lixo orgânico etc. Para se desenvolverem as minhocas necessitam que o substrato tenha umidade adequada e, para isso, o controle da água é muito importante, porque evita a morte ou fuga dos animais. A umidade do substrato é mantida com regas, de preferência em dias alternados, e com cobertura de palha seca que evitará a incidência da luz solar direta que é prejudicial às minhocas. O húmus fica pronto em 45 a 50 dias, quando se utiliza o esterco como alimento para as minhocas, porém, a utilização de outros materiais orgânicos, são necessários em torno de 90 dias. O vermicomposto estará adequado para uso nos plantios após a retirada das minhocas por meio de peneiras de 4 mm. Essas minhocas deverão ser aproveitadas na produção de mais composto e contribuirão na sustentabilidade da horta.

j) Como plantar?

Algumas espécies de hortaliças necessitam passar, inicialmente, pelo plantio em sementeira e, quando as plantinhas estiverem com 4 ou 5 folhas, poderão ser transplantadas para canteiros definitivos. Ex: alface, cebola, repolho, beterraba, brócolis, chicória, couve-flor, repolho, couve e jiló. Outras espécies são plantadas

definitivamente em canteiros. Ex: alho, cenoura, nabo, espinafre, rabanete, ervilha, pepino, melancia e vagem. Há outras hortaliças, como a batata-doce, que são plantadas em leiras. Já a abóbora, a abobrinha, o inhame, a mandioca, a batata-baroa (mandioquinha salsa) e o quiabo devem ser plantados diretamente em covas. As hortaliças folhosas, como os temperos e a alface, podem ser cultivadas em vasos ou em garrafas PET cortadas, ou ainda em outros tipos de recipientes. Essa reciclagem é também uma forma de colaborar na redução do resíduo sólido urbano. Junto às hortas, podemos também instalar estufas para plantio de hortaliças, sendo recomendados os modelos que apresentam baixo custo de instalação, construídos em madeira, com cobertura de plástico transparente e telas laterais com sombrite. Essas estruturas protegem as plantas do ataque de diversas pragas e possibilitam cultivos em condições de excesso de chuvas, geadas, temperaturas baixas, ventos fortes, etc.

Outra opção de cultivo de hortaliças é por meio da hidroponia que consiste obter hortaliças, principalmente as folhosas, em recipientes especiais contendo substratos, imersos em água e enriquecidos com nutrientes. Devemos lembrar que para o bom desenvolvimento das plantas é necessário respeitar aos espaçamentos de plantios. Esses espaçamentos consistem na distância entre as linhas e entre as plantas de uma mesma linha de plantio, que são adequados as diferentes espécies de hortaliças.

- Manutenção da horta

Algumas tarefas são importantes para manter a horta em condições ideais de produção.

- Adubação de cobertura: para o bom desenvolvimento das hortaliças que permanecem mais tempo nos canteiros é necessário complementar a adubação feita na etapa do plantio com mais adubo orgânico.
- Amontoa: consiste em chegar terra às plantas para fixá-las no solo.



- Capina: as hortaliças competem com o mato que cresce no canteiro por luz, nutrientes e água. Mesmo assim, não é necessário retirar todo o mato dos canteiros. Capinar apenas aquele que estiver abafando ou prejudicando as hortaliças.
- Cobertura do solo ou *mulching*: consiste distribuir palhas ou outros resíduos vegetais sobre as linhas de plantios e entre as plantas. Essa atividade contribui.
- Para a manutenção da umidade do solo, para o controle do mato, para o aumento de produção e evita a erosão, entre outros fatores.
- Desbaste ou raleamento: é feito quando são realizados plantios diretamente nos canteiros. Ao plantar algumas hortaliças como cenoura, rabanete, nabo, quiabo e feijão-de-vagem, são comuns que as sementes nos sulcos e covas fiquem próximas. Quando as plantinhas estiverem com mais ou menos 5 cm, aquelas que estiverem em excesso devem ser arrancadas e o espaçamento entre elas deve ser mantido.
- Escarificação: a terra dos canteiros precisa ser afogada freqüentemente para melhorar sua oxigenação e possibilitar a penetração da água de irrigação.
- Estaqueamento: consiste na colocação de estacas em plantas com crescimento indeterminado, encontradas em determinadas variedades de vagem, pepino e tomate. Possibilita maior produção e melhor colheita de frutos.
- Rega: diariamente, nos horários de temperaturas mais amenas, ou, em caso de necessidade, duas vezes por dia. As plantas precisam de umidade para o seu desenvolvimento. Entretanto, o excesso de água pode prejudicá-las e favorecer o aparecimento de doenças. A rega deve ser feita lentamente, de maneira que a água não escorra por cima do canteiro.
- Rotação de culturas: é a prática de variar o local de cultivo de uma mesma espécie de hortaliça. Ajuda na defesa das plantas contra as pragas, além de restaurar as propriedades e fertilidade dos solos. De

forma geral, recomenda-se que após o plantio de uma hortaliça folhosa se realize o cultivo de raízes, e que após a colheita de uma raiz, se prepare o canteiro para o plantio de uma hortaliça folhosa. Ex: alternar cenoura, beterraba ou outra raiz, com alface, salsa, chicória, etc.

## 5.5 ELEMENTOS DE CUSTO DO PROGRAMA DE PRODUÇÃO E SUSTENTABILIDADE

### 5.5.1 Recursos Humanos

Os recursos humanos necessários para a execução do Programa são:

- Articulador indígena (função de articular a comunidade para realização das capacitações e mutirões para construção participativa das estruturas de produção agropecuária);
- Facilitador/educador (função de realizar as atividades formativas em agropecuária – sugere-se realizar a articulação com instituições governamentais de ATER).

### 5.5.2 Recursos Materiais

Os recursos materiais necessários para a execução do Programa são:

- Matrizes de aves;
- Mudas de hortaliças;
- Terra preta;
- Adubos e fertilizantes;
- Carrinho de mão;
- Pulverizador;
- Peneira;
- Ração;
- Cimento;

- Pedra brita;
- Areia;
- Cal virgem;
- Tijolo;
- Cortinas laterais;
- Madeira serrada (diversas dimensões)
- Telhas;
- Materiais diversos (pregos, parafusos, arame, telas, etc.)
- Material elétrico;
- Material hidráulico;
- Equipamentos para o aviário (comedouro, bebedouro, etc.);
- Ferramentas diversas (serrote, martelo, serra, pá, cortadeira, alicate, enxada, colher de pedreiro, etc.);
- Materiais diversos (material de limpeza, utensílios de limpeza, etc.).

### 5.5.3 Construção Civil

Os recursos de construção civil necessários para a execução do Programa são:

- Projeto arquitetônico de aviário de 50 m<sup>2</sup>;
- Execução de obra de implantação de aviário de 50 m<sup>2</sup>;
- Execução de obra de implantação de hortas familiares.

A relação geral de custos do Programa está apresentada a seguir.

Figura 34 - Relação de custos estimados do Programa de Produção e Sustentabilidade

<b>Categoria de custo / Discriminação</b>	<b>Qt.</b>	<b>Un.</b>	<b>R\$ un.</b>	<b>R\$ Total</b>
<b>Recursos Humanos</b>				
<b>Articulador indígena</b>	48	Diárias	50,00	2.400,00
<b>Facilitador/educador</b>	48	Horas	100,00	4.800,00
<b>Recursos Materiais</b>				
<b>Capacitação em agropecuária</b>				
<b>Material de escritório</b>	1	Un.	500,00	500,00
Material, insumos e equipamentos para construção das hortas				
<b>Mudas e sementes de hortaliças</b>	600	Un.	1,00	600,00
<b>Terra preta</b>	300	Kg.	3,00	900,00
<b>Sombrite</b>	1	Un.	300,00	300,00
<b>Ferramentas diversas (pá, enxada, carrinho de mão, peneira, etc.)</b>	6	Un.	200,00	1.200,00
<b>Madeira serrada (diversas dimensões)</b>	1	Un.	600,00	600,00
<b>Materiais, equipamentos e insumos para construção do aviário</b>				
Matrizes de aves	50	Un.	10,00	500,00
Ração para aves	500	Kg.	5,00	2.500,00
Material de construção (cimento, areia, cal, brita, etc.)	1	Un.	5.000,00	5.000,00
Cortinas laterais (telas)	1	Un.	500,00	500,00
Madeira serrada (diversas dimensões)	1	Un.	1.000,00	1.000,00
Telhas			1.000,00	1.000,00
Materiais diversos (pregos, parafusos, arame, telas, etc.)	1	Un.	500,00	500,00
Material elétrico	1	Un.	400,00	400,00
Material hidráulico	1	Un.	400,00	400,00
Equipamentos para o aviário (comedouro, bebedouro, etc.)	1	Un.	200,00	200,00
Ferramentas diversas (serrote, martelo, serra, pá, enxada, colher de pedreiro, etc.)	1	Un.	300,00	300,00
<b>Construção Civil</b>				
Projeto arquitetônico e de implantação de aviário	50	M <sup>2</sup>	30,00	1.500,00
Execução de obra de implantação de aviário	50	M <sup>2</sup>	200,00	10.000,00
Execução de obra de implantação de hortas familiares	6	Un.	1.000,00	6.000,00
<b>Custo Total</b>				<b>41.100,00</b>

## 5.6 CRONOGRAMA DO PROGRAMA DE PRODUÇÃO E SUSTENTABILIDADE

Na figura a seguir é apresentado o cronograma do programa de produção e Sustentabilidade.

Figura 35 – Cronograma do Programa de Produção e Sustentabilidade

Atividades	Meses											
	2	4	6	8	10	12	14	16	18	20	22	24
<b>Articulação e Planejamento</b>												
Reunião de articulação e consolidação das ações a serem executadas; (SAE; Representantes indígenas; Consultores; Instituições afins.)	X											
Planejamento estratégico participativo entre Representantes da SAE; Representantes indígenas; Consultores; Instituições afins.	X											
Atualização das demandas de recursos	X											
Consolidação do Plano de Ação	X											
<b>Contatos e parcerias</b>												
Consolidação de parcerias	X											
Mobilização de grupos focais		X										
Articulação com profissionais		X										
<b>Desenvolvimento dos Projetos</b>												
Capacitação em avicultura e horticultura		X	X	X	X							
Projeto experimental de avicultura coletiva												
Planejamento inicial		X	X									
Implantação				X	X	X						
Início da produção							X	X	X	X	X	X
Estabilização da produção										X	X	X
Projeto experimental de horticultura familiar					X	X	X	X	X	X	X	X
<b>Relatórios</b>												
Relatórios de acompanhamento e monitoramento			X		X		X		X		X	
<b>Avaliação dos resultados</b>												
Avaliação semestral						X						
Avaliação final												X



## 5.7 ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL DO PROGRAMA DE PRODUÇÃO E SUSTENTABILIDADE

Para a realização dos do Programa recomenda-se a articulação com instituições públicas ligadas à agropecuária e extensão rural (indígena e convencional), a Emater, Embrapa, Senar, Idaron, Unir, entre outras, a fim de formar parcerias e convênios.

## 5.8 INTERAÇÃO DO PROGRAMA DE PRODUÇÃO E SUSTENTABILIDADE COM OUTROS PROGRAMAS AMBIENTAIS

Considerando que os Programas de compensação têm como fundamento a territorialidade atual deste grupo indígena, bem como a unidade étnica por meio da ocupação e do uso da terra. Sabendo que um dos problemas que agrava o quadro atual deste grupo diz respeito à chegada de novas famílias, fato que gera disputas e tensões por lotes, sendo a segurança alimentar um aspecto determinante para populações tradicionais e, observando o fato de que a garantia coletiva de proteína, bem como a produção individual de hortaliças possibilita resguardar-se de conflitos, a unidade étnica e cultural desejada pelo grupo encontra apelo no bom convívio entre os parentes da Área de Referência. Desta maneira, valorização cultural e atividades produtivas se conectam.

## 5.9 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E REQUISITOS LEGAIS DO PROGRAMA DE PRODUÇÃO E SUSTENTABILIDADE

- Brasil. Decreto 1.141/1994 - Dispõe sobre proteção ambiental, saúde e apoio às atividades produtivas para as comunidades indígenas;
- Brasil. Decreto 3.799/2001 - Altera dispositivos do Decreto 1.141/1994, que dispõe sobre proteção ambiental, saúde e apoio às atividades produtivas para as comunidades indígenas.

## 5.10 RESPONSÁVEIS TÉCNICOS PELA ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE PRODUÇÃO E SUSTENTABILIDADE

A seguir segue a relação de técnicos responsáveis pela elaboração do Programa Indígena de Produção e Sustentabilidade:

Figura 36 - Relação de técnicos responsáveis pela elaboração do Programa Indígena de Produção e Sustentabilidade

TÉCNICO	FORMAÇÃO	CONSELHO DE CLASSE	CTF IBAMA
Ceusnei Simão	Engenheiro Florestal, M.Sc.	CREA PR-67783/D	481408

## 5.11 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DO PROGRAMA DE PRODUÇÃO E SUSTENTABILIDADE

EMBRAPA. Empresa Brasileira de pesquisa Agropecuária. **Construção de Aviário para Produção de Frangos de Corte em Sistemas Alternativos em Pequena Escala**. Concórdia, SC. 2009.

FILGUEIRA, F. A. R. **Novo Manual de Olericultura**: agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças. Viçosa: Ed. UFV, 2000.p.16-17.

FAO. Food and Agriculture Organization of United Nations. Orientação para implantação e implementação de hortas escolares. Brasília, DF. 2007.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI. **Termo de Referência do Programa de Proteção aos Povos, Terras e Referências/Áreas Indígenas do Complexo Madeira – PPTIM** (UHE Santo Antônio e Jirau). Ministério da Justiça. DPDS. CGGAM. Brasília, DF: 2010.

MESA. Madeira Energia S/A. **Plano Básico Ambiental – PBA**. Aproveitamento Hidroelétrico Santo Antônio. Volume III, Seção 20: Programa de Apoio às Comunidades Indígenas. Porto Velho, RO: 2008.





**6** PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO  
CULTURAL E FORTALECIMENTO  
ÉTNICO

## **6. PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO CULTURAL E FORTALECIMENTO ÉTNICO**

### 6.1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVAS DO PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO CULTURAL E FORTALECIMENTO ÉTNICO

#### 6. PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO CULTURAL E FORTALECIMENTO ÉTNICO

##### 6.1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVAS DO PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO CULTURAL E FORTALECIMENTO ÉTNICO

*"Sou índio sim, mas não parece" (José Inácio Cassupá, 03.05.2012)  
Ele não aparentava que era índio, mas mostrou todas as fotos dos parentes dele. Cada índio, se tiver a história, e os parentes dele, então a gente sabe que é índio, porque tem a história dele. (Clóvis Cassupá, 03.05.2012)*

O caso dos Cassupá e Salamãï colocou a equipe técnica em um caminho pouco estudado até o momento no país, pois "a presença indígena na cidade", tanto foi apagada pelo Poder Público, quando foi alvo menos prestigiado pela antropologia brasileira. Há apenas uma década esse tema ganha legitimidade entre os antropólogos nacionais. A "presença indígena na cidade" passará a se chamar "urbanidade indígena"<sup>5</sup>

Durante os estudos, coletamos uma série de relatos que explicitavam os motivos pelos quais os Cassupá e Salamãï teriam "perdido" sua cultura, porém, jamais nos foi informado que eles não seriam indígenas.

Deparar-se com indígenas que vivem há gerações na cidade pode nos conduzir interpretações rasas e, via de regra, de consequências graves quando se trata de compensações ambientais. A mais evidente delas se encerra na expressão: "*eles não são mais indígenas, perderam a identidade.*" Não rara, esta perspectiva se

---

<sup>5</sup> Ver Soares Nunes, 2009, p. 27.



ergue sob duas equações básicas, a saber: floresta *mais* natureza é *igual* a indígenas e, porque não dizer, a populações tradicionais; de outro lado, a cidade *mais* civilização é diferente de indígenas, assim como, de populações tradicionais. Passar, como no caso dos Cassupá e Salmãí, das malocas às casas de madeira cerrada e telhado de zinco, migrar, mesmo que forçosamente, dos rios Guaporé e Mamoré para a BR 364 é compreendido como degradação cultural. O efeito geral é observá-los como menos indígenas que outros povos, embora jamais eles se sintam assim.

Durante o trabalho de campo observou-se que os Cassupá e Salmãí faziam uma distinção entre os “índios diferenciados” e os aqueles que viviam na cidade. Para enfrentar essa questão a Equipe Técnica trouxe em entrevista a seguinte pergunta: *que realidade deve [ser] conhecida, a dos indígenas ou a do empreendimento?* Abriu-se a possibilidade para se observar, do ponto de vista indígena, uma ideia de identidade construída ao longo do contato e do histórico de assimilação que eles vivenciaram.

*"o índio, por exemplo, aquele que mora próximo a Usina, eu acho que ele tem usar a realidade das duas coisas, tanto a realidade da aldeia, quanto também a realidade da usina, assim, sabendo o que ela produz e o que ela interfere na vida pessoal seja da cidade ou do parque [terra indígena]... Eu vejo assim, que a realidade deve ser composta. Assim, por exemplo, o branco, vamos dizer assim, mexendo com a FUNAI, ele deve entender e compreender a situação de cada uma aldeia e de cada uma pessoa (...) Não querendo trazer o índio ou uma índia para a cidade, porque o índio tem que estar na aldeia. Para ele ser diferenciado ele tem que estar lá. Hoje a lei diz assim: nós temos que ser diferenciado e estar na aldeia. A realidade da FUNAI tem que entender que a Usina produz uma energia e essa energia pode muito é... vamos dizer assim... talvez ajudar a comunidade indígena, tanto na aldeia quanto na cidade. Mas, assim, poderia atrapalhar se desse um impacto de uma cheia ou se o índio que mora de aluguel aumentar, ou a marcação da saúde, ou o trânsito. É uma coisa que interfere no meio da população indígena."*  
(José Inácio Cassupá. Porto Velho. Entrevista.03.05.2012)

Em primeiro lugar, uma “realidade composta”, de acordo com José Inácio Cassupá, é o que se deve levar em consideração. Tanto mais produtor será um processo de mitigação, quanto mais atento se estiver aos aspectos



mobilizadores do empreendimento e das comunidades afetadas. Elencamos quatro principais aspectos: (1) identificação dos impactos; (2) efetividade na redução de impactos; (3) projetos sustentáveis; (4) menor intervenção de atores externos nas tomadas de decisão.

Em segundo lugar, há a franca classificação que, para o entrevistado se dá em termos de lei. A lei<sup>6</sup> que reduziu a territorialidade Cassupá e SalamãI à Área de Referência vem do mesmo ente que o obriga a ser diferenciado, todavia, como estabelecer esta diferença se esta “lei” restringe a sua territorialidade à floresta?

Investindo nessa temática a Equipe Técnica questiona: “Então, o que é um índio diferenciado?”

*Um índio diferenciado é aquele que a FUNASA diz, que a FUNAI diz. Ele é aquele que está na aldeia, que sabe falar a língua. É aquele que convive com o costume, com a cultura. Talvez, entende pouco o português. Ele não vem muito na cidade. Ele não tem... ele não tem... a documentação dele é de origem tradicional, não tem nada como... Porque hoje a lei da FUNAI, vamos dizer assim, aquele índio que tem sua documentação como um CPF ou RG, essas coisas assim, é considerado um branco. Ele não é considerado índio, é branco, não um índio! Aconteceu assim comigo. (José Inácio Cassupá. Porto Velho. Entrevista.03.05.2012)*

O trecho acima apresenta dois temas fundamentais, bem como a repetição de atos de discriminação e desconfiança acerca da identidade indígena. No primeiro tema se evidencia a ação de um indigenismo autoritário e essencialista, no qual, seja sob o argumento da integração ou da valorização cultural, o Estado age como classificador de coletivos humanos. No segundo tema, o entrevistado estabelece critérios claros de distinção cultural entre grupos que vivem nas cidades e aqueles que vivem na floresta, que são: (a) convivem com os costumes e com a cultura; (b) pouco falam ou entender a língua portuguesa; (c) fazem poucas visitas à cidade; (d) tem a documentação de origem tradicional. O

---

<sup>6</sup> O Decreto 736, de 06 de Abril de 1936, assinado pelo então presidente da República Getúlio Vargas, dizia em seu artigo 18, letra b os Postos Indígenas deveriam “aproveitar essas circunstancias para demonstrar a grandeza, a eficiencia e a generosidade de nossa civilização, usando dos amplos meios com que a sciencia e a industria modernas superiormente nos aparelham, não para destruir povos imbeles, desarmados e na infancia social, mas sim para despertar-lhes o desejo de compartilhar comnosco do progresso a que attingimos”

seu grupo estaria no polo oposto desta classificação. Por fim, é relatado mais um encontro entre o preconceito e a desconfiança que abate as populações indígenas no país, onde a ausência de um documento que “autentique” a descendência indígena exclui pessoas da assistência obrigatória do poder público.

Durante a mesma entrevista, Clóvis Cassupá, liderança responsável pela inclusão deste grupo no processo de mitigação afirma que eles, em relação a outros povos indígenas também podem ser “mais diferenciados”. Ele aponta cinco critérios: (a) ter menos tempo de contato; (b) falar a língua; (c) morar na aldeia; (d) Saber a história de seu grupo; (e) ter a história do parentesco. Embora, entre os Cassupá e SalamãI que vivem em Porto Velho não disponham de todos os recursos citados, Clóvis utilizará uma comparação para explicitar a relação entre viver na floresta e ter história.

*“Eu já ouvi falar por um índio tukano que era casado com uma parenta nossa, que era a Valdeíza. E ela é parenta nossa. Ela é parenta nossa porque tem um tio Biraí, que é parente nossa. Ela casou com esse Tukano, mas, eles diziam que era Tukano falso, porque ele não tinha o rosto. Ele não aparentava, mas ele mostrava todas as fotos dos parentesco deles. E ele vivia assim, como nós, fora da aldeia, estudando para ver se melhorava a aldeia dele. Mas, com isso ele andava aí, andando onde tivesse FUNAI, ele estava. (...) O que ele queria era brigando lá. E por isso eles falavam que era índio pirata. Se ele contar os parentescos dele a gente reconhece que ele é índio. O índio tem que ter a história dele. A FUNAI diz assim: para ser índio tem que viver no mato. Para a gente não, ele tem que saber é a história dele.” (Clóvis Cassupá. Porto Velho. Entrevista.03.05.2012)*

Se o viver na floresta, para a FUNAI, na percepção do Sr Clóvis, é o que determina a identidade indígena, ele enfatiza o conhecimento da história como valor fundamental que determina a identidade.

A urbanidade Cassupá e SalamãI não representa a negação da identidade indígena. Ao contrário, esses indígenas buscam novas formas de compor valores tradicionais e reconhecíveis entre si e para a sociedade nacional a fim do reconhecimento étnico. O primeiro deles é a ocupação da Área de Referência, sobretudo, na transformação de um espaço cercado pela cidade em Terra

Indígena. O outro está em agregar o maior número possível de pessoas nesta Área, garantindo, por meio da unidade territorial, uma unidade política. E, por fim, o conhecimento da história enquanto eixo de auto- reconhecimento cultural.

Um programa de valorização cultural e fortalecimento étnico se justifica por três motivos. Em primeiro lugar, os impactos motores das ações de compensação e/ou mitigação ambiental no caso Cassupá e Salamãí que residem tanto na alteração na qualidade de vida, quanto na intranquilidade da população (RIMA, 2005) são refletidos no caso indígena com o aumento do custo de vida na cidade de Porto Velho, sobretudo, no que tange a alta no preço de aluguéis e o aumento da violência, cuja soma destes elementos aciona o interesse inicial de deslocamento de famílias indígenas que estão fora da Área de Referência para o interior da Área. Este deslocamento gera um novo impacto, que são as tensões criadas pelas disputas por lotes dentro da área<sup>7</sup>. Por outro lado, assentar o maior número possível de indígenas na Área de Referência é uma estratégia de afirmação étnica. Em terceiro lugar, há o fato de que as tensões produzidas são canalizadas pela fragilizada Organização Indígena dos Povos Cassupá e Salamãí.

Essas questões conduziram a Equipe Técnica a duas linhas temáticas. Na primeira delas, a valorização cultural, tendo a pesquisa em etno- história enquanto mote. No segundo, o fortalecimento institucional da OPICS, sendo esta, a entidade de representação política e étnica destes grupos.

A seguir teremos uma figura que sintetiza a estrutura do programa de Valorização Cultural e Fortalecimento Étnico.

---

<sup>7</sup> Presenciamos um evento deste tipo em 03 de Junho de 2012, quando após a oficina referente a Etapa 04 de elaboração dos programas de mitigação as principais lideranças do grupo, Cleimarques Cassupá, José Inácio Cassupá e Clóvis Cassupá travavam intenso debate com uma das famílias residentes fora da Área de Referência que demarcavam 03 lotes naquele dia.

Figura 37 – Áreas temáticas e linhas de ação do Programa de Gestão Territorial

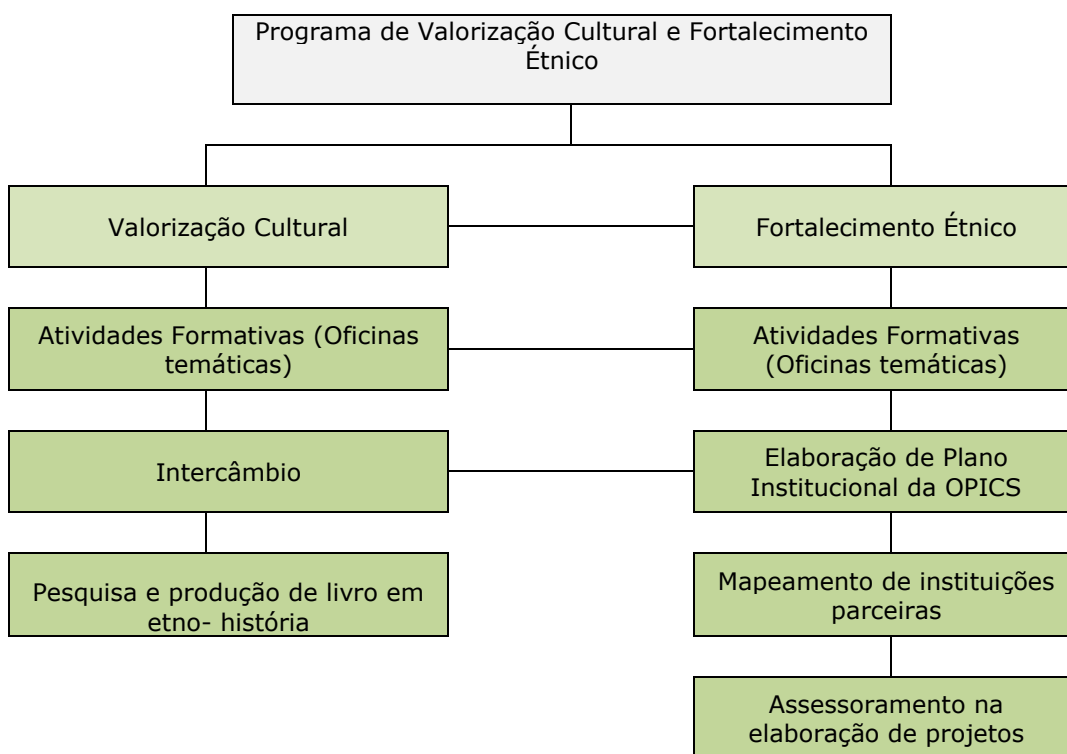


Figura 38 – Impactos que o Programa de Valorização Cultural e Fortalecimento Étnico visa prevenir, corrigir, mitigar e/ou compensar

<b>ESTE PROGRAMA VISA PREVENIR, CORRIGIR, MITIGAR E/OU COMPENSAR OS SEGUINTE IMPACTOS:</b>
• Aumento da violência;
• Receio dos pais que filhos se envolvam em eventos de criminalidade;
• Disputa de lotes na Área de Referência;
• Tensões decorrentes pela repartição em lotes na Área de Referência;

Neste sentido, são necessárias ações que permitam uma rápida rearticulação comunitária, via organização indígena e que se iniciem processos de valorização cultural.

## 6.2. OBJETIVOS DO PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO CULTURAL E FORTALECIMENTO ÉTNICO

### 6.2.1. Objetivo Geral

Desenvolver ações de fortalecimento cultural e político junto aos Cassupá e Salamãí que vivem na Área de Referência, KM 5,5/ BR – 364, tomando a valorização da cultura como meio agregador e diminuidor de conflitos;

### 6.2.2. Objetivos Específicos, metas e indicadores do Programa de Valorização Cultural e Fortalecimento Étnico em suas linhas de ação:

#### Linha temática de Valorização Cultural:

- Realizar oficinas temáticas na área de valorização cultural e elaboração de projetos;
- Realizar 01 oficina em áudio visual na Área de Referência;
- Realizar atividades de intercâmbio com os Aikanã que vivem no rio Pimenta, município de Chupinguaia, na T.I. Tubarão Latundê;
- Publicar 01 livro em etno história com tema a ser definido;

#### Linha temática de Fortalecimento Étnico:

- Esclarecer as finalidades, oportunidades e obrigações da OPICS;
- Instrumentalizar os indígenas para gestão e organização da OPICS, com capacitação técnica para autogestão;
- Assessorar na definição do organograma da OPICS e seu funcionamento;
- Assessorar a OPICS no monitoramento e avaliação as ações de mitigação e/ou compensação ambiental;
- Criar materiais didáticos acerca da administração de entidades indígenas
- Mapear instituições parceiras que apoiam lutas indígenas e ambientais
- Mapear as iniciativas comunitárias que já existiram na Área de Referência;



As metas do programa são:

Linha Temática de Valorização Cultural:

- Realizar 03 ciclos de oficinas temáticas em 18 meses;
- Realizar 01 oficina em áudio visual na Área de Referência;
- Realizar 02 viagens de intercâmbio;
- Publicar 01 livro em 18 meses

Linha temática de Fortalecimento Étnico:

- Elaborar 01 Plano Institucional;
- Ter 01 plano de gestão para OPICS;
- Ter definido 01 organograma para OPICS;
- Constituir 01 grupo indígena para monitorar e avaliar as ações de mitigação e /ou compensação;
- Criar 01 cartilha brochura acerca da administração de associações indígenas;
- Ter 01 mapa de possíveis parceiros e financiadores de projetos indígenas;

Os indicadores do programa são:

Valorização Cultural:

- Participação de moradores da área de referência;
- Participação de moradores de fora da área de referência;
- Elaboração de relatórios de cada uma das oficinas;
- Divulgação dos resultados das oficinas por meio do Programa de Relações Interinstitucionais da SAE;
- Participação de jovens e crianças da Área de Referência;
- Participação de alunos cujas famílias vivem na Área de Referência;
- Participação de idosos da Área de Referência;
- Participação de lideranças da OPICS;

- Avaliação positiva dos participantes do Intercâmbio;
- Participação de Técnicos em Educação Escolar Indígena da Secretaria de Educação de Rondônia;
- Elaboração de relatório sobre o intercâmbio;
- Divulgação dos resultados das oficinas por meio do Programa de Relações Interinstitucionais da SAE;
- Distribuição dos livros nas escolas onde há alunos Aikanã matriculados com a participação da Coordenação de Educação Escolar Indígena da SEDUC;
- Utilização dos livros nas escolas onde há alunos Aikanã matriculados;

#### Fortalecimento Étnico:

- Dúvidas dos membros da associação e da comunidade em geral sanadas;
- Novos projetos elaborados com baixa influência externa;
- Articulação com movimento indígena de Rondônia;
- Participação comunitária;
- Elaboração de projetos para instituições financiadoras;
- Mobilização comunitária para novas atividades coletivas;

A seguir é apresentada a relação entre Objetivos Específicos, Metas e Indicadores do Programa de Valorização Cultural e Fortalecimento Étnico.

Figura 39 - Relação entre Objetivos Específicos, Metas e Indicadores do Programa de Fortalecimento Étnico e Valorização Cultural

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS	INDICADORES
Linha Temática Valorização Cultural		
Realizar oficinas temáticas nas áreas de cultura, história e etno-história;	Realizar 03 ciclos de oficinas temáticas em 18 meses;  Realizar 01 oficina em áudio visual na Área de Referência;	Participação de moradores da área de referência;  Participação de

		<p>moradores de fora da área de referência;</p> <p>Elaboração de relatórios de cada uma das oficinas;</p> <p>Divulgação dos resultados das oficinas por meio do Programa de Comunicação Social da SAE;</p>
<p>Realizar atividades de intercâmbio com os Aikanã que vivem no rio Pimenta, município de Chupinguaia</p>	<p>Realizar 02 viagens de intercâmbio em 18 meses;</p>	<p>Participação de jovens e crianças da Área de Referência;</p> <p>Participação de alunos cujas famílias vivem na Área de Referência;</p> <p>Participação de idosos da Área de Referência;</p> <p>Participação de lideranças da Associação;</p> <p>Avaliação positiva dos participantes do Intercâmbio;</p> <p>Participação de Técnicos em Educação Escolar Indígena da Secretaria de Educação de Rondônia;</p>

		<p>Elaboração de relatório sobre o intercâmbio;</p> <p>Divulgação dos resultados das oficinas por meio do Programa de Comunicação Social da SAE;</p>
Publicar um livro etnohistórico com tema a ser definido	Publicar 01 livro em 18 meses	<p>Distribuição dos livros nas escolas onde há alunos Aikanã matriculados;</p> <p>Utilização dos livros nas escolas onde há alunos Aikanã matriculados;</p>
<b>Linha Temática Fortalecimento Étnico</b>		
Esclarecer as finalidades, oportunidades e obrigações da associação;	Elaborar 01 Plano Institucional;	Dúvidas dos membros da associação e da comunidade em geral sanadas;
Instrumentalizar os indígenas para gestão e organização das associações, capacitação técnica para autogestão	Ter 01 plano de gestão para OPICS	<p>Novos projetos elaborados com baixa influência externa;</p> <p>Articulação com movimento indígena de Rondônia;</p>
Assessorar na definição do organograma das associações e seu funcionamento	Ter definido 01 organograma para OPICS	Participação comunitária;
Assessorar as associações, monitorar e avaliar as ações de mitigação e/ou compensação ambiental	Constituir 01 grupo indígena para monitorar e avaliar as ações de	Participação comunitária;

	mitigação e /ou compensação	
Criar materiais didáticos acerca da administração de associações indígenas	Criar 01 cartilha brochura acerca da administração de associações indígenas	Utilização desses materiais;
Mapear instituições parceiras que apoiam lutas indígenas e ambientais	Ter 01 mapa de possíveis parceiros e financiadores de projetos indígenas.	Elaboração de projetos para essas instituições;
Mapear as iniciativas comunitárias que já existiram na Área de Referência;	Ter 01 relatório sobre as iniciativas comunitárias;	Mobilização comunitária para novas atividades coletivas;

### 6.3. PÚBLICO-ALVO DO PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO CULTURAL E FORTALECIMENTO ÉTNICO

Este programa é destinado aos seguintes públicos-alvo: crianças em idade escolar, moradores da Área de Referência, adolescentes moradores da Área de Referência, membros da associação e Aikanãs, moradores da Terra Indígena Tubarão Latundê. O programa visa atingir ainda técnicos da Secretaria de Educação de Rondônia, na Regional de Ensino de Porto Velho e membros da Coordenação Escolar de Educação Indígena.

### 6.4. METODOLOGIA DO PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO CULTURAL E FORTALECIMENTO ÉTNICO

Concebido no sentido de compensar e/ou mitigar os impactos negativos a serem potencialmente causados pela instalação e operação da UHE Santo Antônio, e proporcionar formas autônomas gestão e valorização cultural, este Programa fundamenta-se nas seguintes premissas:

Deverá articular elementos técnicos e atores sociais visando o conhecimento e a difusão da história e cultura dos Aikanã, em especial para os indígenas moradores da Área de Referência.



Articular-se em duas linhas de ações. Uma delas, a de valorização etno-histórica e a segunda de fortalecimento político-cultural. Ambas as linhas são complementares. Na primeira delas serão promovidos contextos de aprendizagem sobre a trajetória histórica dos Cassupá e Salamãí. Na segunda linha, considerando o atual cenário, no qual a OPICS condensa as tensões referentes ao deslocamento de pessoas para o interior da área de Referência, busca-se o fortalecimento político e cultural. Político, pois se desenvolverá um plano institucional para a OPICS, cultural, pois a política da associação se transforma em unidade aldeã.

Os ciclos de oficinas temáticas são momentos previstos para a construção coletiva e intercultural na qual compartilharão reflexões, os indígenas, o setor da SAE responsável pelo C.I. do PBA, a OPICS, consultores especializados, e a Coordenação de Educação Escolar Indígena da Secretaria de Estado de Educação de Rondônia.

O cronograma inicial aqui estabelecido será apresentado para avaliação dos representantes Cassupá e Salamãí, que acompanharão a elaboração de planos executivos.

As propostas aqui apresentadas, sempre que possível, deverão estar vinculadas a uma estratégia de gestão de longo prazo e numa visão de conjunto. Isto significa que, em sentido amplo, os atores envolvidos deverão ter um objetivo comum, possibilitando a troca de informações e ações recíprocas.

Será dada ênfase ao intercâmbio com as esferas governamentais e com a sociedade civil visando facilitar não apenas a difusão/aquisição de ideias e experiências, como também a obtenção de parcerias para treinamentos e recursos materiais para investimentos em projetos de interesse das comunidades indígenas.

#### 6.4.1. Linhas temáticas do Programa de Valorização Cultural e Fortalecimento Étnico

##### a) Valorização Cultural

##### 6.4.1.1. Introdução (Valorização Cultural)

Amplamente debatido em contextos de elaboração de programas de mitigação junto a povos indígenas, a valorização cultural prevê ações que geralmente se associam às atividades desenvolvidas por políticas públicas locais, sobretudo, quando estas são afirmativas. Isso ocorre para que ações positivas do Estado sejam potencializadas em contexto local.

O contexto Cassupá e SalamãI nos coloca diante de novos desafios. Quando se trata de cultura indígena, enquanto um conjunto de práticas e saberes exercidos na floresta se tem horizontes definidos pela ideia de revitalização cultural. Entretanto, este grupo indígena vive há aproximadamente quatro décadas na cidade de Porto Velho. Desse modo, língua indígena, saberes tradicionais, rituais, mitologia e/ou regras de parentesco estão distanciados de seu cotidiano.

Durante as atividades de diagnóstico observou-se, de um lado o desejo de se conhecer o que aqui se chamará de “tradição indígena”, para que se possa opor a ideia de “tradição não indígena”. Os relatos Cassupá e SalamãI da Área de Referência informam um pequeno conhecimento acerca dos temas circundados pela noção de “tradição indígena”, entretanto, mantém forte interesse pela etno-história, ou pela trajetória histórica de seu grupo.

Para eles, tal como se observou na justificativa deste programa, conhecer a história é condição necessária para se afirmar a identidade indígena.

Tomar a “tradição indígena” como algo a ser conhecido torna-se o caminho mais adequado. Isso se evidenciou quando uma das lideranças da OPICS, Cleimarques

Cassupá explicou a relação que seu grupo detém com a história e a necessidade conhecê-la.

*"O nome da aldeia onde estão os Aikanã é chamada de Rio do Ouro e fica na T.I. Barão Latundê. Lá é importante porque lá estão todos os nossos parentes, a língua, a cultura, a prática dos artesanatos. Lá eles vivem na aldeia mesmo. O pessoal de Guajará foi retirado de lá também. Não é que nas outras áreas não seja importante, mas no rio do Ouro é mais importante. Lá está a língua mãe, a cultura e a prática do artesanato. Pense no lugar bonito. A cor da água é preta e com o reflexo do sol no cascalho parece que tem ouro no fundo. O importante do intercâmbio é porque a gente precisa aprender e a palavra não é nem resgatar é aprender mesmo. Nós não sabemos o que tem e o que envolve a nossa cultura e a nossa língua. Então a gente tem que aprender para poder resgatar."*  
(Cleimarques Cassupá. Entrevista, 04.03.2012)

Este relato proporciona a dimensão real da complexidade e da emergência com que o tema da cultura é pensado pelos povos indígenas. Esclarece-se ainda que a expressão "aprender a cultura" não pode se confundida com o fato de que viver na cidade os tenha tornado "menos indígenas". O "aprender" é tratado como mais um aspecto da urbanidade Cassupá e Salamã, que vivendo na cidade busca referências ancestrais para lidar com o urbano.

#### 6.4.4.1. Metodologia (Valorização Cultural)

Supõe-se duas formas básicas de inserção. A primeira delas é o método de oficina participativa, pois uma de suas vantagens é a produção, sempre ao final de cada oficina, de um documento-relato, que fundamentará os posteriores relatórios.

A segunda inserção complementar as oficinas, são as atividades de intercâmbio. Essa atividade é de grande importância, leva os indígenas a trocar experiências, conhecer técnicas e saberes ancestrais que não existem em Porto Velho, na Área de Referência.

Nas oficinas existirá um consultor, que será responsável pelo desenvolvimento da atividade, bem como, pela elaboração de relatório e do produto final, que poderá ser um vídeo documento e um livro para ser utilizado por alunos matriculados nas escolas de Tubarão Latundê e dos alunos matriculados em escolas no município de Porto Velho.

#### 6.4.4.2. Conteúdo programático das oficinas de Valorização Cultural

- Ocupação indígena na Amazônia;
- Frentes de expansão e frente pioneira na Amazônia;
- História indígena de Rondônia;
- Disputa por terra em Rondônia;
- Biografias e trajetórias de migração, com ênfase no deslocamento para a cidade;
- Políticas do SPI e da FUNAI;
- Cultura e vida na aldeia;
- Cultura e vida na cidade;

#### b) Fortalecimento Étnico

#### 6.4.4.3. Introdução (Fortalecimento Étnico)

Se, entre comunidades indígenas que vivem na floresta são consagrados modos tradicionais de organização social e política, desenhados modelos de gestão e de tomadas de decisões, desde a escolha de novas áreas para se plantar um roçado, ou mesmo, a mudança de uma aldeia de lugar para outro até as alianças matrimoniais, como proceder no caso de comunidades indígenas urbanas?

Partimos do princípio de que, seja na floresta ou na cidade, tomar decisões debatidas entre os grupos que compõe um mesmo ambiente, ou que nele influenciam garante a unidade interna da aldeia, aqui lida como Área de Referência, bem como, a interrelação entre a AR e os indígenas que estão na cidade. Desse modo, o fortalecimento étnico reside na unidade política do grupo.

No entanto, o contato com os não indígenas colocaram novos desafios à organização social tradicional, cujas articulações deveriam ultrapassar os rios e terras que habitavam. Os modelos associativos e cooperativistas, sobretudo, entre os anos de 1980 e 1990 tomam força no país.

As associações e cooperativas indígenas lutavam em duas frentes, uma delas pela reivindicação de direitos, outra pela autonomia econômica. Fato é que há uma institucionalização das demandas indígenas, minimamente baseadas em seus modos de se organizar e alicerçadas nas demandas locais urgentes.

A Organização dos Povos Indígenas Cassupá e Salamãï – OPICS, não foge a esta regra e, criada em 1997 luta por reconhecimento frente aos órgãos indigenistas e, por conseguinte, à sociedade nacional.

Atualmente a OPICS não possui financiamento de nenhum projeto, entretanto, foi um ator importante para consolidar os Cassupá e Salamãï no processo de mitigação hoje vivenciado na Área de Referência. Sua mais importante demanda está em dirimir os impactos da mudança dos Cassupá e Salamãï que vivem em bairros da cidade de Porto Velho para a Área de Referência.

#### 6.4.4.4. Metodologia (Fortalecimento Étnico)

O primeiro passo neste Programa é a definição de um Plano Institucional da Organização dos Povos Cassupá e Salamãï. Este passo depende de que a associação indígena saiba quais são os atuais problemas e aponte possíveis

soluções para eles. Essas questões perpassam desde a comunidade até atores externos, com os quais os indígenas mantêm articulação política.

O segundo passo busca definir quais são os problemas mais graves enfrentados pela comunidade. Em geral, definem-se as áreas a partir das políticas públicas vigentes no país, por exemplo: educação, cultura, saúde, segurança alimentar, moradia. Este é apenas um filtro. A associação (organização) e seus assessores terão autonomia para refutar esta lógica, criando e inovando conforme suas necessidades. No terceiro passo, definem-se quais são as ações prioritárias da associação.

O quarto passo, consiste em sistematizar e/ou retirar dúvidas fundamentais dos associados indígenas, ou seja: O que é uma associação (organização)? Como uma associação (organização) pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida de um grupo de pessoas? O que é necessário para se manter uma associação? Quais são as obrigações, as responsabilidades e os benefícios que estão em torno de uma associação (organização)?

O quinto passo reside na avaliação da atual estrutura da associação (organização), observando se a vida comunitária é refletida no interior da associação (organização).

O sexto passo avaliará se foi criado o hábito de reuniões participativas, pois os representantes da associação (organização) deverão reunir toda a comunidade para esclarecer e explicar aos membros da aldeia a importância de se pensar e agir sobre as prioridades que se tem na Área de Referência. Este passo consolidada dia-a-dia sobre a pergunta transversal de como um Plano de Fortalecimento Institucional Cassupá e Salamãï poderia contribuir para resolução dos mais graves problemas enfrentados.

Por fim, deve-se ter claro qual é a finalidade da associação (organização) e quais os passos ela deverá seguir para alcançar os objetivos traçados coletivamente.



Todos os associados devem ser informados periodicamente sobre: (a) Os objetivos sociais da associação (organização); (b) Como funciona sua administração e conselho fiscal; (c) Período de duração da diretoria; (d) Fontes de recursos que a associação (organização) utiliza; (e) Tipos de associados; (f) Quais são os bens que tem a associação (organização).

Esses passos serão construídos a partir de oficinas temáticas, com metodologias participativas, dentro da Área de Referência e com a assessoria de consultores especializados no tema; representantes do Componente Indígena do PBA da SAE e entidades governamentais ligadas as áreas cujos maiores problemas foram mapeados.

#### 6.4.4.5. Conteúdo programático das oficinas de Fortalecimento étnico

- Os desafios de associações indígenas na Amazônia;
- Os desafios de associações indígenas na cidade;
- O que é um plano de fortalecimento institucional;
- Qual é a importância de um trabalho participativo;
- Por que pensar no presente um plano para o futuro;
- Elaboração de projetos;
- Formas de gerir projetos;

#### 6.4.2. Duração e Etapas do Programa de Valorização Cultural e Fortalecimento Étnico

As medidas específicas devem ser implementadas no período de 18 (dezoito) meses. Aquelas que forem transversais obedecerão ao mesmo período estabelecido para os Karitiana e Karipuna, quando possível.

Outrossim, o período acima indicado não é fixo. Isso variará de acordo com a avaliação das medidas, programas e suas ações. Caso não se mostrem sustentáveis, deve-se encaminhar para a modificação, reforma, interrupção ou

renovação. Esta avaliação terá quatro principais atores: (a) Comunidade Indígena; (b) A SAE; (c) Consultores eventuais; (d) a FUNAI. Os encaminhamentos pós- avaliação dos projetos serão dirigidos à FUNAI, ao Empreendedor e a entidade de representação indígena.

#### 6.4.2.1. Etapas dos Projetos

Este projeto será sistematizado nas seguintes etapas:

##### *1) Planejamento das atividades a serem desenvolvidas para a implementação do Programa:*

- 1.1) Planejamento participativo para desenvolvimento das ações de apoio à valorização cultural e ao fortalecimento da associação;
- 1.2) Seleção de recursos humanos indígenas e não-indígenas para execução das ações a serem desenvolvidas;
- 1.3) Consolidação do cronograma das atividades a serem implementadas no Programa;
- 1.4) Mobilização de grupos focais no interior da Área de Referência;
- 1.5) Organização das demandas dos temas a serem pesquisados para a valorização cultural e das necessidades urgentes da associação;
- 1.6) Organização da infraestrutura de apoio para execução das atividades;
- 1.7) Realização de ciclos de oficinas temáticas;
- 1.8) Realização de Intercâmbio;
- 1.9) Publicação de material didático;

##### *2) Contatos e parcerias para o desenvolvimento das ações dos projetos:*

- 2.1) Estabelecimento de parcerias com Entidades Públicas e Privadas para atuação nos Programas e Projetos a serem implementados pelo empreendedor na Área de Referência;

3) *Desenvolvimentos do programa propriamente dito:*

- 3.1) Execução das oficinas temáticas e de intercâmbio de apoio as atividades de valorização cultural e fortalecimento étnico;
- 3.2) Elaboração participativa de planos de pesquisa para compor temáticas a serem transformadas em material didático;
- 3.3) Execução das atividades organizativas inter-relacionadas com os demais programas do Componente indígena (organização de oficinas, cursos de capacitação, mutirões, palestras, visitas técnicas, entre outras);
- 3.4) Avaliação continuada do planejamento inicialmente realizado, assim como das atividades executadas, permitindo ajustes em caso de necessidade.

4) *Avaliação de ações implementadas e relatórios de monitoramento:*

- 4.1) O assessor contratado para a execução das atividades do Programa e a representação Indígena no PBA apresentarão relatórios periódicos a serem produzidos a partir de reuniões participativas com a comunidade. Este relatório terá o acompanhamento do empreendedor e da FUNAI;

6.4.3. Contratação, Estruturação e Atribuições da Equipe Técnica

Neste Programa **não haverá** uma Equipe Técnica fixa contratada para a sua execução. Ocorrerão consultorias especializadas nas temáticas de produção de material didático, gerenciamento de associações indígenas e registro em áudio visual.

Os executores do subprograma serão profissionais e/ou empresas da área de antropologia e/ou gestão ambiental com experiência anterior em comunidades indígenas. Os profissionais e/ou empresas selecionados receberão o apoio do Empreendedor para a execução do Programa, que fornecerá as condições materiais necessárias para tal.

Figura 40 - Atividades do Programa de Valorização Cultural e Fortalecimento Étnico

<b>AS ATIVIDADES DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA ENVOLVERÃO:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Consolidação participativa de cronograma e plano de trabalho com as diretrizes do programa, incluindo projeto executivo, gestão e execução das ações;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Articulação junto às ações referentes aos Karitiana e Karipuna, considerando que ambos fazem parte do mesmo contexto de mitigação;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Consolidação de estratégia de articulação entre as ações do Programa e de Políticas Públicas existentes no campo do associativismo, cooperativismo e etnodesenvolvimento;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Articulação interinstitucional entre entidades públicas com ações indigenistas em Rondônia, especialmente a FUNAI, a Secretaria de Estado de Assistência Social e a Secretaria de Estado de Educação;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Consolidação orçamentária no que tange a materiais e insumos;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realização de ciclos de oficinas temáticas;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realização 01 de oficina em áudio visual</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Publicação de material didático específico;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração de relatórios de acompanhamento e avaliação;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Articulação entre C.I. do PBA e a Organização Indígena;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mapeamento e mobilização de instituições parceiras para financiamento de projetos;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração de projetos demonstrativos;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mobilização comunitária;</li> </ul>

## 6.5. ELEMENTOS DE CUSTO DO PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO CULTURAL E FORTALECIMENTO ÉTNICO

### 6.5.1. Recursos Humanos

Os recursos humanos necessários para a execução do Programa são:

- Articulador indígena (articulação para capacitação e intercâmbio e mobilização da comunidade para as atividades de valorização cultural e fortalecimento étnico)
- Consultor, preferencialmente da área de ciências humanas com experiência na utilização de métodos participativos em temáticas indígenas de educação, saúde, produção, assistência técnica, associativismo e/ou cooperativismo;
- Equipe de Produção em áudio visual

### 6.5.2. Recursos Materiais

Os recursos materiais necessários para a execução do Programa são:

- Notebook;
- Impressora;
- Máquina fotográfica digital;
- Filmadora digital;
- Gravador digital; (a ser doado para OPICS)
- Material de escritório em geral; (a ser doado para OPICS)

### 6.5.3. Construção Civil

- Não são previstas obras de construção civil

A relação geral de custos do Programa está apresentada a seguir.

Figura 41 - Relação de custos do Programa de Valorização Cultural e Fortalecimento Étnico

Categoria de custo / Discriminação	Qt.	Un.	R\$ un.	R\$ Total
<i>Recursos Humanos</i>				
Articulador indígena	96	Diárias	50,00	4.800,00
Facilitador/educador (consultor)	200	Horas	100,00	20.000,00
Profissional de Designer Gráfico	160	Horas	30,00	4.800,00
Profissional de Áudio Visual	8h	Diária	2.400,00	2.400,00
<i>Recursos Materiais</i>				
Notebook	1	Un.	2.500,00	2.500,00
Máquina fotográfica digital	1	Un.	800,00	800
Gravador de voz digital	1	Un.	240,00	240
Impressora	1	Un.	400,00	400
Passagem terrestre para intercâmbio	10	Un.	200,00	2.000,00
Diárias para intercâmbio (alimentação)	300	Diárias	50,00	15.000,00
Material para escritório em geral (papel, tinta para impressora, canetas, cadernos, etc.)	1	Un.	500,00	500,00
Publicação de livro	500	Un.	25,00	12.500,00
Passagem aérea para consultor	6	Un.	1.700,00	10.200,00
Hospedagem	30	Diárias	150,00	4.500,00
<b>Custo Total</b>				<b>80.640,00</b>



## 6.6. CRONOGRAMA

Figura 42 – Cronograma do Programa de Valorização Cultural e Fortalecimento Étnico

Atividades	Meses											
	2	4	6	8	10	12	14	16	18	20	22	24
Planejamento das Atividades												
Planejamento participativo para desenvolvimento das ações de apoio às valorização cultural e ao fortalecimento da associação;	X											
Consolidação do cronograma das atividades a serem implementadas no Programa;	X											
Contatos e Parcerias												
Estabelecimento de parcerias com Entidades Públicas e Privadas para atuação nos Programas e Projetos a serem implementados pelo empreendedor na Área de Referência;	X											
Mobilização de grupos focais no interior da Área de Referência;	X											
Desenvolvimento dos projetos												
Organização das demandas dos temas a serem pesquisados para a valorização cultural e das necessidades urgentes da associação;		X										
Seleção de recursos humanos indígenas e não-indígenas para execução das ações a serem desenvolvidas;	X											
Organização da infraestrutura de apoio para execução das atividades;	X											
Realização dos ciclos de oficinas temáticas;		X	X		X	X		X	X			
Realização de Intercâmbio				X			X					
Publicação de material didático									X			

#### 6.7. ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL DO PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO CULTURAL E FORTALECIMENTO ÉTNICO

Este programa articula-se em especial à Coordenação de Educação Escolar Indígena da Secretaria de Estado de Educação de Rondônia. Além disto, também está alinhado a política nacional de registro de bens culturais imateriais do IPHAN.

#### 6.8. INTERAÇÃO DO PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO CULTURAL E FORTALECIMENTO ÉTNICO COM OUTROS PROGRAMAS AMBIENTAIS

Este programa articula-se transversalmente aos outros programas do componente indígena, pois tem a valorização cultura, bem como, o fortalecimento institucional como motes.

#### 6.9. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO CULTURAL E FORTALECIMENTO ÉTNICO

- Brasil. Constituição Federal de 1988 – Reconhece os direitos indígenas no Capítulo VIII.
- Brasil. Decreto nº 5.051 de 19 de abril de 2004 - Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.
- OIT – Organização Internacional do Trabalho. Convenção nº 169 de 1989 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) - Sobre Povos Indígenas e Tribais.

- Brasil. Decreto nº 3.551 de 04 de Agosto de 2000. Programa Nacional de Patrimônio Imaterial.
- Brasil. Anexo ao Decreto nº 5.040, de 07 de Abril de 2004.

#### 6.10. RESPONSÁVEIS TÉCNICOS PELA ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO CULTURAL E FORTALECIMENTO ÉTNICO

A relação dos responsáveis técnicos pela elaboração do programa é apresentada a seguir.

Figura 43 - Relação de técnicos responsáveis pela elaboração do Programa Indígena de Valorização Cultural e Fortalecimento Étnico

<b>TÉCNICO</b>	<b>FORMAÇÃO</b>	<b>CONSELHO DE CLASSE OU CPF</b>	<b>CTF IBAMA</b>
Paulo Roberto Nunes Ferreira	Antropólogo, M.Sc.	658.679.632-68	--

#### 6.11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DO PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO CULTURAL E FORTALECIMENTO ÉTNICO

ALMEIDA, A.W.B. *et. al.* Projeto Novas Cartografias da Amazônia – Fascículo 01. Indígenas na Cidade de Belém. Belém- PA, 2005.

ANDRELLO, Geraldo. 2004. Iauaretê: transformações sociais e cotidiano no rio Uaupés (alto rio Negro, Amazonas). Tese de doutorado. Campinas: PPGAS.

AMADO, Janaína & FERREIRA Marieta Moraes (Orgs). Usos e Abusos da História Oral. – 4ª Ed. – Rio de Janeiro, 2001.

ARAÚJO, Ana Valéria, et alii. Povos Indígenas e a Lei dos "Branços": o direito à diferença. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/ Museu Nacional, 2006.

CARNEIRO FILHO, Arnaldo. Atlas de pressões e ameaças às terras indígenas na Amazônia brasileira / Arnaldo Carneiro Filho, Oswaldo Braga de Souza. – São Paulo: Instituto Socioambiental, 2009.

FLEURI, R.M. Intercultura e educação. Revista Brasileira de Educação Nº 23. 2003. Pg. 16-35.

GRANADO, Eliana M. Interligando sistemas elétricos com tensões sociais (P 131-163) *In Verdum*, Ricardo &. Alejandro O, Balazote. Integração, usinas hidroelétricas e impactos socioambientais/Brasília: INESC, 2007.

LAGROU, Els. Arte indígena no Brasil: agência, alteridade e relação. Belo Horizonte : C / Arte, 2009.

Lasmar, Cristiane. De volta ao lago de leite: gênero e transformação no Alto Rio Negro. – São Paulo: Editora Unesp: ISA; Rio de Janeiro: NUTI, 2005.

LATOUR, Bruno. Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LIMA, Edilene Cofacci de & Souza, Marcela Coelho. (Orgs) Conhecimento e Cultura: Práticas de Transformações no Mundo Indígena. - Brasília : Athalaia, 2010.

NOVAES, Adalto (Org). A outra margem do ocidente. – São Paulo : Companhia das Letras, 1999.

OLIVEIRA, J.P. (Org.). Indigenismo e Territorialização: Poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo. 1a. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998. v. 2000. 311 pgs

OLIVEIRA, J.P.; IGLESIAS, M.P. As demarcações participativas e o fortalecimento das organizações indígenas. *In*: SOUZA LIMA, Antonio Carlos de & BARROSO-HOFFMANN, Maria (orgs.). Estado e povos indígenas: bases para uma nova política indigenista II. 2002. Pg. 41-68.

SAHUER, Sérgio & ALMEIDA, Wellington. Terras e Territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2011.

SOUZA LIMA, A.C.; BARROSO-HOFFMANN, M. (Orgs.). Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista. Rio de Janeiro: Contra Capa/LACED. 2002.

SOUZA, Marcela Stockler Coelho de. *A dádiva indígena e a dívida antropológica: o patrimônio cultural entre direitos universais e relações particulares*. Série Antropologia. Brasília, 2007.

RAMOS, Alcida Rita. O índio hiper-real. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Anpocs. Nº 28, Junho /1995.





# 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE OS PROGRAMAS DE COMPENSAÇÃO SOCIOAMBIENTAL



## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE OS PROGRAMAS DE COMPENSAÇÃO SOCIOAMBIENTAL**

Os programas buscaram integrar os impactos relatados pelos Cassupá e Salamã, bem como o Relatório de Impacto Ambiental a fim de chegar a uma equação entre a demanda e expectativa indígena, frente ao que de fato se constituiria um impacto.

Chegamos à conclusão de que a territorialidade, para os Cassupá e Salamã, é uma pedra de torque. Ao mesmo tempo em que observamos os indígenas na cidade, morando, via de regra em condições precárias com residências pouco estruturadas, visualizamos um cenário análogo entre aqueles que vivem na Área de Referência, porém qual seria a grande distinção entre esses dois blocos, os que vivem na A.R. e os que vivem em Porto Velho?

A grande diferença reside no fato de que a vida na Área de Referência implica numa mínima constituição de sociabilidade, tal como um movimento de não ruptura em relação a sua ancestralidade, história e parentesco com o território de origem.

Esses dois grupos indígenas, assim como ocorrido entre os Terena, que se deslocaram para Campo Grande, migraram de suas terras de origem não por qualquer disposição própria, senão pela imposição do Estado. Cidades amazônicas como Manaus, Boa Vista e Roraima denotam maior presença indígena, todavia, em nada diferem de Porto Velho quando se percebe (Volume 01) que esses grupos vivem em um limbo jurídico (ARAÚJO, et alii, 2006), pois os direitos indígenas foram pensados para populações que vivem níveis menos intensos de contato e níveis maiores de isolamento.

Somado a estes elementos, viver na cidade causa uma equívoca compreensão de que isto seria um dado revelador de perda da identidade, elemento que implicaria, como nos diz (ARAÚJO, idem), numa certa renúncia à proteção legal.

Contudo, neste aspecto é que os Cassupá e Salamãí se destacam, pois, eles alcançaram, mesmo vivendo na cidade, o direito análogo ao de indígenas que vivem em seus territórios, que foi o de serem incluídos no processo de mitigação de impactos gerados pela UHE Santo Antônio.

Por fim, o desafio que nos deparamos foi atuar junto a um grupo indígena que sofreu as mais variadas e violentas formas de contato intercultural, levando-os a virtual a configuração de identidades indígenas emergentes, resistentes ou ressurgidas. Chamou-nos a atenção que nossos entrevistados lançaram, invariavelmente, discursos afirmativos. O real acesso a mitigação e/ou compensação, com a execução dos Programas propostos, além de uma resposta adequada aos impactos causados, representa, sobretudo, um marco na afirmação dos direitos indígenas.

# **Gameleira**

**Consultoria Ltda.**

